

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

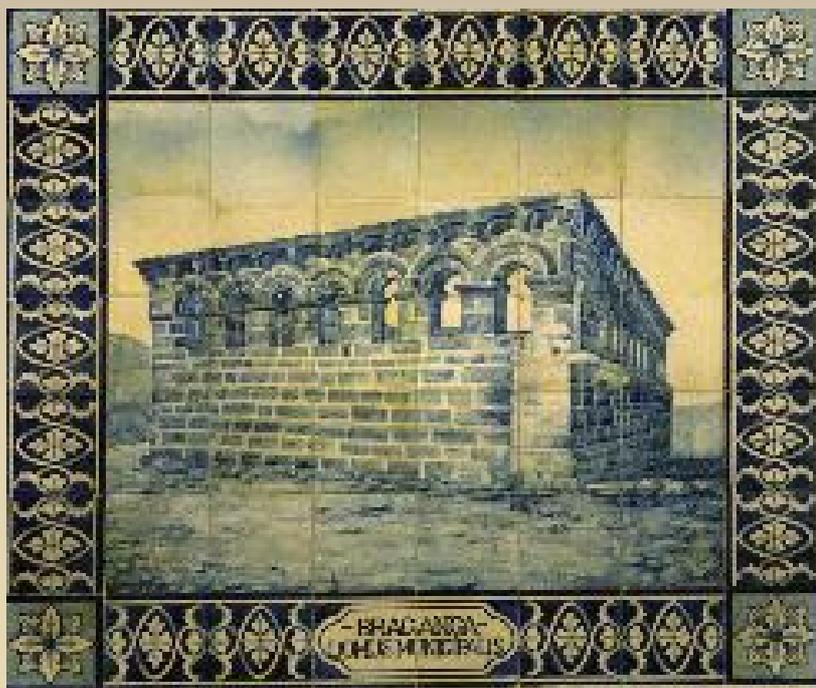


Imagem retirada da página XXX grãilhojapara cidadevirtual.pt

REALIZADA EM 21 DE ABRIL DO ANO 2006,
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA

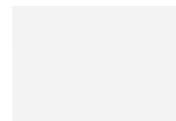
SIGLAS

€	Euro
A4	Auto-Estrada 4
CCDR,s	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CNAPU	Comissão Nacional de avaliação de Prédios Urbanos
CDU	Coligação Democrática Unitária
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
IMI	Imposto Municipal Sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal Sobre Transmissões
IC5	Itinerário Complementar cinco
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IP2	Itinerário Principal dois
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
PDM	Plano Director Municipal
POCAL	Plano Oficial de Contas da Administração Local
PROT,s	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PCP	Partido Comunista Português
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional

-----Terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 21 de Abril de 2006, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança -----

SUMÁRIO

DIVERSOS:	
- Presenças e faltas-----	348
MANDATOS: - MEMBROS-----	7
Assembleia Municipal:-----	7
INCLUSÃO DO PONTO – HOSPITAL DISTRITAL DE BRAGANÇA -----	7
INSTALAÇÃO: -João Luís Correia Fernandes – Substituto Presidente Junta de Baçal--	7
- Henrique Manuel Pires – Substituto Presidente Junta de Castrelos-----	8
- Francisco Manuel Ferreira – Presidente Comissão Administrativa de Santa Comba de Rossas-----	8
INTERVALO PARA ALMOÇO-----	72
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----	7
PS - Manuel António Pires (substituído)-----	7
PSD – Maria Gonçalves Sampaio da Veiga (substituída) -----	7
Presidente Junta de Baçal (substituído)-----	7
Presidente Junta de Castrelos – (substituído) -----	7
MOÇÕES : 1 – Construção de Acessibilidades Regionais -----	14
2 – Administração do Centro Hospitalar do Nordeste-----	336
PROPOSTAS : 1 - IV Quadro Comunitário de Apoio-----	26
2 - Reforma Tributação Património -----	59
3 – Cordão Humano -----	315
4 – Protesto - Carta do Conselho de Administração do CHN -----	316
5 – Reunião-Conselho Centro Hospitalar -----	344
QUORUM-----	7,72



ORDEM DE TRABALHOS

1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 17 de Fevereiro de 2006. --	11
2 – PÚBLICO - 1º. Período de intervenção.-----	11
3 – Período de Antes da Ordem do Dia. -----	11
4 – Período da Ordem do Dia: -----	31
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município. -----	32
4.2 – Discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Executivo Municipal relativos ao ano de 2005. -----	72
4.3 – Discussão e deliberação sobre a proposta do Executivo Municipal de 1ª. Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2006. -----	304
4.4 – Tomada de Posição perante o Poder Central sobre assuntos relativos ao hospital de Bragança.	313
5 – PÚBLICO – 2º. Período de Intervenção. -----	348

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página
Henrique Ferreira	346
Jorge Novo	339
Lídio Correia	20,345
Luís Afonso	340
Luís Pires	327,346
Luís Silvestre	347
Victor Prada	19,339

INTERVENÇÕES

Nome	Página
Adérito Lhano	298
Amândio Gomes	342
António Almeida	320,332
António Malhão	11,17,19
António Vieira	280,334
Domingos Seca	298
Henrique Ferreira	68,271,272,323,333,344
Jorge Novo	61
Julio Carvalho	56
Lídio Correia	65,314,319
Luís Afonso	284,291,297,324,335,342,343
Luís Costa	24,299,337
Luís Silvestre	60,301
Luís Pires	20,53,276,332
Luís Vale	28,282
Martinho Nascimento	277
Paulo João	347
Presidente da Câmara	52,70,71,268,271,302,313,319,
Presidente da Mesa	8, 15,16,17,18,19,20, 24,26,27,28,31,49,50,51,52,53,56,60,61,65,67,69,71,72, 268,270,271,276,277,279,282,283,287,290,292,295,297,298,299,300,302,303, 304,313,317,319,320,321,324,325,327,328,329,331,332,333,334,336,337, 339,340,341,342,343,344,345,346,347,348
Primeiro Secretário da Mesa	16,328,
Victor Pereira	18,325,329,

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página
António Vieira	270
Henrique Ferreira	318
Luís Costa	27
Luís Silvestre	51,341
Luís Pires	16,50,328
Paulo João	318
Pedro Nogueiro	49
Victor Pereira	51,342

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página
Henrique Ferreira	303
Lídio Correia	337
Luís Pires	295

DEFESA DA HONRA

Nome	Página
Henrique Ferreira	296
Lídio Correia	331

Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, realizou-se no auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, com início às 9h30 e fim às 20h00, na qual participaram **noventa e quatro** membros, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 – **ACTAS** - Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 17 de Fevereiro de 2006. -----
- 2 – **PÚBLICO - 1º. Período de intervenção.** -----
- 3 – **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----
- 4 – **Período da Ordem do Dia:**-----
- 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município.-----
- 4.2 – Discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Executivo Municipal relativos ao ano de 2005. -----
- 4.3 – Discussão e deliberação sobre a proposta do Executivo Municipal de 1ª. Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2006. -----
- 4.4 – Tomada de posição perante o Poder Central sobre assuntos relativos ao Hospital Distrital de Bragança. -----
- 5 – **PÚBLICO – 2º. Período de Intervenção.** -----

QUÓRUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

PS – Manuel António Pires– Substituído por Fernando Carlos da Silva Paula -----
PSD – Maria Gonçalves Sampaio da Veiga – Substituída por José Joaquim Meireles Salgueiro.
Presidente da Junta de Freguesia de Baçal – Substituído por João Luís Correia Fernandes. -----
Presidente da Junta de Freguesia de Castrelos – Substituído por Henrique Manuel Pires. -----

INSTALAÇÕES: - **João Luís Correia Fernandes** – Substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Baçal, eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 15 de Outubro de 1962, filho de João Manuel Fernandes e de Maria de Lurdes dos Anjos Correia, natural da freguesia da Sé e residente na freguesia de Baçal, ambas do Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade nº. 5925650, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em de 30 de Março de 2000, cartão de eleitor nº. 665, da Comissão Recenseadora da Freguesia de Baçal, em Maio de 1995 e cartão de contribuinte nº. 186190255 da Repartição de Finanças de Bragança, emitido em 12 de Dezembro de 1985. -----

- **Henrique Manuel Pires** – Substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Castrelos, eleito pelas lista do Partido Social Democrata, nascido em 12 de Dezembro de 1963, filho de Luís Venâncio Pires e de Maria Regina Afonso, natural e residente na freguesia de Castrelos,

Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade nº.7003169, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 22 de Dezembro de 2003, cartão de eleitor nº. 269, da Comissão Recenseadora da freguesia de Castrelos em 9 de Maio de 1982 e cartão de contribuinte nº. 190337850 da Repartição de Finanças de Bragança, emitido em 3 de Fevereiro de 1987. -----

- **Francisco Manuel Ferreira** - Presidente da Comissão Administrativa da Freguesia de Santa Comba de Rossas, nascido em 28 de Março de 1947, filho de Aniceto José Ferreira e de Emília Maria Pereira, natural da freguesia de Rebordãos e residente na freguesia de Santa Comba de Rossas, ambas do Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade nº. 3041509, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança, em 26 de Novembro de 2001, cartão de eleitor nº. 399 da Comissão Recenseadora da freguesia de Santa Comba de Rossas, emitido em 25 de Maio de 2005, cartão de contribuinte nº. 161348718 da Repartição de Finanças de Bragança, emitido em 27 de Janeiro de 1993. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito bom dia a todos. Neste momento completam-se setenta membros da Assembleia, na sala, e portanto, estamos em condições de começar os nossos trabalhos, embora já com algum atraso como vem sendo costume.-----

----- Eu pedia silêncio na sala para podermos efectivamente começar. Aguardava mais um pouco, que terminassem os cumprimentos, para podermos começar. -----

----- A primeira nota que fazia é relativamente ao novo aspecto das instalações em que fazemos estas sessões da Assembleia, espero que todos se sintam mais confortáveis e sentem também, espero que as instalações técnicas não nos façam nenhuma partida. Para completar a remodelação destas instalações só falta alguma parte aqui do lado da Mesa da Assembleia e da Câmara, que as bancadas respectivas estão ainda em acabamento, e também os acabamentos de revestimento destas paredes ficarão para uma próxima sessão, mas julgo que já estamos em condições de poder funcionar adequadamente. -----

----- Eu gostava de mencionar que há umas substituições, no Grupo Municipal do PSD, a Senhora membro da Assembleia Maria Sampaio da Veiga está substituída por Joaquim Meireles Salgueiro, julgo que está, estou a ver o Senhor Salgueiro, sim senhor. O PS também fez uma substituição, Manuel António Pires por Fernando Paula, embora não veja ainda o Fernando Paula, e nos termos legais, tendo sido feita a designação do Senhor Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, ele foi convocado

para participar nesta Assembleia, não consigo identificar se está. Está sim senhor, seja bem vindo. -----

----- Portanto são estas as indicações iniciais que eu gostava de dar. -----

----- Também como estamos a iniciar os trabalhos nestas instalações remodeladas, eu pedia, e é a segunda vez que o faço, para criarmos um hábito que é o de deixar as duas últimas filas deste anfiteatro para o Público e para a Comunicação Social, devendo os membros da Assembleia, quer os Senhores Presidentes de Junta, quer os membros eleitos da Assembleia, concentrar-se nas outras filas mais abaixo, isto porque, muitas vezes, depois, há alguma perturbação quando os membros da Comunicação Social chegam e várias vezes têm que ficar em pé porque não têm os lugares disponíveis. Portanto, eu mais uma vez insistia que os Senhores membros da Assembleia façam o favor de deixar as duas últimas filas deste anfiteatro disponíveis para o Público e para a Comunicação Social.-----

----- Muito obrigado pela vossa compreensão. -----

----- Relativamente ao expediente que se verificou no intervalo desde a última sessão desta Assembleia, eu gostava de referir que deu entrada na Mesa da Assembleia uma cópia de uma carta dirigida pela Câmara Municipal ao Senhor Director Geral dos Impostos, para encaminhamento para a Comissão do Património Urbano, da CNAPU, uma carta da Câmara Municipal relativamente a matéria ligada aos índices de localização do IMI. -----

----- Essa carta, como todos os outros documentos que chegaram à Mesa da Assembleia, foi imediatamente distribuída aos representantes dos diversos Grupos Municipais na Comissão Permanente, a fim de dar oportunidade de sobre essas matérias se pronunciarem. -----

----- Também relativamente à moção apresentada pelo PSD e que foi aprovada na última Assembleia Municipal sobre questões ligadas ao Hospital Distrital de Bragança, ela foi dirigida como a própria moção dizia, para o Senhor Ministro da Saúde e não teve, até este momento, resposta. -----

----- Da mesma forma, a moção que tinha sido apresentada pela CDU e que foi aprovada na Assembleia, foi igualmente remetida à Administração do Centro Hospitalar. Esse documento teve, até este momento, duas respostas por parte da Administração do Centro Hospitalar.-----

----- Teve uma primeira resposta no dia 20 de Março, em que a Administração do Centro Hospitalar, evocando não ter ainda a aprovação da tutela para a matéria de que era objecto o pedido de entrevista formulado, e que dizia respeito aos objectivos estratégicos do Centro Hospitalar, evocava que não tendo ainda aprovação da tutela para esses objectivos, não considerava a reunião oportuna nessa altura, dizendo contudo, que logo que tivesse essa aprovação não deixaria de informar os órgãos do Município sobre a matéria em causa e adicionalmente nessa resposta era evocada a dificuldade que a Administração do Centro

Hospitalar teria em fazer reuniões separadas com todas as entidades concelhias que o pedissem, dada a sua acção de se estender ao conjunto do distrito. -----

----- Embora com alguns argumentos nos quais se poderia ver alguma lógica, o tom e a terminologia da resposta, que, pareceram-me inábeis e razoavelmente infelizes, e, pensei que, provavelmente, essa matéria seria objecto de revisão oportuna. -----

----- A Mesa não deixou, nessa altura, de distribuir o texto dessa resposta a todos os Grupos Municipais. -----

----- No dia 18 de Abril, portanto já esta semana, foi recebida pela Mesa uma carta da Administração do Centro Hospitalar, assinada pelo respectivo Presidente - o que não era o caso daquela primeira resposta que eu mencionei - assinada pelo respectivo Presidente, e que eu passo a ler, porque é a sequência definitiva ao pedido de reunião que foi feito em resultado da moção apresentada pela CDU e que foi aprovada na Assembleia, por unanimidade. -----

----- Diz o Seguinte:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal - Pedido de reunião -----

----- Em referência à vossa prezada carta de 20 de Fevereiro de 2006, remetida a este Conselho de Administração, a solicitar uma reunião com a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, tivemos oportunidade de informar V.^a Ex.^a, não considerar este Conselho oportuna a realização de tal reunião, uma vez que, conforme foi explicado na referida carta: -----

- O timing não ser o mais adequado, face ao facto de estar ainda a decorrer a elaboração do Business Plan do Centro Hospitalar, estando o mesmo ainda em fase embrionária,-----

- e por outro lado não fazer sentido, informar e/ou divulgar linhas de orientação estratégica, consubstanciadas no Business Plan, antes de o mesmo ser apresentado à tutela, para conveniente discussão e aprovação. -----

Aproveitaríamos ainda para referir a V.^a Ex.^a, na qualidade de Presidente da Ilustre Assembleia Municipal a que preside, que nunca foi intenção deste Conselho, furtar-se a qualquer esclarecimento e discussão sobre assuntos de saúde que tenham a ver com a prestação deste Centro Hospitalar à população que serve, nem tal seria admissível. -----

,Apenas, como se referiu, estavam em causa o tempo e a oportunidade. Lembramos inclusive que este Conselho de Administração sempre esteve disponível, tendo inclusive reunido com Comissões e Autarcas que o solicitaram, para troca de informação da prestação dos cuidados especializados no âmbito da saúde.-----

Para concluir, dado que na presente data as linhas gerais do Business Plan estão globalmente definidas (mas não terminadas, face à dinâmica do processo em causa), vimos por este meio informar V.^a Ex.^a a partir desta data, da disponibilidade do Conselho de Administração deste

Centro Hospitalar, para a realização da referida reunião, indicando para tal as datas alternativas de 21, 27 ou 28 de Abril, ou qualquer dia útil, a partir do dia 3 de Maio de 2006.-----

----- Com os melhores cumprimentos e estima pessoal, -----

----- O Presidente do Conselho de Administração do CHNE-----

----- Dr. A. Henrique Machado Capelas” -----

----- Com a leitura desta resposta à moção que foi enviada à Administração do Centro Hospitalar, termino a leitura do expediente e passamos ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:-----

1-ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 17 de Fevereiro de 2006.-----

----- Perguntava se algum membro da Assembleia se quer pronunciar sobre essa acta? -----

----- Não sendo o caso punha a acta à votação. -----

----- A acta foi aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente, setenta e um membros presentes. -----

----- Passamos ao -----

----- PONTO 2 – PÚBLICO – 1º Período de intervenção. -----

----- Por ausência de público nas duas últimas filas que a partir de agora lhe estão reservadas, bem como à Comunicação Social, não haverá intervenção de público neste período. -----

----- Em consequência passamos ao-----

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- A Mesa regista inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia. ----

----- Senhor membro da Assembleia Eduardo Malhão, tem a palavra se faz favor.-----

----- **António Malhão – Apresentou, por escrito, o seguinte: -----**

----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhora Vereadora, Senhor Vereador, Senhores membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Presidentes de Junta, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta. -----

----- Vivemos ao nível local um momento histórico algo preocupante, face à indefinição de políticas que estimulem a coesão territorial e a igualdade de oportunidades no acesso a serviços e bens públicos imprescindíveis ao bem-estar colectivo. -----

----- Com dezenas de escolas a fechar e também com o encerramento de estações de correio, postos médicos, quartéis da GNR e ainda de outros serviços públicos importantes, fica seriamente ameaçado o princípio constitucional do direito ao serviço público, o que debilita ainda mais a vida colectiva deste espaço do nordeste interior. -----

----- O Governo ameaça também encerrar uma das duas maternidades existentes, com o argumento de falta de condições técnicas e insuficiência de partos, desincentivando a natalidade e por esta via agravando ainda mais o processo de desertificação. -----

----- Quanto a acessibilidades, muitas localidades antes servidas pelo caminho-de-ferro viram desaparecer o comboio, e com ele grande parte do dinamismo económico e social conquistado faz precisamente em Dezembro próximo um século. -----

----- Este paradigma demográfico funciona como um ciclo vicioso. Com a extinção dos serviços, menos pessoas se fixam no interior e só não sai quem não pode, tornando-se irreversível a concentração geográfica da população e do investimento nos grandes centros urbanos, provocando o fenómeno da litoralização do país com a concentração de 80% da sua população e 4/5 dos rendimentos em apenas 20% do seu território. -----

----- As nossas aldeias são neste processo inevitável de mudança as mais penalizadas e o elo mais fraco, acentuando-se cada vez mais o seu declínio, uma vez que as cidades médias existentes no interior como Bragança absorvem as populações dispersas pelo meio rural, a começar pela população escolar e pela mão-de-obra que rejeita o trabalho árduo e difícil do campo. -----

----- As remessas dos nossos emigrantes que investiram muito dinheiro nas nossas aldeias, sobretudo em casas sumptuosas que permanecem fechadas a maior parte do ano, ou ainda algumas iniciativas na área do turismo rural são factores importantes de desenvolvimento, mas impotentes para travar a sua desertificação humana e agrícola. -----

----- Não é fácil para o mundo rural resistir a fenómenos como a globalização, a qual é hoje uma realidade incontornável que invade as nossas vidas e se torna, a cada dia, mais omnipresente e mais exigente. -----

----- A metáfora de Edward Lorenz: “Num mundo globalizado, o bater de asas de uma borboleta na Amazónia bastaria para desencadear um terramoto no Texas” aponta para uma verdade cada vez mais próxima da realidade deste novo interior. -----

----- Este processo de competição acrescida conjuntamente com a integração europeia e a aplicação da política agrícola comum exige ganhos de produtividade e tornam a nossa

agricultura mais vulnerável à concorrência de países mais desenvolvidos e com melhores recursos. -----

----- Só assim se explica que Portugal tenha sido em 2005 o País da União Europeia onde o rendimento dos agricultores mais caiu, caracterizando-se também como a agricultura menos competitiva no espaço comunitário, calculando-se que apenas 20% do nosso território agrícola seja rentável, encontrando-se a nossa região incluída nos outros 80%. -----

----- Estes factores estruturais negativos e o crescente desinvestimento público tornam cada vez mais inevitável o afluxo às áreas do litoral onde os recursos humanos e materiais se revelam mais eficazes por aí existirem normalmente equipamentos, empresas, universidades, hospitais de referência, auto-estradas e massa crítica de gente qualificada. -----

----- São poucos os jovens com formação superior que encontram nesta região um espaço de oportunidades no acesso ao emprego, pelo que muitos deles são obrigados a debandar à procura de melhores condições de vida. Esta falta de emprego é uma consequência directa das circunstâncias acima referidas e também de uma reduzida cultura de empreendedorismo e ausência de capacidade de risco. De facto, o Estado não é a solução de todos os problemas. Todos temos a nossa quota-parte de responsabilidade no processo de desenvolvimento da nossa região e do país. -----

----- Alguns estudos existentes demonstram que a melhoria das acessibilidades e da mobilidade de pessoas e bens poderá potenciar um futuro diferente para a cidade de Bragança e para a região, colocando-a finalmente no mapa do desenvolvimento. -----

----- Um desses estudos encomendado pela associação de municípios da terra fria do nordeste transmontano preconiza a construção de um sistema de ligações rodó e ferroviárias entre a Terra Fria Transmontana e o noroeste da Província de Zamora denominado “Sistema multimodal Bragança – Puebla da Sanábria”. -----

----- Este sistema apenas será viável em articulação e conexão com os eixos rodoviários transfronteiriços projectados a partir da futura A-4 e através do prolongamento para Norte do IP2, concretizando-se assim o Plano Rodoviário Nacional e a ligação com a Autovia das Rias Baixas A52, garantindo-se o interface do serviço rodoviário com o Aeródromo Municipal de Bragança e com a futura Estação Ferroviária de Puebla da Sanábria, servida pela linha de alta prestação. -----

----- Apesar do governo ter anunciado já que a auto-estrada até Bragança era uma das suas prioridades, continuam a existir alguns motivos de preocupação. De facto, das palavras aos actos vai uma longa distância. Não se pode assumir como prioritário um determinado investimento sem primeiro executar os respectivos estudos técnico financeiros, os projectos e garantir a dotação orçamental suficiente para o mesmo. Relativamente à auto-estrada

Amarante/Bragança/Quintanilha o investimento total previsto no quadro dos Planos de Infra-estruturas de Investimentos Prioritários, a executar até 2009 é de 150 milhões de euros, o que daria para construir mais ou menos 15 km de auto-estrada, quando de Bragança a Amarante são cerca de 160 km. -----

----- Esta insuficiência orçamental foi certamente a razão principal pela qual o governo decidiu recentemente não incluir o troço Vila Real/Bragança na concessão Amarante/Vila Real, protelando-se uma vez mais a concretização de uma obra estratégica e lesando assim os legítimos interesses da região e das suas populações.-----

Gostaria aqui de recordar que este investimento estruturante para a região já foi anunciado por 3 governos consecutivos, tendo inclusivamente sido garantidos 800 milhões de euros para as estradas transmontanas pelo Concelho de Ministros realizado em Bragança em 11 de Novembro de 2004. Mesmo assim a obra continua apenas no papel e no processo das intenções, *não sabemos quando ela será certamente terminada.* -----

----- Em face da situação e do impasse existente o Grupo Municipal do PSD considera pertinente e oportuno apresentar a seguinte moção que passo a ler: -----

“MOÇÃO

CONSTRUÇÃO DE ACESSIBILIDADES REGIONAIS

Considerando que: -----

A situação periférica do Nordeste Transmontano e a falta de acessibilidades de ligação aos principais eixos rodoviários transfronteiriços condiciona a coesão territorial da região, colocando-a ao nível das regiões económica e socialmente mais deprimidas, do espaço europeu, o que exige medidas e soluções rápidas e concretas para inverter esta situação altamente desfavorável para as suas populações.-----

O governo anunciou como investimento prioritário para a actual legislatura a construção da auto-estrada Amarante/Bragança/Quintanilha, no cumprimento de uma promessa eleitoral do Partido Socialista, incluindo-a no conjunto de investimentos previstos no Plano de Infra-estruturas de Investimento Prioritário, a executar até 2009, com a dotação de um verba de 150 milhões de euros, tendo mesmo garantido que o processo estava a decorrer e que o troço Vila Real/Bragança poderia arrancar ainda durante o próximo ano. -----

A decisão do Governo de não incluir o troço Vila Real / Bragança na concessão que ligará Amarante a Vila Real por falta da emissão da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) e do estudo técnico e financeiro, adia um projecto tão significativo e estruturante para a mobilidade de pessoas e bens e não augura nada de bom para a cidade de Bragança e para a nossa região. -----

O atraso da concretização deste projecto não é uma atitude isolada do Governo no que respeita a investimentos na região, com impacto no desenvolvimento de Bragança e na melhoria da qualidade de vida das respectivas populações, sendo que as medidas de contenção não tem o mesmo peso quando aplicado a outras opções do Governo, consumidoras de avultados recursos públicos. -----

Nestes termos, -----

A assembleia municipal, perante mais uma situação de subalternização face a outras regiões no domínio da construção de acessibilidades, manifesta a sua grande preocupação pelo impacto negativo que esta decisão de adiamentos e incertezas terá sobre a cidade de Bragança e toda a região transmontana deliberou reclamar junto do Primeiro-ministro o seguinte: -----

1 – A clarificação do processo de construção relativamente ao lanço da futura A4 Vila Real/Bragança e a sua integração na concessão Amarante/Vila Real, no sentido de não se protelar por mais tempo a ligação de Bragança aos principais eixos rodoviários transfronteiriços. -----

2 – A conclusão do IP-2 com o seu prolongamento para Norte, concretizando-se assim o Plano Rodoviário Nacional e a ligação com a Autovia das Rias Baixas e a futura A4, garantindo-se a articulação do serviço rodoviário com o Aeródromo Municipal de Bragança e com a futura Estação Ferroviária de Puebla de Sanábria, servida pela linha *ferroviária* de alta prestação. -----

3 – A requalificação de toda a rede viária regional e a sua ligação aos eixos rodoviários principais, de forma a melhorar a mobilidade de pessoas e bens e as acessibilidades locais, potenciando uma relação de proximidade entre núcleos rurais e consequentemente a coesão territorial, económica e social. -----

Bragança, 21 de Abril de 2006 -----

O Grupo Municipal do PSD”

----- **Presidente da Mesa da Assembleia**– Muito obrigado. -----

----- Portanto, está entregue na Mesa a moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, antes, como é costume, vamos abrir um período de inscrições para pedidos de esclarecimento sobre esta moção. -----

----- Mas antes de o fazer eu quero comunicar aos Senhores membros da Assembleia Municipal que vamos seguir as disposições regimentais na contagem dos tempos de intervenção nestas matérias, ou seja, só as intervenções de defesa da honra e declarações de voto não contam para os tempos de cada Grupo Municipal. -----

----- Feito este esclarecimento, abria as inscrições para pedidos de esclarecimento se houver algum. -----

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Bom, se há dúvidas sobre o texto, eu vou pedir ao Senhor Secretário da Mesa para voltar a ler o texto, e peço silêncio e a atenção da Assembleia para esta repetição da leitura do texto. -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Leu novamente a moção.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Penso que agora que está satisfeito o esclarecimento que o Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, de perceber melhor o que estava escrito, fez, e portanto repito, há alguma inscrição para pedidos de esclarecimento? -----

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Com a tolerância de um prolongamento do período, tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Luís Pires. Faça o favor. -----

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos. -----

----- Bom, Senhor Presidente, como compreenderá, eu e o meu Grupo Parlamentar pautamo-nos por tomar decisões consistentes e sérias, e convirá e aceitará que isto é uma decisão, é uma moção com alguma matéria de interesse para a Região e como tal, não vamos ser levianos, digamos assim, a tomar a decisão em cima do joelho, portanto, estes momentos são para alguma ponderação, até para termos alguma racionalidade nas nossas conclusões. -----

----- A primeira pergunta que eu faria ao autor da moção é se ele está disposto a fazer algumas alterações relativamente ao texto que tem. -----

----- Eu tenho vindo a falar aqui na Assembleia, que há uma coisa que é importante nós fazermos para o bem da região, que é, quando há coisas concretas, as acessibilidades são coisas importantes para a região, mas eu acho que não se devem misturar determinados assuntos, porque obrigam depois a que alguns grupos parlamentares não possam votar a favor dessas moções. -----

----- Portanto, o que eu perguntaria é se estaria na disposição de alterar o texto da moção, nomeadamente retirar algumas coisas de alguns parágrafos que poderíamos ver, no sentido de a tornar mais ou menos aprovável, digamos assim, pelo Partido Socialista. Até porque, o Senhor deputado está a fazer referência aqui a uma matéria que, como falou em onze de Novembro de 2004, o Senhor Presidente da Câmara, num texto que é uma nota de imprensa da Câmara, referia que considerava a apresentação da construção da Auto-Estrada de Vila Real a Quintanilha, do IP2, IC5, etc., etc., num prazo de seis anos como uma autêntica revolução nas rodovias da região.-----

----- Ora bem, se nós formos a ver desde esse então 11 de Novembro de 2004, praticamente 2005, o prazo, digamos assim, desceria até 2011. Portanto, estamos dentro dos timings que o Senhor Presidente, tem aqui entre aspas, diz assim, “...é uma situação verdadeiramente revolucionária em termos de infra-estruturas rodoviárias” recorda Jorge Nunes, portanto é um texto que foi lido pelo Senhor Presidente, portanto, para sermos coerentes também tem que haver aqui alguma boa vontade. E estamos dentro dos timings. -----

----- Agora, o que eu acho é que está-se a tentar juntar aqui uma parte política de tentar atingir o Governo, até porque se sabe que o Primeiro-Ministro vem cá, se calhar brevemente, falar sobre esta matéria, no sentido de antecipar alguma coisa. E eu acho que se quisermos ser práticos, eu solicitar-lhe-ia retirar alguns parágrafos, nomeadamente, desde “a decisão” até “públicos”, e depois manter a outra parte dos pontos da moção. Se for por aí, provavelmente poderemos fazer uma votação favorável, senão não teremos condições para votar a favor desta moção. -----

----- É só.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia**– Muito obrigado. -----

----- Quer responder o Senhor membro António Malhão? -----

----- Faz favor.-----

----- **António Malhão** – Naturalmente que isto é um órgão democrático e o debate deve ser sempre valorizado, mas esta é uma posição do Grupo Municipal do PSD e não me parece que esta moção seja com o intuito de atingir o Governo. Acho que os elementos que constam dela são objectivos claros, não é ofensiva para ninguém, é apenas em defesa dos interesses da nossa região e penso que o Partido Socialista tem demonstrado noutras circunstâncias que também quer o desenvolvimento da região e portanto não me parece que é pelo facto de estarmos a retirar aí um parágrafo ou dois que o espírito da moção vá ser diferente. Acho que

isso é apenas um expediente para o Partido Socialista se eximir aqui às suas responsabilidades e para não votar favoravelmente esta moção. -----

----- Como tal, sou de opinião, não me querendo furtar ao diálogo, como referi, que não se deve alterar a moção. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado senhor membro da Assembleia. --

----- Abrimos então um período de inscrições para intervenções sobre a moção. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada tem a palavra desde já. -----

----- **Vítor Pereira** – Muito bom dia a todos. Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, Deputados, Comunicação Social. -----

----- Há coisas em política que, por vezes, é complicado e difícil tomar determinadas decisões. E realmente é sintomático o tipo de “bruá” que se fez na Assembleia depois de o meu camarada Luís Pires ter vindo aqui, com todo o seu direito, a querer alguns esclarecimentos. E é evidente que, a moção em si, o texto integral da moção, nós estamos completamente de acordo. Aliás já o vimos defendendo há muito tempo. Agora, nós não podemos, é evidente, e daí as palavras do meu camarada Luís Pires, não podemos embarcar em determinadas fintas ou rasteiras, como se chamava antigamente no futebol, que as pessoas querem por. -----

----- Toda a gente sabe que o Primeiro-Ministro vem aqui no fim-de-semana a seguir, toda a gente sabe isso, e o Primeiro-Ministro vem anunciar isso. Nós sabemos isto. Agora o PSD quis vir aqui numa manobra de diversão para não lhe chamar outra coisa, aliás o “bruá” na sala... “não senhor, não tires, não tires, não senhor...” é significativo, isto é significativo. E portanto nós estamos perfeitamente abertos, se vocês tirarem, eu já não digo os dois parágrafos, já nem digo os dois parágrafos, há aqui duas palavrinhas que se as tirarem a gente vota isto de alma e coração a favor. -----

.... ..

----- **Vítor Pereira** - Posso esclarecer posso. Se me tirar daqui o “*O atraso da concretização deste projecto não é uma atitude isolada do Governo no que respeita a investimentos na região*”. Se me tirar isto, eu voto a favor isto. Está aqui o Dr. Júlio de Carvalho, está-me a dar razão. -----

----- Muito obrigado, bom dia meus senhores. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – O! Senhor... à Mesa é que tem que pedir a palavra, não é ao seu interlocutor do outro lado da bancada, não é? Porque para ser assim, então eu sugiro é que se levantem os dois e vão negociar a moção lá para dentro e depois voltem. Não é assim, mas tem a palavra se faz favor Senhor membro da Assembleia António Malhão.-----

----- **António Malhão** – Ora bem, penso que isto pode ser ultrapassado e de facto acho que era interessante que o Partido Socialista votasse favoravelmente esta moção. Eu contrapunha aqui então, nesse parágrafo que está em questão a seguinte redacção: “*O atraso da concretização deste projecto não é uma atitude isolada dos Governos...*”, penso que seria mais consensual.-----
Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Há mais inscrições.-----
----- O Senhor Luís Silvestre prescinde, o Henrique Ferreira também prescinde, então estamos em condições de por a moção à votação.-----

----- **Após análise e discussão, foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.**-----

----- Declarações de voto? Tem toda a razão... como a aprovação foi por unanimidade e a satisfação que me deu que fosse aprovada por unanimidade, estava-me a esquecer das declarações de voto.-----

----- Fazem favor, declarações de voto?-----
----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada faça o favor, e o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia falará a seguir. Muito obrigado.-----

----- **Vítor Pereira** – Duas simples palavras, como vêem, o PS está sempre, como eu tenho dito nesta assembleia, em primeiro lugar e põe sempre em primeiro lugar a Região, o PS, Bragança, e como tal, isto foi...-----

----- **Vítor Pereira** – Não vale a pena esse “bruá” todo meus Senhores... Vocês estão hoje... se calhar é da chuva... se calhar é demais não é? Tem afectado não é? Eu percebo... eu percebo... -----

----- Mas o PS quando é na hora da verdade põe Bragança em primeiro lugar. Isto é uma prova disso, a prova de boa vontade e a prova de que o PS não reclama por reclamar, o PS faz, meus Senhores. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, faz favor. -----

----- **Lídio Correia** – Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, a todos muito bom dia e bom trabalho. -----

----- É óbvio que a CDU teria que votar favoravelmente esta moção, aliás eu penso que os Senhores devem ter algum espião eventualmente na sede da CDU, porque isto de facto mais parece, de facto, um texto elaborado pela CDU. Folgamos de facto a evolução que se verifica nos membros do PSD, ao contrário do que acontece com os senhores deputados na Assembleia da República, na medida em que esses, sucessivamente, têm votado contra a inclusão de verbas no PIDDAC para resolver muitos destes problemas que aqui estão. Obviamente por isso nós estamos de acordo e sublinhamos também a coincidência de pontos de vista entre o PS e o PSD. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia**– Muito obrigado, Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra. -----

----- **Luís Pires** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:** -----

----- Mais uma vez muito bom dia a todos. -----

----- “Fui há poucos dias surpreendido com uma declaração do Senhor Presidente da Câmara na *Comunicação Social* na qual acusa o governo de ser o principal entrave à instalação de empresas na região, nomeadamente no que concerne à nova zona industrial de Bragança, em Mós. Na declaração, o Senhor Presidente sustentava a falta de interesse concreto de grandes empresas em ocupar os lotes, porque continua por construir a auto-estrada, o IP2, o IC5 e a ligação de Bragança à Puebla da Sanábria. -----

----- Senhor Presidente, comungamos em parte do seu raciocínio. É sabido que a falta de acessibilidades não é o único, nem provavelmente o mais importante factor que condiciona a

instalação de grandes empresas.... Sustentando esta ideia no mesmo exemplo apresentado pelo Senhor Presidente, mas com uma leitura distinta, ... repare-se, *por exemplo*, na Faurécia..., quando o, “chamemos-lhe” negócio vale a pena as empresas, ainda que a custo, sujeitam-se ao sacrifício *de movimentar 2 500 camiões por ano, por estas estradas tortuosas*. E note-se que esta é uma empresa do competitivo sector de componentes automóveis em processo de expansão e não em regressão, produzindo neste momento não só sistemas de exaustão mas também estruturas de assentos, em que um dos maiores entraves ao seu crescimento é “pasmear-se” a não existência de mão de obra na zona de influência! -----

----- *A Fábrica quer crescer e é difícil arranjar pessoas para dar resposta às alterações ao nível do Plano Director de Produção em função das encomendas e isto é grave. Não podemos só reivindicar empresas por falta de acessibilidades etc., é preciso termos pessoas para depois as empresas terem com quem trabalhar.* -----

----- É obvio que este é apenas um exemplo excepcional e não a regra. No entanto, Senhor presidente, o estabelecimento de uma zona Industrial consistente, requer a realização de estudos de implantação, que permitirão definir a melhor localização da referida zona (não sei concretamente, na altura não tive essa oportunidade, não sei se os houve, não sei como foram conduzidos, quais as suas conclusões *a que chegaram e se houve ou não outras zonas foram consideradas?*). -----

----- Após essa fase é necessária a elaboração de um projecto que englobe infra-estruturas de suporte funcional (eléctricas, telecomunicações, sanitárias, *catering...* etc.), seguindo-se-lhe uma “agressiva” campanha de cativação de investimentos (vulgo publicitação/marketing) que deverá ser integrada com outras vertentes, como a divulgação da existência de mão de obra do tipo operários de linha ou chão de fábrica e também tipo altamente especializada, o estabelecimento de taxas de instalação reduzidas e competitivas com zonas industriais concorrentes, e claro com a existência das referidas infra-estruturas de comunicação adequadas *que também são importantes mas não são as mais importantes*. -----

----- *Um parêntesis para referir que relativamente à formação profissional e até ao nível quatro, por exemplo, também a autarquia devia ter uma palavra a dizer, não sei se tem, se há alguma vertente na Câmara que se preocupe com a formação profissional ao nível quatro para colmatar a tal falta de operários ao nível de chão de fábrica.* -----

----- Regressando às infra-estruturas e neste particular, elogio a capacidade e visão do Executivo em manter acesa a chama da ligação aérea, que é indubitavelmente uma mais valia, mas que pode ainda ser potenciada, o que se consegue, para lá da vertente de transporte de passageiros, com a vertente de transporte de mercadorias. Essa potenciação passaria pelo

aumento da pista para a *aterrizagem* de aviões com capacidade de carga equiparável à de dois camiões TIR, o que a nível industrial é um tido como um *must*. *É um factor importantíssimo*. ----

----- Mas a questão particular das infra-estruturas rodoviárias é uma história completamente distinta. Consideramos inaceitável, e achamos intelectualmente pouco sério que o Senhor Presidente atire o ónus da não construção da auto-estrada, o IP2, o IC5 e a ligação de Bragança à Puebla da Sanábria ao actual Executivo Socialista. Como referi à bocadinho, aquele documento que é uma nota de imprensa da Câmara Municipal em função à realização do Conselho de Ministros em Bragança, referia claramente que o Senhor Presidente considerava que até 2011 seria uma revolução se a região viesse a ter as tais infra-estruturas. Portanto, estamos dentro do timing. Não podemos vir agora dizer que o actual Governo é que é o culpado por isto. É neste ponto que eu quero vincar e que temos que ter aqui alguma seriedade, e há bocadinho até foi reconhecido pela Assembleia quando se alterou e se falou nos Governos. Não podemos dizer que a culpa é deste Governo. Sejam sérios. -----

----- Mais Senhor presidente, como é do seu conhecimento, finalmente as obras conducentes à construção da Ponte de Quintanilha estão em curso, contemplando o perfil de auto-estrada e provavelmente no final do mês o Primeiro-Ministro dará novidades aos nordestinos sobre a A4.

----- Já agora Senhor Presidente, eu pergunto-lhe, a propósito dos cartazes porque é que o Senhor Presidente não teve a mesma atitude reclamatória com os cartazes na rua, quando os Governos anteriores, nomeadamente os do PSD, não fizeram a “Sebastiana” A4? Acho que temos que ter coerência na reivindicação, e ter a mesma postura. -----

----- A título de alfinetadela, como nós estamos habituados a ter aqui, será que foi porque o seu concorrente de Mirandela ainda não se tinha lembrado desta iniciativa e teve que responder, digamos que para consumo interno do PSD, não sei, não é? -----

----- Note Senhor Presidente, que com governos do PSD a sua actuação foi tendencialmente votada ao ostracismo, fazendo-lhe provavelmente recordar com alguma nostalgia os tempos felizes do seu primeiro mandato, onde a profusão de obras e iniciativas eram patrocinadas por uma tal engenheiro Sócrates, Ministro do Ambiente...! *na altura*. -----

----- Os governos PS sempre canalizaram verbas utilizáveis para a região e como é sabido, *até ao momento ainda* não retiraram dela quaisquer serviços! -----

----- E já que pegámos na questão dos cartazes/comunicado, uma iniciativa da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Bragança, e já concluiremos mais à frente o porquê dessa exclusividade, não podemos deixar passar em claro mais uma incoerência do Executivo.

----- A estrutura sócio-económica de Bragança tem sido suportada ao longo dos últimos 20 anos no Instituto Politécnico de Bragança e no crescimento que desde então se tem verificado na Instituição. Como é do conhecimento geral, a Europa em geral e Portugal em particular

sofrem um processo acentuado de envelhecimento, traduzindo-se entre outras vertentes num manifesto decréscimo de nascimentos e conseqüentemente no número de alunos recrutáveis para o ensino superior. -----

----- Se até aqui o IPB tem conseguido manter-se na tona apesar dos constrangimentos naturais e alguns artificiais com que se depara, já não estamos tão seguros relativamente ao futuro. O processo de Bolonha poderá modificar o actual estado do panorama do ensino superior em Portugal, mas, parece-nos, que se não for implementado com seriedade poderá descambar num processo de *describilização*/desaparecimento de algumas instituições. -----

----- A palavra universidade vem ao pensamento de todos quando as questões de ensino superior estão sobre a mesa.-----

----- Neste particular, é certo que temos que reconhecer que o Senhor Presidente da Câmara sempre pugnou pela criação da Universidade de Bragança. O que nos deixa perplexos, é que o Senhor presidente não tenha reagido com igual intensidade e coerência quando lhe foi prometida a universidade e tal não tenha passado de um embuste para obter votos.-----

----- Creio que no momento esta foi uma humilhação para os Nordestinos em geral, mas para aqueles que votaram no PSD em particular. -----

----- Cara Assembleia, -----

----- Não vi então nessa altura manifestações de sentimentos violentados e apelo ao orgulho ferido dos Nordestinos. Sejam claros, tem que haver coerência na reivindicação.-----

----- Voltando aos cartazes/comunicado e à paternidade exclusiva da iniciativa, o Grupo Municipal do PS quer deixar bem claro que é a favor de cada uma das directrizes apostas na página principal do comunicado/cartaz. No dito “panfleto publicitário” o executivo diz que os Bragançanos querem um hospital novo ou Reestruturação do existente... -----

----- Pois bem, o PS também e os Bragançanos vão tê-lo. O PS vai fazer essa obra. As obras previstas e que a algum custo se tenta minimizar junto da opinião pública de Bragança, vão ser estruturantes e vão possibilitar melhores cuidados de saúde aos Bragançanos. A questão é que quem vai fazer é o PS e não a Câmara!!! -----

----- Reconhecendo-se-lhe a acuidade e argúcia política, o Senhor Presidente já se apercebeu disso e tenta passar para a opinião pública a força da reivindicação para mais tarde fazer passar a mensagem da paternidade. -----

----- Já agora, esta postura deve, no entanto, ser de difícil digestão para o Bloco de Esquerda e para a CDU, que se tornaram dispensáveis na hora de tentar recolher os louros junto das populações e não foram tidos nem achados na hora de conceber o comunicado, que na *release* 1.1 teve o suporte da Assembleia Municipal!!! -----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra. Faça o favor. -----

----- **Luís Costa** – Muito bons dias, meus Senhores e minhas Senhoras. -----

----- A minha intervenção, mas eu não queria deixar, de forma nenhuma, passar em branco e desculpar-me-ás Luís Pires, acho que o PS será a última organização política a poder falar aqui sobre a Universidade porque vocês foram os que sabotaram com entradas e saídas da Comissão Pró-Universidade e sempre com propostas contra. -----

----- O PS aqui em Bragança sempre foi contra a Universidade e portanto choca-me profundamente ter ouvido aquilo que ouvi neste momento, tendo sido eu também uma das pessoas que fiz parte durante uns anos da Comissão Pró-Universidade e portanto estando muito a par do comportamento do PS nessa situação. -----

----- Portanto a minha intervenção vem um pouco no sentido disso, foi um bocado complementada, não foi complementada porque foi feita primeiro, pela proposta apresentada pelo PSD, ao qual também dou os meus parabéns e reforço a ideia que o meu camarada Lídio Correia aqui na sua declaração de voto já aqui expressou, parece que de facto vocês têm vindo a escutar-nos com mais atenção, se calhar, isto é um elogio, um profundo elogio, com grande respeito por vós, porque penso que será tremendamente difícil para vocês terem tomado uma posição destas e terem apresentado uma moção destas, visto que os deputados da nação, têm sido sempre, votado, uma das causas do voto ao ostracismo do Nordeste Transmontano e portanto, sabemos que quem tem tido o poder nas mãos e quem tem tido o poder decisório tem sido precisamente a maioria PS e PSD no Parlamento. -----

----- E começava então, indo à questão, que nós temos pouco tempo, e gostaria de poder dissertar um pouco mais sobre o assunto, com um livrinho ao qual todos nós estamos sujeitos, aqui pelo menos em Portugal, que se chama a “ Constituição da República Portuguesa” e que no seu artigo octagésimo primeiro, em que se fala das incumbências prioritárias do Estado, sobretudo, não tenho tempo vou à alínea d) directamente, onde se diz que *“compete ao Estado promover a coesão económica e social de todo o Território Nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a Cidade e o Campo e entre o Litoral e o Interior”*. Não sou eu que o digo, está escrito no documento fundamental da Nação. -----

----- O que é que se tem passado e em virtude disso é que foi apresentada a moção do PSD, que acabamos de aprovar, nessa linha, é que ao longo dos anos sucessivos Governos têm

vindo a propor mundos e fundos, aquando da distribuição dos apoios do Quadro Comunitário de Apoio, pelas regiões, às vezes com os mesmos actores, portanto que os de antes que vêm protagonizando as divisões desses mesmos apoios, mas os atrasos e os desequilíbrios continuam a ser a regra. -----

----- Os fundos, como aliás reiteradamente tem vindo a apontar a CDU, os fundos que vêm para a região norte têm vindo para sobretudo diminuir as assimetrias existentes entre o Nordeste Transmontano e o Litoral Norte, ou seja, os fundos são atribuídos à região Norte porque nós temos uma região desfavorecida, sobretudo o Nordeste Transmontano, e portanto são atribuídos os apoios, porventura, às vezes mais avultados que até para outras regiões. -----

----- À revelia do propósito principal da atribuição do apoio e da nossa Constituição da República, aquele trecho que acabei de ler, esses fundos têm sido utilizados quase na sua totalidade e sempre no Litoral, contribuindo assim não para um nivelamento das assimetrias existentes, mas pelo contrário para um aprofundamento das mesmas. -----

----- Neste momento está a ser negociado o quarto quadro comunitário de apoio para 2007/2012. Dele dependerá o ex PDR (Plano de Desenvolvimento Regional), o actual QREN, temos que nos habituar às novas siglas, (Quadro de Referência Estratégica Nacional), onde serão inscritas as estratégias de desenvolvimento também para o nosso Distrito com as respectivas dotações orçamentais. -----

----- Como sempre têm surgido declarações, como sempre nestas alturas, aquando da discussão dos Quadros de Apoio Comunitário, declarações dos mais variáveis responsáveis, cheios de optimismo, portanto, prometendo sempre mundos e fundos, agora é que vai ser sobre os futuros financiamentos para o Distrito tal como aconteceu aquando da negociação dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio. -----

----- A CDU por achar que o povo do Nordeste Transmontano é o mais conhecedor das suas necessidades e prova disso que nós temos e emitimos além do que veio na Moção, que vem como sopa no mel, de facto, que vem lá muito bem descrito o levantamento das necessidades, a CDU, por iniciativa da CDU, nós publicitámos um postal, que vos foi com certeza distribuído, fizemos vinte mil exemplares, onde nós apresentamos para ser reclamada à Direcção da Nação, dirigida ao Primeiro-Ministro, as necessidades que nós achamos mais absolutas, portanto, e mais prioritárias, entre as quais, por acaso... não é por acaso, a criação da Universidade Pública de Bragança, portanto como sendo uma forma... de facto se já tivéssemos Universidade instalada há uns anos, se calhar não teríamos o medo que foi aqui expressado pelo meu caro colega e amigo Luís Pires, de que o processo de Bolonha nos possa vir a ser bastante nefasto. Teríamos já outro gabarito de facto para enfrentar. -----

----- Portanto este postal, como foi dado através da Comunicação Social, vocês podem-no fazer seu, podem enviar, e devem, na nossa opinião, enviar para o Primeiro-Ministro, portanto para fazer pressão, é um meio de pressão sobre a negociação deste Quadro Comunitário de Apoio.-----

----- Portanto, como eu estava dizendo, o povo transmuntano é o mais conhecedor das suas necessidades e quer ter o direito constitucional que lhe é dado também de ser informado e participar na discussão das propostas para o IV Quadro Comunitário de Apoio, vem propor o seguinte e avançamos com a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA

----- Estando em discussão a distribuição das verbas referentes ao IV Quadro Comunitário de Apoio, instrumento de extrema importância para o desenvolvimento do Nordeste Transmontano, tendo em conta até, que muitas dessas verbas, nomeadamente na região Norte, são justificadas pelos baixos índices de desenvolvimento da nossa região, e considerando a importância de saber das propostas para a sua distribuição do Governo e dos Partidos, a Assembleia Municipal de Bragança reunida em 21 de Abril de 2006, decide:-----

----- 1 - Realizar um debate público sobre o IV QCA, durante o mês de Maio ou Junho, com a participação de um deputado de cada partido com assento na Assembleia da República. -----

----- 2 - Para o efeito, dirigir convites aos vários Grupos Parlamentares a fim de designarem o seu representante. -----

Bragança, 21 de Abril de 2006.-----

Os eleitos da CDU: -----

a) Lídio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa. -----

Enviar a:-----

Grupos Parlamentares e Comunicação Social”. -----

----- Portanto, nós consideramos... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Terminou o tempo há muito tempo... -----

----- Dei-lhe a mesma tolerância que teve o PS e pedia-lhe para não continuar os comentários laterais. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Bom, há uma proposta na Mesa, eu abro um período de pedidos de esclarecimentos a que só tem acesso, por esgotamento de tempos de todos os outros grupos, o Grupo do PSD, os Senhores Presidentes de Junta e o Grupo do Bloco de Esquerda.-----

----- Alguém se quer inscrever para pedidos de esclarecimento? -----
----- O Senhor Presidente da Junta de Rabal inscreve-se, não há mais inscrições, eu dou-lhe a palavra, faça o favor. -----

----- **Paulo João** – Muito bom dia a todos -----
----- Só gostaria que acrescentasse na sua proposta ou na sua moção, que nessa reunião, para ter pelo menos um Representante ou dois dos Presidentes de Junta. Acho que o próximo Quadro Comunitário irá ter uma vertente vocacional até mais para o meio rural, e nós os Presidentes de Junta também gostamos de ser ouvidos para assim também chegarem os nossos anseios e as nossas dificuldades.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----
----- Abria inscrições para intervenções. -----
----- Não há inscrições. -----
----- Eu estou a ler com algum cuidado esta proposta, porque esta proposta a ser aprovada tem que ser operacionalizada, e francamente, vejo que a proposta é omissa sobre a forma de operacionalizar. Do que diz, que a Assembleia Municipal decide realizar um debate público. Bom, e a única coisa que diz, é que deve haver neste debate público um deputado de cada partido na Assembleia da República, e para o efeito convidar, dirigir convites aos Grupos Parlamentares a fim de designarem o seu representante. Eu salvo melhor opinião, e punha isto à consideração dos proponentes, em termos de operacionalização de um debate público acho pouco. Mas ponho-o à consideração e desculpem-me a minha intervenção, se quiserem, opinião, mas acho pouco em termos de operacionalização de um debate destes, dizer que esteja um deputado. Ou será que o debate se resume à participação desses deputados representantes de cada Grupo Parlamentar. -----
----- Deixava a pergunta, não me compete dar a resposta, mas pedia aos Senhores proponentes o favor de me dizerem se pretendem fazer algum ajustamento ou não. -----

... ..

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Não tem tempo... mas como pedido de esclarecimento. Tomemos isto como um pedido de esclarecimento meu, mas faça o favor. -----

----- **Luís Costa** – Quer dizer, a nós não nos passou pela cabeça que isso constituísse qualquer tipo de problema. Portanto, temos a Comissão Permanente da Assembleia Municipal,

pode-se tomar as medidas que achar por bem e necessárias, caso a proposta seja aprovada, para levar a efeito um debate público promovido pela Assembleia Municipal. Não vemos qual seja... endereçar um pedido aos Grupos Parlamentares, que mandem quem acharem por bem, seria mais bonito que mandassem os deputados eleitos por aqui, não sei quem os tem, para dizerem das suas propostas. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Bom, nesta situação resta-me por esta proposta à votação e depois veremos como é que ela se operacionaliza. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – O PS não tem tempo para intervir. Não tem tempo. Peço desculpa. -----

----- Eu vou por a proposta à votação. -----

----- **Após análise e discussão da Proposta foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com setenta e oito votos a favor, um voto contra e duas abstenções, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**-----

----- Declarações de voto? -----

----- Há alguma inscrição? -----

----- Não há inscrições. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra se faz favor. -----

----- **Luís Vale – Apresentou, por escrito o seguinte:** -----

----- Senhor Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores, membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação social, Público em geral. Bom dia a todos. -----

----- **“Venho aqui, falar-vos do PROJECTO DO PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PNPOT**-----

----- Proposta aprovada para efeitos de discussão pública em conselho de Ministros de 16 de Março de 2006.-----

----- Tratando-se de um documento extenso e detalhado, procurei de alguma forma, resumir ao essencial naquilo que interessará mais à nossa região e concelho. -----

----- No quadro do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial assim definido, o "Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território" (PNPOT) constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, com precedência em relação aos restantes instrumentos de gestão territorial. -----

----- De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, o PNPOT: (e passo a citar) "Estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [nomeadamente, os PROT e os PDM] e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-membros para a organização do território da União Europeia" (art. 26.º); e "estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural" (n.º1a), art. 28.º). -----

----- A Resolução do Conselho de Ministros n.º76/2002, de 11 de Abril, determina a elaboração do **PNPOT**, tarefa de que é incumbida à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (**DGOTDU**), com o apoio de uma equipa de projecto. -----

----- Tendo por base a identificação dos grandes problemas que o país enfrenta do ponto de vista do ordenamento do território, a apresentação de orientações estratégicas para as regiões e sub-regiões do continente e a definição do quadro de referência demográfico e económico que condiciona a sua evolução estrutural, foi possível propor, à luz dos princípios e objectivos mais genéricos da ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, uma visão para o ordenamento e desenvolvimento do território nacional no horizonte 2025. -----

----- Do seu plano de acção podemos, aqui, realçar o seguinte, -----

----- Entre outros objectivos específicos e opções estratégicas, destacamos: -----

----- • Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos regionais de competitividade, em particular nas regiões do interior. -----

----- • Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos, cobrindo de forma adequada o conjunto do País; -----

----- • Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais. -----

----- • Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego. -----

----- • Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atracção de populações de níveis elevados de qualificação. -----

----- • Promover um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas.-----

----- • A rede nacional de saúde deve assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde eficazes e de qualidade para melhorar a sua qualidade de vida e as suas condições de desempenho profissional. -----

----- Assim, propõe-se um conjunto de medidas prioritárias, a ser implementadas e aplicadas até 2025. Distinguimos:-----

----- • Introduzir mecanismos de contratualização entre o Estado e as Autarquias Locais ou Associações de Municípios para o desenvolvimento de programas e projectos diferenciadores nos domínios da economia, da investigação e desenvolvimento, da qualificação e do emprego, dos serviços urbanos, da cultura, do desporto e da imagem da cidade (2006-2013). -----

----- • Incentivar parcerias locais para a competitividade entre as entidades empresariais e as unidades de ensino, formação, investigação e desenvolvimento tecnológico (2006-2013).-----

----- • Incentivar os municípios na definição, classificação e gestão de áreas de paisagem protegida (2006-2013).-----

----- • Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, nomeadamente os de apoio à gestão urbanística, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações (2006-2009).-----

----- • Introduzir nos instrumentos de financiamento das Autarquias e das infra-estruturas e equipamentos locais mecanismos incentivadores da cooperação intermunicipal (2006- 2008). --

----- • Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, visando um maior equilíbrio na distribuição espacial da população nomeadamente de pessoas com níveis elevados de qualificação (2007-2013). -----

----- • Elaborar e implementar um Plano Nacional da Rede Hospitalar, para reordenar a rede hospitalar em consonância com as determinantes regionais da demografia, da mobilidade e dos sistemas de povoamento e de acessibilidades, com destaque para o transporte público (2006-2013).-----

----- • Reforçar os mecanismos de acesso à informação no âmbito da elaboração dos instrumentos de gestão territorial, conduzindo a uma maior co-responsabilização e envolvimento da sociedade civil (2006-2007). -----

----- Como já disse atrás, esta proposta foi aprovada em reunião de Conselho de Ministros em 16 de Março de 2006 e, segundo conseguimos saber, entrará em período de discussão pública, no próximo dia 26 de Abril - daqui a 5 dias.-----

----- Sendo Bragança uma cidade inserida numa região que, tal como todos experimentamos, está permanentemente em perda, deveremos, na defesa dos nossos interesses e das nossas populações, assim como de toda a região e distrito, ter uma atitude e intervenção afirmativa. ---

----- Aquilo que gostaríamos de saber, de parte do Senhor Presidente da Câmara, é qual é a sua opinião sobre este programa; o que é que a autarquia já promoveu, no sentido da sua participação neste processo; quais são os contributos previstos para este documento, nesta fase de discussão e, já agora, deixamos um desafio: porque não promover um debate, uma discussão, de facto, aberta à sociedade civil e às restantes instituições locais e regionais - que julgamos parte interessada e a implicar neste processo.-----

----- É que, para o Bloco de Esquerda, é incompreensível que as autarquias e os cidadãos não sejam tidos em conta, que não se conheçam pareceres das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's) sobre as redes de serviços dos respectivos territórios, que a maior parte do território nacional ainda não tenha Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's) e que não esteja aprovado sequer este Plano (PNPOT), mas que, apesar de tudo, os ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Finanças, Administração Interna, entre outros, avancem sobre as regiões, e em particular a nossa, e cada um por si determinem encerramentos de serviços, e o Ordenamento do Território, aparente, nada ter a dizer sobre a matéria. -----

----- Para aqueles que ainda não conhecem o programa, queiram consultar ou participar, aconselhamos a sua leitura em formato digital em www.dgotdu.pt-----

----- Obrigado!-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia. -

----- Senhor membro da Assembleia Luís Filipe, tenho muita pena, mas o PS não tem tempo no Período de Antes da Ordem do Dia e sendo assim, íamos passar ao-----

PONTO 4 - – PERÍODO DA ORDEM DO DIA COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Como é do conhecimento dos Senhores membros da Assembleia, mas para o caso de ter havido alguma falha na distribuição da correspondência relativamente à Ordem do Dia, houve um pedido por parte da CDU de **introdução de um ponto adicional, e que foi aceite como ponto 4.4 da Ordem do Dia, com a seguinte Designação – “TOMADA DE POSIÇÃO PERANTE O PODER CENTRAL SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS AO HOSPITAL DISTRITAL DE BRAGANÇA”**. -----

----- Feito este esclarecimento, vamos entrar no primeiro período da Ordem do Dia-----

----- PONTO 4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.-----

----- Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

----- Presidente da Câmara - *Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores Secretários, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público, Senhores Jornalistas.* -----

----- Senhor Presidente da Assembleia permita-me que antes de falar sobre o Estado e Vida do Município faça algumas referências necessárias e positivas, relativamente a intervenções anteriores. -----

----- No que diz respeito à intervenção do Senhor deputado Luís Pires, e concretamente a referência feita relativa às declarações relacionadas com a construção da A4, saliento a referência positiva conferida ao novo compromisso anunciado.. -----

----- Referi publicamente que não seria muito fácil iniciar a construção da A4 antes do meio de 2008. Temos em termos genéricos acompanhado os estudos que estão em curso e as propostas de decisão próximas, fazemo-lo em particular, no que diz respeito às alternativas se equacionam nos acessos à Cidade e aeródromo e à Puebla de Sanábria. -----

----- Ao dizer que o início de construção poderá ocorrer só no início do ano de 2008, tal afirmação tem a ver com os procedimentos de elaboração dos projectos, obtenção de declarações de impacto ambiental, concurso para a construção.

O facto de as acessibilidades para o Distrito não terem avançado, e deixarem o distrito comparativamente mais isolado, isso constituiu-se como o principal factor condicionador da captação de investimento.-----

----- A segunda, diz respeito à Faurécia. De facto uma realidade importante. Conversei recentemente com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e com a Administração da Empresa no sentido de, em tempo oportuno, um grupo da Assembleia Municipal, poder fazer

uma visita para melhor conhecimento da actividade empresarial e importância para a economia local. -----

----- A Câmara Municipal tem vindo a tentar ajudar a superar os problemas relacionados com a contratação de mão de obra. Trata-se de uma Empresa em expansão, precisa de ser apoiada pelas várias instituições. A Câmara tem-no feito junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional, quer no que diz respeito à sensibilização sobre a necessidade de ajudar a fazer o recrutamento de forma adequada e ágil à empresa, tem-no feito também junto do Centro de Formação Profissional através do Conselho Consultivo no sentido que alguns cursos se direccionem de acordo com as necessidades da actividade empresarial, quer a presente, quer a potencial, tem-no feito junto dos Senhores Presidentes de Junta, suponho que pela terceira vez enviamos um ofício aos Senhores Presidentes de Junta, a alertá-los de que a empresa tem estado em fase de recrutamento de pessoal e tentarem canalizar na medida do possível para a bolsa de recrutamento da empresa, através do IEFP-----

----- Uma outra nota, relativa ao Aeródromo de Bragança. São conhecidos os projectos da Câmara Municipal relativamente ao Aeródromo Municipal, pretendemos que o nosso Aeródromo seja no futuro um Aeroporto Regional, é essa a nossa convicção, pensamos que é esse o caminho, e no âmbito do sistema multimodal, que designamos sistema multimodal de transportes Bragança/Puebla de Sanábria, articulando a A4, A52, o TGV, com a ligação das duas vias, com prolongamento do IP2 e com o Aeroporto Regional.-----

----- Esta realidade rodo-ferroviária constitui inequivocamente e vai fazer uma plataforma multimodal prioritariamente para o transporte de passageiros, podendo ficar acessível a uma escala muito menor para o transporte de mercadorias. Pensamos que essa evolução vai ser feita-- -----

----- Temos vindo a trabalhar junto da CCRN e de outras autoridades, no sentido de demonstrar, a evolução que o Aeródromo tem tido, a potencialidade que tem e acima de tudo convencer os responsáveis políticos, tendo em vista o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que o País não se pode dar ao luxo de dispersar recursos a construir aeródromos em qualquer canto. -----

----- Naturalmente o Douro quer um Aeroporto, Valpaços e Chaves querem um Aeroporto intermunicipal, há uma série deles espalhados e há outras intenções. Pensamos que é chegado, temo-lo assumido, já o assumimos perante os responsáveis, é chegado o momento de por ordem neste processo e fazer escolha, e a escolha é inquestionável. Tem que ser a favor do Aeródromo de Bragança e da sua evolução e essa evolução vai ocorrer proximamente no âmbito da legislação que está em discussão pública no sentido do ordenamento do sistema

aeroportuário no País. Penso que Bragança dará esse salto para um futuro Aeroporto Regional, o que vem de encontro ao percurso que tem vindo a ser desenvolvido. -----

----- No que diz respeito aos cartazes, fizemo-lo com sentido positivo, de resto com uma decisão unânime, todo o texto que se enviou para os Municípios é bem claro,, do cuidado colocado no documento, porque a postura deve ser de aglutinação de energias e vontades e não de dispersão.-----

----- A iniciativa tomada pelos sindicatos na recolha de assinaturas relativas à maternidade, teve o envolvimento activo da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. O que é importante é que os cidadãos estejam presentes e que a iniciativa beneficie a todos. Essa é a nossa postura, há-de ser assim, e vai continuar a ser abrir portas, não fechar portas. É essa a missão do Presidente de Câmara. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor deputado Luís Vale, refiro que temos participado no âmbito da discussão do Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás os Montes e Alto Douro, e no Plano Norte 2015, de forma activa, com contributos escritos, e pensávamos não deixar de estar atentos nesta fase de discussão pública do PNPOT, aceitamos a sugestão, a Câmara Municipal irá desencadear um debate público sobre este plano que é importante naturalmente.-----

----- Agradecemos esse contributo, era intenção fazê-lo, vem reforçar e de forma muito positiva.-----

----- Relativamente ao Estado e Vida do Município, o documento foi distribuído, os serviços da Câmara Municipal agiram no âmbito da regularidade e da normalidade dos vários serviços, a intervenção descreve os principais trabalhos realizados e por isso vou limitar o máximo possível a leitura do documento. Citarei alguns aspectos que têm a ver um bocadinho também com intervenções anteriores. -----

ESTADO E VIDA DO MUNICIPIO

----- Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 17 de Fevereiro de 2006, até à presente data. -----

Assuntos tratados para aprovação da Assembleia Municipal: -----

- a) -- Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2005.-----
- b) -- Primeira revisão ao PPI e Orçamento de 2006.-----

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA -----

1.1 - Divisão Financeira -----

----- Foram elaborados e aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2005, elaborados no âmbito do POCAL. Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras. -----

----- A execução do orçamento da receita e da despesa do ano de 2005 foi respectivamente de 74,73% e 75,21%, ou seja uma execução a rondar os 75%, com o valor de 30.780.422,10€. A receita corrente de 2005 subiu relativamente ao ano de 2004 em 2,78%, a receita de capital relativamente ao ano de 2004 teve um aumento de 11,05%. -----

----- Nos últimos dois mandatos, as receitas tiveram a seguinte proveniência: fundos comunitários 17,60%; empréstimos 6,40%; receitas próprias 35,49% e de transferências de fundos da Administração Central 59,49%. -----

----- A despesa paga foi de 30.780.422,10€, sendo 15.539.478,38€ correspondente a despesa corrente e 15.240.943,72€ a despesa de capital. A despesa corrente cresceu no ano de 2005, em 10,84%, reflexo de um aumento de serviços prestados à comunidade, resultado do aumento dos espaços verdes, garantia de qualidade no fornecimento de água, sector de ensino, serviços culturais e desportivos, aumento das áreas de limpeza urbana e do serviço associado. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,12%, representando 40,55% do orçamento corrente e 20,47% da despesa global. -----

----- A despesa de capital paga foi de 15.240.943,72€, o que correspondeu a uma taxa de execução de 62,54%, e um crescimento de 2,04% relativamente ao ano de 2004. O investimento realizado no último mandato foi, em média, financiado em 37,23% pelos fundos comunitários; em 13,26% com recurso ao crédito bancário e 49,51% com recursos próprios. Comparando os três últimos mandatos em termos de investimento, temos que no mandato de 1998/2001, o investimento foi 2,21 vezes superior ao de 1994/1997 e o de 2002/2005 foi de 2,89 vezes superior ao mandato atrás referido. Nos rácios referidos, não está contabilizado o investimento realizado através das empresas participadas pelo Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica. -----

----- Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos manter um período extenso em que o investimento foi superior à despesa corrente e concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de

modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico, colocando o nosso concelho, nesta área, muito acima da média do país. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos, assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar, cumprindo, assim a Câmara Municipal algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social, situação que, por sua vez, representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes. -----

----- A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal 20,47%; aquisição de bens e serviços 23,24%; juros e outros encargos 1,03%; transferências correntes 4,45%; outras despesas correntes 1,31%; aquisição de bens de capital 35,48%; transferências de capital 7,72%; activos financeiros 1,33%; passivos financeiros 4,98%. -----

----- A dívida total do Município, de curto médio e longo prazo é de 16.190.663€ o que representa 52,60% da receita global. Em Janeiro de 1998 a dívida global representava 105,37% da receita global, ou seja, duas vezes mais. Em termos absolutos, se actualizada para Dezembro de 2005 a referida dívida ascenderia a 18.598.996,00€, ou seja, superior em 2.127.085€. -----

----- A demonstração de resultados evidencia um resultado líquido positivo de 2.701.618€, consequência dos resultados operacionais do valor de 4.918.308€, dos resultados financeiros de 736.161€, dos resultados correntes com o valor de 5.654.469€ e dos resultados extraordinários com o valor negativo de 2.952.852€. Os resultados extraordinários representam essencialmente as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos. -----

----- Quanto à estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, salienta-se que o activo cresceu para 119.452.491€ resultado do aumento em 17.859.250€, o equivalente a 17,58%, crescimento assegurado pelo aumento do activo fixo. Os fundos próprios registaram um acréscimo de 16,12%, em resultado do incremento do património e das reservas, no valor de 11.276.310€. O passivo aumentou 20,82%, contributo do aumento dos acréscimos e diferimentos, do aumento das dívidas a terceiros e do reforço das provisões para riscos e encargos. -----

----- Quanto aos recursos humanos da autarquia, houve um acréscimo no número de lugares de pessoal em exercício de funções, face ao ano de 2004. O Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (3), o Pessoal do Quadro (354), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (48), totalizando 409 colaboradores.-----

----- A utilização de novos equipamentos culturais, de transporte, bem como a extensão da disciplina de Inglês a alunos do ensino básico, originou um aumento de colaboradores de

peçoal contratado. Os quatro docentes de língua inglesa, os sete motoristas de autocarros e os nove auxiliares de acção educativa são o reflexo dessa extensão.-----

----- O absentismo registou uma ligeira diminuição ao longo deste ano. As faltas resultam sobretudo de doença prolongada que se distribui por 45 funcionários. A morosidade das juntas médicas é responsável por uma elevada percentagem do absentismo existente.-----

----- No ano de 2005, a formação de peçoal continuou a ser relevante na política de gestão de recursos humanos da Autarquia. Proporcionou-se formação a todo o peçoal do quadro, no âmbito da implementação do Sistema de Qualidade, criando sinergias sistemáticas, onde se pretende fazer da melhoria contínua uma prática sustentada.-----

----- Foi aprovada a primeira revisão ao PPI e Orçamento de 2006, com um reforço de verbas no valor de 1.147.000,00€, resultante do somatório do saldo da conta de gerência do ano anterior com o valor de 99 900€ e 1.047.100,00€ proveniente de apoios comunitários, com projectos homologados recentemente e uma pequena parcela do Orçamento do Estado.-----

----- A execução do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento do ano de 2006 é de 16,91% do valor orçamentado, sendo a receita cobrada de 6.252.444,34€. As receitas correntes atingiram 4.568.818,83€ e as receitas de capital contribuíram com 26,88% do total dos recebimentos. Os pagamentos foram de 5.966.634,22€, representando 16,14% do total previsto. A despesa de capital atingiu neste período, 2.442.114,52€ tendo sido financiada em 761.658,35€ por receita corrente. -----

----- Relativamente à taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento a actual execução situa-se em 11,12 % com um valor de 1.994.857,32€. -----

1.1.1- – Secção de Taxas e Licenças -----

----- Neste período a receita cobrada foi de 208.215,33€. Deste valor, a receita de utilização das Piscinas situa-se em 38.632,96€. A receita proveniente dos Parques subterrâneos de estacionamento atingiu 26.884,25€. A venda de bilhetes do Teatro Municipal foi de 6.992,50€. A Receita proveniente de Publicidade atingiu 16.584,35€. Os Terrados da Feira contribuíram com 13.187,88€, para a receita do Município. A cobrança de Rendas de Habitações foi de 28.777,55€. As execuções fiscais e as contra-ordenações contribuíram com uma receita respectivamente 30.508,66€ e 19.878,12€ respectivamente. -----

----- O Serviço de Metrologia neste período, efectuou semanalmente a recolha da receita proveniente dos Parques de Estacionamento, subterrâneos e à superfície, desenvolveu a sua actividade na área Rural do nosso Município, iniciando no mês de Março a área Urbana. -----

----- No âmbito da actividade de Metrologia, registou uma receita de 3.727,37€. -----

----- **1.1.2- Secção de Património e Aprovisionamento** -----

----- Neste período foram inventariados 91 bens móveis distribuídos pelos serviços municipais. Está a decorrer a verificação física anual dos bens do activo immobilizado, dando cumprimento ao Regulamento de Cadastro e Património desta Autarquia e da Norma de Controlo Interno. Foram organizados 30 processos de consulta prévia; 2 processos de ajuste directo e 1 processo de concurso limitado. -----

1.1.3 – Tesouraria -----

----- Durante o trimestre os procedimentos (20 001 processos) foram realizados conforme as normas previstas e feitas as verificações conforme Norma de Controlo Interno, concluindo-se pela regularidade. -----

1.1.4 – Subsídios e Transferências para as Juntas de Freguesia-----

----- Para as Associações e outras Instituições, foram autorizadas transferências para investimento no valor de 94.246,40€ e para despesa corrente 7.600€. Desta verba, mais de 50% foi autorizada para a Associação Humanitária dos Bombeiros de Izeda. -----

----- Para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 143.725,26€, sendo os projectos mais significativos: apoio à conclusão dos Centros de Convívio de Oleirinhos e Lanção; conclusão do edifício sede da Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças; recuperação de moinhos em Gondesende; ampliação dos cemitérios de Castrelos e Paradinha Nova; calcetamentos em Nogueira e Gimonde; melhoria do abastecimento de água nas aldeias de Grijó de Parada, Paçó de Mós e Rebordãos. -----

1.1.5 - Divisão Administrativa-----

----- Foram secretariadas as reuniões da Câmara Municipal, com a respectiva preparação de agendas, minutas e actas, distribuindo-as pelos diversos sectores e dando, a estes, o apoio correspondente para o bom funcionamento do serviço. -----

----- Foram preparadas as agendas dos assuntos a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com a produção de várias certidões e outros documentos, bem como o apoio necessário para que fosse possível a distribuição das agendas e respectivos documentos pelos membros da Assembleia Municipal, estabelecendo assim a ligação dos Órgãos Colegiais do Município.-----

----- No âmbito da Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho, foram realizadas consultas a 390 funcionários e exames a 300. Foi iniciado o processo de formação que levará à avaliação do desempenho dos funcionários durante o ano de 2005.-----

1.1.6 – Secção de Recursos Humanos-----

----- No âmbito das funções desta secção, foram organizados 3 concursos internos de promoção.-----

----- Encontram-se a decorrer os seguintes concursos para: Chefe de Divisão Cultural e Turismo; Chefe de Divisão Urbanismo e 9 concursos externos de ingresso. Foram organizados 2 processos de contrato a termo. Aguardam aposentação 2 processos. A nível de estágios foram organizados os seguintes processos: 2 estágios profissionais, 6 estágios curriculares e 2 estágios sócio-profissionais no Âmbito do Programa Vida-Emprego.-----

----- Face às orientações constantes do Orçamento de Estado para o ano de 2006, no que diz respeito ao limite de despesa com pessoal, foram adoptadas as necessárias medidas de contenção para tal objectivo.-----

1.1.7 – Secção de Remunerações-----

----- Foram concretizados todos os procedimentos inerentes à Secção: remunerações; progressões; abonos de família para crianças e jovens; balanço social; cadastro;-----

1.1.8 - Divisão de Informática e Sistemas-----

----- A nível da internet foi instalada uma nova versão de software para gestão dos conteúdos, sendo agora possível passar para os serviços algumas tarefas de actualização de conteúdos. Relativamente a aplicações de gestão, procedeu-se ao acompanhamento técnico e ao apoio necessário na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA, colaboração e acompanhamento na implementação da aplicação de “gestão de actas”, colaboração e acompanhamento do arranque de “obras particulares”. Foi retomada a implementação do sistema de “gestão de assiduidade” através de uma formação e actualização do software.-----

----- Também se instalaram novos equipamentos e software em 9 estabelecimentos do ensino pré-escolar, no âmbito de uma candidatura ao programa operacional sociedade do conhecimento. Procedeu-se à configuração e instalação de equipamento e à ligação à internet no espaço público de acesso criado na biblioteca municipal, no âmbito de uma candidatura ao programa operacional sociedade do conhecimento. Procedeu-se, ainda ao reforço do parque tecnológico em diversos serviços através da instalação de novos PC's e periféricos. *Em termos*

de gestão interna elaborou-se um plano de contingência para os servidores, no tratamento de situações de rotina. -----

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL -----

2.1 - Área do Ensino -----

Relativamente à Escola Fixa de Trânsito, destaca-se que no período em análise, receberam formação 276 alunos de 35 escolas do 1ª Ciclo, do meio rural e urbano. Destaca-se ainda a organização da actividade: Dia da Árvore – actividade que por razões climatéricas não se realizou; 11ª Assembleia Jovem 2006 – Palavra aos Mais Novos, que decorreu sob o tema: "A Água – Um bem preciosos!", com a participação de 12 escolas do meio rural e urbano e cerca de 190 alunos. Entre outras actividades, salienta-se, o acompanhamento das aulas de inglês e a participação nas actividades tendentes à elaboração dos Planos de Emergência Interna das escolas e edifícios Municipais. -----

2.2 - Área Cultural -----

----- Foram realizadas e apoiadas as actividades programadas para as salas de exposições e Teatro Municipal, salientando-se: exposições integradas nas Comemorações dos 542 anos da cidade de Bragança; Exposição Bibliográfica – Cem anos de literatura portuguesa; Exposição: "O Mundo dos Insectos"; Orgia – Artistas Unidos; III Mostra de Teatro envolvendo as seguintes escolas: Teatro de Estudantes de Bragança; Escola Secundária Emídio Garcia; Curso de Animação e Produção Artística da ESEB; Escola Secundária da Sé; Escola EB2,3 Paulo Quintela; Escola Augusto Moreno e Escola Miguel Torga; Gala Internacional de Magia; Dia Mundial da Árvore; Dia Mundial da Poesia; Lançamento do livro Às vezes a ternura vem assim...; Stand-Up Comedy - Coçar onde é preciso. A média de ocupação da sala de espectáculos é elevada. -----

----- Na biblioteca, para além das tarefas correntes, prossegue o processo de informatização dos conteúdos. -----

2.3 - Área do Desporto -----

----- "Bragança Saudável, Bragança Solidária" – Passeio Urbano e Passeio Rural em Castro de Avelãs; Projecto de Expressão e Educação Físico - Motora: Natação com as escolas do 1º ciclo do Concelho de Bragança; Classes Orientadas da Piscina Municipal; Colaboração na realização do Torneio de Futsal da ANDEM; Preparação e organização do Torneio da Função

Pública; Colaboração e organização do Torneio distrital de Natação do Desporto Escolar; Gestão dos equipamentos desportivos para a realização de campeonatos e torneios. -----

2.4 - Área Social -----

----- Continuação da actualização de dados para os apoios concedidos às escolas (escolas EB1 e jardins de infância) destinados ao seu funcionamento, especificamente nos apoios concedidos para higiene e limpeza, aquecimento e para actividades extracurriculares, informática e consumíveis de secretaria. Continuação da gestão de processos relacionados com o apoio dirigido à população do ensino básico (EB 1) e dos jardins-de-infância, assumindo mais de 200 refeições diárias apoiadas e os quase 250 suplementos alimentares diários neste último ano lectivo. -----

----- Finalização do processo de instrução dos processos e classificação final, face ao Regulamento de Inscrição no programa de promoção de Habitação do Bragança Jovem. A lista de classificação final dos candidatos já foi entregue à empresa e ao INH, tal como estabelecia o protocolo celebrado entre a Autarquia e as empresas envolvidas. -----

2.5 - Área do Turismo -----

----- Durante este período, foram atendidos, no posto de turismo municipal, 974 turistas, dos quais 378 Portugueses e 596 de nacionalidade estrangeira. Foi preparada a abertura do Parque de Campismo.-----

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO -----

3.1 - Divisão de Urbanismo -----

----- Aprovado o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – legitimidade para elaborar e subscrever projectos das especialidades, o qual estabelece as regras de qualificação técnica para a elaboração e subscrição dos projectos das especialidades, nos termos propostos pela Divisão de Urbanismo e Gabinete Jurídico. -----

----- Foi aprovada, tendo passado à fase de discussão pública, a 3.ª alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, prevendo-se uma redução nas taxas, correspondentes às cedências obrigatórias para espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, em operações de loteamento/ emparcelamento, das quais resulte apenas um lote para edificação urbana em áreas nas quais se pretende estimular a renovação urbana. *Era uma preocupação que a Assembleia Municipal tinha vindo a manifestar em sessões*

anteriores e a Câmara neste momento estruturou a proposta tecnicamente, está em discussão pública, e em princípio na sessão de Junho estará presente para a aprovação.-----

----- De salientar, relativamente aos meses de Fevereiro e Março, os seguintes dados relativos à construção urbana de iniciativa privada e sectores de actividade: foram analisados/aprovados 78 processos de licenciamento de obras, 23 processos referentes a loteamentos e 31 processos diversos no âmbito do Urbanismo. -----

3.2 – Divisão de Obras -----

----- A Divisão de Obras desenvolve o seu trabalho em várias vertentes, desde a manutenção e conservação de edifícios, conservação de vias urbanas, acompanhamento de empreitadas e trabalhos diversos, incluindo o apoio às Juntas de Freguesia com equipamentos diversos, e assegurar tarefas diversas relacionadas com a segurança e protecção civil.-----

----- Aprovada a abertura de concurso público para a execução dos projectos de redes e infraestruturas de saneamento nas aldeias de Sanceriz, Sendas, Fermentãos, Veigas de Quintela e Pombares. -----

----- Aceitação do elemento escultórico do nosso concidadão que viveu em França, Eurico Pires, a ser instalado pela Câmara Municipal em espaço público a definir, bem como a comparticipação na realização das despesas para a sua conclusão no montante de 4.285,00€. Adjudicação da instalação de uma fonte com jogos de água, na rua Conde d'Areães um elemento elaborado em peças de granito, oferecida pela empresa Sopedra. -----

----- Aprovação do programa de concurso de ideias e respectivo caderno de encargos tendo em vista a escolha de solução técnica e economicamente adequada à requalificação da Av. João da Cruz, bem como autorizar a abertura do respectivo concurso público.-----

----- Aprovação do programa de concurso e caderno de encargos tendo em vista a elaboração do projecto de criação de um Centro de Investigação, Inovação e Acolhimento de Empresas e estudo de viabilidade de uma área de localização empresarial, bem como autorizar a abertura do respectivo concurso público. O processo envolve a realização de um estudo de caracterização do tecido empresarial do concelho, a inventariação do potencial científico local; a definição de áreas prioritárias de actividade económica; a identificação do modelo de parcerias para o lançamento do C.I.I.A.E. e estimativa de custos, bem como o estudo de concepção de uma área para a instalação de um pólo empresarial.

----- Os trabalhos das empreitadas em execução decorrem de um modo geral conforme o previsto, salientando os principais: Arranjo Envolvente da Catedral, em fase de conclusão das obras; Centro de Ciência Viva; Museu da Máscara e do Traje, em execução; Recuperação de Fachadas e Coberturas nos Edifícios da Cidadela; arranjos complementares no Centro Histórico; obras de calcetamentos (Sortes; Lanção; Viduedo e Failde); obras de saneamento básico e início das obras de remodelação da Avenida do Sabor-----

----- Relativamente às obras de administração directa salienta-se os trabalhos de conservação de edifícios escolares; conservação de outros edifícios municipais, salientando obras de remodelação do edifício do armazém central e área dos Serviços Sociais, tendo em vista assegurar maior eficácia na gestão centralizada dos armazéns e integração automática com a contabilidade. -----

3.3 - Divisão de Equipamento -----

----- No âmbito desta Divisão, procedeu-se ao arranjo e enchimento de caminhos, abertura de novos caminhos, conservação de bermas e valetas de estradas, apoio às Juntas de Freguesia com equipamentos diversos, e foram asseguradas tarefas diversas relacionadas com a segurança e protecção civil. -----

4 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

4.1 - Divisão de Saneamento Básico -----

----- Relativamente ao fornecimento de água à Cidade de Bragança, os sistemas cujo fornecimento assenta na água proveniente da estação de tratamento do Alto Sabor (Bragança, V. Lamas, Samil e Gimonde) é garantido, desde Outubro de 2005, exclusivamente da adução a partir do Porto Sabor. O consumo total de água proveniente do Alto Sabor foi, no primeiro trimestre de 2006, de 510.058m³ dos quais, em média, foram contabilizados para facturação e controlo cerca de 80%. Comparativamente a igual período de 2005, em que foram consumidos 582.191m³, houve uma redução de consumo em cerca de 12,4%. Relativamente à drenagem de águas residuais, ainda no primeiro trimestre de 2006, foram tratados na ETAR de Bragança 309.406m³, o que comparativamente com igual período de 2005 em que foram tratados 207.220m³, significou um acréscimo de aproximadamente 49%. -----

----- No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área da Cidade foram realizados trabalhos diversos de conservação da rede de distribuição; execução de novas ligações; cortes de fornecimento; substituição de contadores. Na área rural destacam-se os trabalhos: Santa Comba de Rossas – ligação da água ao Lar; Paradinha de Outeiro – substituição de conduta

desde o furo até à captação; Lanção - substituição de conduta desde a captação ao depósito e reparação do mesmo; Samil – prolongamento da rede de abastecimento de água para a zona alta da aldeia e Veigas de Quintanilha – início da obra de execução de reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede.-----

----- No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se diversos trabalhos correntes de manutenção das redes de drenagem; desobstruções; reparação de fuga na conduta da estação elevatória da Ponte do Sabor, do emissário junto à ETAR e no ramal de saneamento na zona industrial das Cantarias; notificação dos habitantes para a separação da rede de águas pluviais e residuais da rede pública, nos Bairros da Cidade, bem como de posterior fiscalização dos trabalhos efectuados. Na área rural do Concelho, de destacar os trabalhos executados nas Freguesias de Sortes – reparação/execução de troço de saneamento e em Quintela de Lapaças – colocação de caixas à cota, vedação da ETAR e ramal de saneamento.-----

----- Foi ainda decidido, após reunião com as Juntas de Freguesia, proceder à aplicação de tarifas para fornecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, para a área rural do concelho, com origem de água não proveniente da estação de tratamento da Junqueira, a implementar de forma progressiva. O tarifário aprovado faz uma discriminação positiva por as tarifas aprovadas serem mais baixas que na cidade. A colaboração das Juntas de Freguesia na manutenção e implementação do processo será retribuída com 40% da facturação.-----

----- *Também um dado que nunca tido apresentado à Assembleia*, numa análise feita às receitas obtidas através da cobrança de água, incluindo as tarifas relativas ao fornecimento de água, saneamento e recolha e tratamento de lixos e comparando com as despesas totais, que envolvem fornecimento e tratamento de água, análises, encargos com recolha e tratamento de lixos, tratamento de esgotos, despesa com pessoal da Câmara associado aos sistemas, verifica-se existir uma despesa total de cerca de 2.700.000€, sendo a receita ligeiramente superior. Não estão contabilizadas as despesas com material e equipamento utilizado na manutenção. A amortização do investimento só poderia ser assegurada se as tarifas fossem cerca de duas vezes superiores às praticadas.-----

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente -----

----- A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades garantiu a execução de trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana. -----

----- Conforme informação já prestada, durante o ano de 2006, a orientação para os serviços foi a de concentrar recursos na manutenção e requalificação de espaços existentes, com reposição de árvores e arbustos perdidos durante o ano de 2005, face à grave seca que ocorreu, o que obrigou a aquisições superiores a 100 000 euros. A requalificação de alguns espaços e a execução de novos espaços está a ser conduzida no sentido de menores consumos de água. -----

----- Foram plantadas cerca de 800 árvores e cerca de 12 000 arbustos nas áreas mais afectadas como seja: jardim central da Braguinha; jardim da Estação Rodoviária; jardim do Polis; separador da Av. das Cantarias; Casa do Lavrador; Parque Bartolomeu de Gusmão. Apoiadas as Juntas de Freguesia com o fornecimento de árvores e arbustos.-----

----- No sector da manutenção urbana nas três áreas de intervenção existentes, controlo e fiscalização da R.S.U., serviços de manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e inspecção sanitária, foram assegurados os necessários serviços.-----

4.3 - Divisão de Transportes e Energia -----

----- No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, incluindo os sistemas semafóricos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas. -----

----- Salienta-se que a produção de energia no 1º trimestre de 2006, teve um resultado de 253.240,66 €, constatando-se um aumento de 49,78% relativamente ao mesmo período de 2005. -----

----- De salientar também que a nível dos transportes urbanos, está a ser implementado um novo sistema informático de gestão integrado, em resultado das alterações realizadas, consequência do aumento da frota e número de linhas. -----

----- Foi realizada a adjudicação, por ajuste directo, à empresa ANA, aeroportos de Portugal, S.A., dos seguintes trabalhos: regulação do Sistema de Papis da Pista do Aeródromo e a proposta de avaliação da capacidade de carga e do atrito do pavimento da pista -----

----- Iguamente por ajuste directo foram adjudicados à NAV, Portugal E.P.E. os serviços de consultoria/ supervisão relativos à aquisição do VOR/DME, envolvendo a preparação do concurso, acompanhamento da fiscalização, certificação em voo, elaboração do processo de licenciamento, colocação em operação e emissão do NOTAM e inserção no AIP- Manual do Piloto Civil.-----

----- Foram actualizadas as tarifas dos transportes urbanos de acordo com a taxa de inflação fixada pelo INE (2,3%).-----

4 - Outros assuntos -----

Autorizada a ACISB a realizar a feira das Cantarinhas, nos dias 2 e 3 de Maio e a XX Feira de Artesanato, nos dias 29 e 30 de Abril e 1, 2 e 3 de Maio, tendo como base um protocolo de colaboração que autoriza esta associação a proceder à cobrança das receitas da Feira, comprometendo-se a Câmara Municipal a comparticipar até 14.746,40€.

----- Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Paradinha Nova, relativo à cedência a título precário da escola EB1 para instalação de um núcleo de memória ligado às actividades com o rio e a sede do Grupo Cultural e Recreativo “os Cucos”.-----

----- Tomada de posição sobre a actual situação dos serviços públicos e das obras estruturantes em falta no Concelho – “Sim, Somos Portugal”, aprovada em Reunião de Câmara de 27 de Março último, pela qual a Câmara Municipal passará a ter sempre hasteada a bandeira de Portugal nos edifícios municipais, convidando as outras instituições públicas do concelho e freguesias a procederem de igual forma, convidando, também, todos os Bragançanos a marcar presença no dia 10 de Junho, para formar um cordão humano à volta do Hospital. -----

----- Foi elaborado o estudo, designado de Sistema Central Multimodal Bragança – Puebla de Sanábria, com definição do traçado da ligação (IP2) entre Bragança e Puebla de Sanábria, baseando o conceito na autoestrada A4, Autovia A52, Aeroporto Regional de Bragança, ferrovia de alta prestação (TGV) em Espanha / Puebla de Sanábria, enviado ao Senhor Primeiro Ministro, de Portugal, Ministro das Obras Públicas, Presidente da Junta de Castela e Leão e outras entidades públicas.-----

----- Geminação entre as cidades de Bragança e León, na sequência da cerimónia realizada em Bragança, decorreu na cidade de León, no dia 24 de Fevereiro, na Sala de Actos do Ayuntamiento, a cerimónia oficial de assinatura e troca das cartas de geminação.-----

----- No dia 8 de Abril, procedeu-se, após a abertura da feira do foliar em Izeda, à cerimónia de inauguração do jardim Alves da Veiga e descerramento de um Busto, em homenagem feita pela Câmara e Junta de Freguesia, ao cidadão Alves da Veiga, natural de Izeda, republicano que a 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto, proclamou a República, na qualidade de

chefe civil da revolta iniciada pelos sargentos e que seria derrotada. À homenagem associaram-se muitos cidadãos e também um elevado grupo de associados da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro. -----

5 – INFORMAÇÃO RELATIVA A EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES PARTICIPADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- Fundação os Nossos Livros - tem como objectivo contribuir para o enriquecimento cultural da região de Bragança, mantendo uma biblioteca de consulta pública e a partir do ano de 2004, associou a vertente da música ao assumir um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal, a gestão administrativa, pedagógica e financeira do Conservatório municipal de Música. Durante o ano, as actividades promovidas pela Fundação foram diversas a nível social e cultural, tendo reunido por duas vezes os antigos directores, numa espécie de conselho estratégico. As actividades mais recentes relacionadas com o Conservatório de Música decorreram bem, tendo a actividade, em parte, sido financiada através de contrato de patrocínio com a DREN. O número de alunos é de cerca de centena e meia, e o número de professores de quinze. A despesa total da Fundação foi de 140.502,95€, tendo a generalidade do financiamento sido assegurado através de fundos próprios, propinas dos alunos, transferências da DREN e da Câmara Municipal.-----

----- **BRAGANÇAPOLIS** - Sociedade para o Desenvolvimento do programa polis em Bragança, S.A. desenvolveu como principal actividade a requalificação urbana e valorização ambiental da cidade de Bragança. De acordo com o relatório do administrador Liquidatário, a sociedade encerra as contas do exercício de 2005, com um activo de 24.680.685,61€, devidamente certificadas, para um orçamento previsto no plano estratégico de 24.320.024€ (s/ IVA).-----

----- As dívidas de curto prazo a terceiros, fornecedores e a instituições de crédito eram de 3.990.705,32€, existindo créditos relacionados com fundos comunitários e uma dívida total máxima estimada de 2.220.720,03€ a realizar pelos accionistas. -----

----- **M.M.B. – MERCADO MUNICIPAL De BRAGANÇA, E.M.**, constituída como sociedade anónima a 23 de Julho de 2001, com o objectivo de construção, gestão e exploração do novo mercado Municipal de Bragança e das suas envolventes directas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias. Tem a 31 de Dezembro de 2005, um

total de balanço de 5.421.335,93€, um total de capital próprio de 494.086,83€ e um resultado negativo de 144.954,63€, valor inferior ao de 2004 (175.389€) e que tem reduzido todos os anos, em resultado do aumento das vendas e prestações de serviços. O valor das amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo foi de 142.987,11€ e o valor dos juros suportados com empréstimo de médio longo prazo de 69.000,03€. No Mercado, nas várias actividades, estão activos 136 postos de trabalho, tendo iniciado com 68. O número de postos de trabalho transferidos do antigo para o novo Mercado foi de 15 (pessoas).-----

----- ASSOCIAÇÃO DO CYBERCENTRO DE BRAGANÇA-----

----- Tem por objectivo a demonstração prática e fomento do uso das tecnologias de informação, comunicação e multimédia, tem a sua sede no Mercado Municipal de Bragança. O número de utilizadores ao longo do ano superou os trinta mil utilizadores. O valor das receitas próprias foi de 56.390,62€. Os resultados correntes foram de -41.815,31€, tendo a Associação sido auto-suficiente para suprir as necessidades de tesouraria, com um resultado líquido do exercício de 108,41€.-----

----- TERRA FRIA CARNES Lda. -----

----- No ano de 2005 verificou-se uma alteração no capital social da empresa, tendo a Associação de criadores de Gado de Bragança procedido à aquisição da quota detida pela Cooperativa Agrícola Agro-Pecuária Mirandesa (26%), passando, assim os agricultores do Concelho, através da Associação de Criadores, a deter 51% do capital social, ou seja, a maioria, mantendo a Câmara Municipal 49% do capital social.-----

----- A nível do pessoal, a empresa manteve 11 funcionários, à semelhança do ano anterior, sendo que se trata do número mínimo para funcionamento da mesma.-----

----- No que se refere ao serviço de abate, em 2005, registou-se um decréscimo de 126 105 Kg, em relação ao ano de 2004, registando-se a maior quebra no abate de bovinos no valor de 111 870 Kg. Esta situação deve-se essencialmente a dois factores: a saída do matadouro da raça mirandesa que representava cerca de 20 ton./mês, e sobretudo à crescente entrada de carne estrangeira (a maioria de origem espanhola) no mercado de Bragança, quer nos hipermercados quer nos talhos.-----

----- Deve ser referido que o aumento da venda de carne estrangeira penaliza significativamente a produção pecuária do concelho.-----

----- É óbvio que a diminuição do serviço de abate, prestado pelo matadouro no ano de 2005, teve uma incidência significativa nas contas da empresa.-----

----- A nível da actividade, em 2005, o volume de Vendas e prestação de Serviços cifrou-se em 266 124,55€, o que traduz um decréscimo de 35 050,68€ em relação a igual período do ano passado, com maior reflexão nas prestações de serviços. Apesar de a empresa ter mantido igual número de postos de trabalho que no ano anterior a despesa foi inferior em 11 301,29€. O valor das amortizações de 114 460,53€.

----- Pela análise da demonstração de resultados do exercício de 2005, verifica-se que o exercício foi influenciado pela diminuição das vendas e prestações de serviços, o que originou uma diminuição do volume de negócios. Neste exercício a empresa registou um Resultado Líquido do Exercício no valor de – 134 884,71€.

----- A nível financeiro torna-se necessário proceder, no corrente ano, ao aumento de capital social já previsto em 2005, bem como proceder a uma reavaliação do imobilizado corpóreo (terrenos), e a eventual alteração da estrutura do capital social e da estratégia e intervenção da empresa.

----- Município de Bragança, 12 de Abril de 2006 -----

----- O Presidente da Câmara, -----

----- a) António Jorge Nunes -----

-----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Abria um período de inscrições para pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre a exposição que acaba de fazer. -----

----- Senhor membro da Assembleia Pedro Nogueiro, tem a palavra se faz favor. -----

----- **Pedro Nogueiro** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Deputados, Presidentes de Junta, muito bom dia a todos. -----

----- Eu li aqui no Ponto 4.1 – Divisão de Saneamento Básico que a Câmara em conjunto com as Juntas de Freguesia pretende proceder à aplicação de tarifas para o fornecimento de água para a área rural do Concelho. -----

----- Em primeiro lugar queria dizer que me congratulo com esta tomada de posição e com a resolução deste problema, até porque eu já fui Presidente de Junta e devo dizer-vos que para mim era a questão que me trazia mais problemas, era a questão da água. Por isso mesmo eu me congratulo com este passo em frente na resolução deste problema. -----

----- Mas o que eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, era se, não sei se o Senhor Presidente da Câmara me está a ouvir, era se, estarão pensadas algumas medidas de discriminação positiva para as Freguesias, nomeadamente a Freguesia de Rabal e Freguesia de França, onde o sistema de captação e de tratamento estão instalados. Isto pode parecer estranho, mas se fizermos a analogia com o que se passa com a energia eólica, com o que se passa noutras Freguesias, portanto, onde as respectivas Freguesias recebem uma percentagem da facturação, parece-me lógico que, estas duas Freguesias onde todo o sistema do Alto Sabor está instalado, deverão ter algumas contrapartidas. -----

----- Portanto era só este pedido de esclarecimento que eu queria fazer ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira, faça o favor.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Prescinda.-----

----- Luís Pires, faça o favor.-----

----- **Luís Pires** – Mais uma vez muito bom dia.-----

----- Senhor Presidente, uma pergunta muito rápida sobre a comunicação entregue. Como vocês sabem um tipo de indústria ou de sector industrial que pode ser sustentável na nossa região é a aposta em marcas, marcas de produtos, daqueles produtos designados “da terra”.

----- Uma marca conhecida em quase todo o Portugal, onde quer que a gente vá, se falarmos disso toda a gente conhece, é a carne Mirandesa. -----

----- Vejo com alguma preocupação, relativamente ao Ponto 5 do documento, no que se refere à Terra Fria Carnes, em termos técnicos eu pedia-lhe, Senhor Presidente, que na próxima vez possibilitasse de outra forma, porque é assim, o facto de dizer aqui que se regista um decréscimo de mil e tal quilos eu não sei se é ou não significativo porque eu não tenho o valor total e então não posso fazer uma relação. Não sei se é muito se é pouco, é difícil, mas portanto ao mais alto nível eu perguntar-lhe-ia se nos consegue explicar qual é que é o motivo, o que é que originou a saída da cooperativa Agropecuária Mirandesa, porque naquele sentido que eu estava a falar, acho que seria uma saída importante para a empresa Terra Fria Carnes

uma vez que podia sustentar a sua produção numa imagem de marca, que hoje em dia é importantíssimo e ainda para mais marcas reservadas de determinadas regiões, portanto, são sectores autóctones, digamos assim. -----

----- A ver se podia esclarecer a Assembleia sobre isto que não é possível através deste documento.-----

----- Obrigado-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre faça o favor. -----

----- **Luís Silvestre** – Tinha uma questão a colocar sobre o Estado e Vida do Município ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Agradecia que o Senhor Presidente ouvisse, que da última vez fiz umas questões e disse que não ouviu nem compreendeu, e agora gostava que tomasse atenção. -----

----- Relativamente a este dossier que foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, faz aqui uma proposta no Ponto 1, que os coeficientes de localização sejam revistos de forma a não se verificarem valores tão diferentes em zonas contínuas.-----

----- A pergunta que eu faço, e faço-a muito objectiva, se essa actualização e esse acerto é feito por cima ou é feito por baixo, ou seja, se é feito pelo valor contínuo mais alto ou se é feito pelo valor contínuo mais baixo? -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada Pereira, faz favor. -----

----- **Vítor Pereira** – A primeira pergunta que queria fazer, Senhor Presidente, era em relação às receitas. É que as receitas somadas, dizem-me ali agora, que dá 118,48%. O Senhor Presidente depois explicará isso, como é que dá esta receita. Disseram-me para fazer esta pergunta, 118,48%, as receitas todas da Conta de Gerência. -----

----- Depois outra pergunta que eu queria ser esclarecido, uma questão que a Comunicação Social, na altura, levantou aqui há uns dias atrás e que tem a ver com a água e tem a ver com o problema que se passava ou que se passa, ainda não sei, aliás o Senhor Presidente de Junta acho que o devia fazer aqui, acho que devia comunicar à Assembleia o que se passa ali em Cabeça Boa com o tal famigerado depósito que, pelos vistos, verte milhares de litros de água e desperdiçam-se milhares de litros de água por dia. O Senhor Presidente da Junta

também nos devia ajudar a esclarecer isso porque é um problema premente e quando se trata de água é complicado. -----

----- Outra questão também relacionada com a água, é a questão que eu vi aqui, com alguma estranheza, não sei se houve secretismo nisso ou se não houve, mas a Assembleia acho que devia, de certa maneira, de ser informada disto, o que se passou realmente nessa reunião dos Senhores Presidentes de Junta que tiveram com o Senhor Presidente da Câmara e que acordaram em pagar, quer a água, quer os resíduos, quer isso tudo, e não sei se as vossas populações, aliás a campanha eleitoral foi há um ano atrás, se as vossas populações saberão disto? Nós, acho que devíamos saber Senhores Presidentes de Junta, falo para vocês concretamente e para o Senhor Presidente de Junta também, para o Senhor Presidente de Câmara, acho que deviam saber disso, porque isso é uma coisa importante para o Concelho. -

----- Nós debatemos aqui há quatro anos o problema das Águas de Portugal aqui nesta Assembleia, lembra-me bem, vai para quatro anos, a polémica que se armou aqui, foi a primeira vez que uma Assembleia não terminou, não houve tempo suficiente para resolver o problema, prolongou-se para o outro dia, e agora, estranhamente, de uma maneira muito tranquila, muito camuflada, sem levantar qualquer tipo de problemas, surge aqui a decisão tomada. Estranho um bocado isso. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para dar os esclarecimentos que entender relativamente às questões que foram postas. -----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- A resposta à pergunta feita pelo Senhor Deputado Engenheiro Pedro Nogueiro, as medidas de discriminação positiva foram tomadas relativamente a todas as Juntas de Freguesia comparativamente à cidade, conforme referi na intervenção. Houve discussão com os Senhores Presidentes de Junta, encontrando-se uma solução que nos parece boa para o Município, para os Cidadãos, quando é boa para o Município é boa para os Municípios, e numa atitude inteligente, os Senhores Presidentes de Junta. -----

----- A questão do controle de água é inevitável e chegou o tempo de o fazer, e a proposta que se encontrou é uma proposta justa, razoável e equilibrada. -----

----- Proximamente no âmbito do PEASAR II, sairá legislação que vai obrigar todos os sistemas do país a evoluir nos tarifários, de uma forma impressionante, e quem se recusar a fazer essa evolução não terá acesso a fundos comunitários para resolver problemas nesse

âmbito. Essa é a legislação que sairá proximamente, e um bocado pesada, portanto eu acho que este avanço que demos não nos posiciona ainda nesse patamar, deixa-nos um bocado distantes, mas penso que ficaremos melhor...-----

.....

----- **Presidente da Câmara** -----

----- Relativamente às medidas de discriminação positiva, no que diz respeito ao facto do sistema ter origem numa determinada zona do Concelho, elas estão para já definidas através de uma receita sobre a produção de energia que é transferida para a Junta de Freguesia de França. -----

----- A questão do IMI, de facto tomamos uma iniciativa, suponho que já tinha referido, enviamos para a Assembleia Municipal, conforme o Senhor Presidente informou, no sentido de a CNAPU ter em conta uma avaliação que a Câmara fez, relativamente a discrepâncias importantes, nós procuramos fazer um trabalho de síntese, tendo como base bastantes mais elementos, a abordagem de muitas outras soluções e a nossa proposta é, relativamente às situações de discrepância significativa em termos do valor tributável é nivelar por baixo, não por cima. -----

----- Assim faremos uma discussão, temos previsto fazer uma reunião dentro em breve, marcada pela Senhora Presidente da CNAPU, uma reunião de nível técnico, para se perceber melhor a evolução que esta matéria pode ter. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu antes de aceitar as inscrições para intervenções, eu ia mais uma vez e para membros da Assembleia que não estavam cá quando começamos os trabalhos, eu ia renovar o pedido de que os Senhores membros da Assembleia se concentrassem ou deixassem livres as últimas duas filas, a fim de que o Público e a Comunicação Social se possa sentar. Já temos ali dois membros da Comunicação Social que vejo em pé, eu peço efectivamente o favor de se concentrarem nas filas mais abaixo.-----

----- Vamos então fazer inscrições para intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos.

----- Tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor.-----

----- **Luís Pires** – Mais uma vez bom dia. -----

----- As necessidades que as sociedades globalizadas preconizam fazem também sentir-se ao nível do acto de “pensar as cidades”. As pressões das sociedades modernas revelam-se

também mediante um grande impacto no território e reforçam a necessidade de novas opções e respostas aos desafios emergentes, com ênfase no reequilíbrio do sistema urbano. Esse acto deve, cada vez mais, ser uma acção participada e não o resultado de um conjunto de opções restritas de sensibilidade unidireccional.-----

----- Assumidamente, não nos revemos no conjunto de opções que se têm concretizado em Bragança. -----

----- A estratégia directora seguida revela um abandono da zona histórica, concretizado pela aposta em bairros novos, que não passam de aglomerados de betão, com conseqüente conglomeração de cidadãos, onde as questões de pormenor são adiadas ou pura e simplesmente esquecidas (sinalização horizontal e vertical por exemplo, arranjo de separadores centrais das ruas, por exemplo). Assiste-se ao cada vez maior abandono e degradação do centro, com a correlativa sobrevalorização especulativa das zonas emergentes, fenómenos que se reforçam mutuamente. -----

----- Essa postura contempla ainda uma profusa tendência para a proliferação de obras tendencialmente *despesistas*, que a médio/longo prazo, o tempo se encarregará de provar a sua desadequação. -----

----- Concretizando, basta uma passagem de cabeça bem levantada pelas ruas Combatentes da Grande Guerra, Rua Abílio Bessa, Santo Condestável, Trindade Coelho, Serpa Pinto e São João para verificar o estado de enorme decrepitude de inúmeros imóveis, o envelhecimento da população que os habita, o seu esvaziamento humano. Em suma, a existência de degradação e a inexistência de moradores. -----

----- A fomentação de incentivos de facto, para a instalação de famílias nessas áreas e o desincentivo à construção desenfreada nos bairros periféricos, bem como à não permissão de construções demasiado altos nesses locais teriam contribuído para um panorama bastante distinto. -----

----- Poder-me-á referir a intenção futura de recuperação de edifícios nas zonas antigas e posterior instalação de repúblicas estudantis... não me parece estruturante. Havia que dar liberdade à iniciativa individual para uma recuperação efectiva das referidas zonas. Chegaram-nos rumores de diminuição de taxas de emparcelamento, que a ser verdade são bem vindas, mas pecam por tardias e desagregadas de uma estratégia Global. -----

----- As praças da Sé e Camões são, durante o dia, zonas de pouca afluência, e à noite zonas completamente fantasmas. Poder-se-ia aprovar um subsídio cívico ao Chave d'Ouro e ao Florida uma vez que permitem manter acesa a pouca réstia de presença humana nessa zona. -----

----- O resultado da intervenção da Câmara provocou a exclusão, enquanto que o verdadeiro conceito de Cidade se baseia na inclusão. O Executivo, ainda que partindo de um conjunto de boas intenções, obteve resultados maus. Foi incapaz de antecipar as consequências da intervenção que levou a cabo. A Cidade está linda para a fotografia, revelando-se pouco prática para quem tem aqui que realizar o seu dia-a-dia. Intui-se no ar uma cidade esterilizada. -----

----- Aliás, a praça Camões é um bom exemplo de uma intervenção estrategicamente errada. Se em relação ao parque de estacionamento (embora meta água constante e o elevador tenha levado dois anos a ficar operacional) nada temos a objectar, o fim definido para a superfície está a revelar-se desadequado. Refira-se também que embora se tenha reduzido a área de estacionamento à superfície, os parques continuam com taxas de ocupação reduzidas. -----

----- Por falar em parque de estacionamento, o parque do Shopping tem tido, por norma, avariadas as suas máquinas de pagamento. Pelo menos os utentes divertem-se a procurar a “máquina do dia”, ou seja, aquela que se encontra operacional. -----

----- Já agora, Senhor Presidente, não é um pouco aborrecido que para um investimento da índole do que foi efectuado nesse parque, existam justapostos às máquinas, caixotes de lixo de cartão.... A verba já não dá para mais..?-----

----- Ainda relativamente a esse parque, soubemos, *ouvimos falar, não temos a certeza disso*, que vão ser realizadas obras nas saídas/entradas, e que de encontro ao que já por nós foi defendido nesta Assembleia, as saídas/entradas paralelas vão fundir-se numa só. Uma boa medida, que só não compreendemos como não foi pensada na fase de projecto. -----

----- Por falar em projecto, será que ninguém pensou que as máquinas da saída do piso 0 *do Shopping* teriam um ciclo de vida curto se permanentemente à chuva!!! Será que não se pensou nisso!! Já que vai haver obras, rectifiquem também, se possível, essa situação. -----

----- Ò! Senhor Presidente...e quando chove... o interior dos dois parques ficam alagados....

----- Por falar em alagados, Senhor Presidente, a flor da ponte. Ainda bem que o civismo dos condutores Brigantinos está a aumentar... é que basta um pouco de chuva para essa zona se tornar um lago. Há que remediar essa situação. -----

----- Já agora, nessa mesma localização, cortando um pouco ao exagerado passeio na zona da curva, permitiria um melhor enquadramento dos automóveis na estrada, evitando algumas situações embaraçosas que aí sucedem. -----

----- Senhor Presidente, para quando a correcção do erro que significa a saída do túnel? Aquela amálgama de traços ora existentes ora inexistentes, que já nesta Assembleia foram apelidados de momento impressionista de Picasso, criam graves problemas de circulação ao pouco transito que aí passa. Se alguém contar o número de automóveis que transgride (incluindo autoridades) o traço contínuo que impede a circulação entre a saída da central de

camionagem e a rua de acesso à casa do lavrador no sentido descendente... vai ficar abismado *com o número de transgressões que aí se fazem.* -----

----- Cremos estar a aproximar-se a altura indicada para a tecnicamente designada requalificação da zona, porque não se vislumbram eleições no horizonte e os Brigantinos não lhe imputarão o ónus eleitoral. -----

----- Para terminar, falar-lhe-ia de novo no poste de electricidade que sustem uma placa de aproximação de estrada com prioridade junto ao Lidl e que continua plantado a meio da faixa de circulação da direita; da zona final da Avenida Pavillon Sous Bois que se encontra um caos; do desnivelamento da rua das oficinas da Rodonorte que continuam a proporcionar excelentes banhos aos transeuntes; a desajustada sinalização que aí existe; a falta de uma passadeira segura nessa zona. -----

----- Obrigado.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, faça o favor. -----

----- **Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros companheiros e colegas desta Assembleia Municipal. -----

----- Eu, em primeiro lugar, queria-me congratular com uma decisão que me estava a indignar se não fosse assim, e entendo que o devo fazer, por aquilo que não tem sido feito, em que todos nós temos sido co-responsáveis. -----

----- O IP4 e o IP2 não estão construídos, não é por culpa deste ou daquele! É de todos aqueles que sempre consideraram que Bragança não tem eleitores suficientes e não justificam o investimento. E termino por aqui. E posso falar assim porque sei e conheço esta realidade. --

----- A mim puseram-me na rua porque lutei pelo IP4! A mim puseram-me na rua porque lutei pelo IP2! A mim puseram-me na rua porque entenderam que estava a lutar de mais por Bragança, e que Bragança não merecia aquilo porque lutava. -----

----- E fiquem sabendo todos os presentes aqui, e quem Governa e quem gere, é que de facto, nós somos muito poucos eleitores para justificar os investimentos que nós merecemos e porque nós lutamos, e todos aqueles, desde que estive na Câmara, desde que estive na Assembleia, sempre verifiquei isso com todos os membros e dirigentes que lutam desalmadamente e duramente, e muitas vezes com a adversidade de quem decide superiormente, porque entende que Bragança tem meia dúzia de deputados, tem quatro

deputados e se perder um não representa nada, o que interessa é ganhar dez nos Distritos onde os eleitores são muitos. E ponto assente. -----

----- Portanto, aquilo que nós decidimos aqui foi um acto de dignidade, justiça e de reconhecimento de que, de facto, todos têm sido co-responsáveis pelo atraso de Trás-os-Montes. -----

----- E peço desculpa da minha exaltação, mas é fruto de quem sabe e quem conheceu a vida pelas funções que desempenhou durante muitos anos, quer como membro do Executivo, quer como Presidente da Assembleia Municipal, quer como Governador Civil. -----

----- Muito obrigado pela vossa atenção sobre esta matéria. -----

----- Segundo ponto - Eu fiquei também muito contente e regozijo-me com isso, com a posição do Senhor Presidente da Câmara, que referiu aqui o problema da diminuição das taxas, o reconhecimento de que alguma coisa está mal neste paraíso e neste reino de Trás-os-Montes. E eu nessa sequência, tinha feito uma intervenção há tempos sobre o IMI, porque reconhecia que, de facto, estão-se a praticar injustiça e estamos a contribuir para alguma desertificação da Cidade de Bragança e do Concelho de Bragança. -----

----- E curiosamente, encontrei, enfim, um assunto a mim endereçado, encontrei ultimamente um documento muito confidencial, muito confidencial, mas hoje já não há confidências, porque onde eu o encontrei, disseram-me “muito confidencial”, como se ainda vivêssemos numa sociedade pouco transparente. -----

----- E então esse documento, para verem a situação que nós vivemos em Portugal, diz aqui assim: “valor patrimonial tributável para uma moradia uni-familiar com as seguintes características – área bruta privativa – 400m²; garagem – 50m²; terreno - 600m²; área de implantação – 200m², inscrita em 2005 no melhor local de cada município, em comparação. E o que é acontece, esse mesmo prédio, nos melhores centros dos vários municípios que são 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10... 20 Municípios, sabem qual é o valor patrimonial tributável desse prédio em Bragança? É de trezentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta euros! Sabem qual é por exemplo em Macedo de Cavaleiros, o melhor prédio de Macedo de Cavaleiros? Duzentos e setenta mil, cerca de cem mil euros a menos do valor tributário. Sabem qual é, por exemplo, em Tomar? É trezentos e cinco. Aqui é de trezentos e setenta e dois. Sabem qual é, por exemplo, em Porto – S. Mamede de Infesta? Duzentos e noventa e sete euros. É esta a nossa realidade. Mas se formos para um T3, os de Bragança terão um valor patrimonial tributário de cento e cinquenta mil e novecentos euros; Macedo de Cavaleiros – cento e quatro; Porto – S. Mamede de Infesta – cento e nove; Tomar, por exemplo, - cento e catorze. -----

----- Bragança vem no topo de tudo. Vem sempre no topo de tudo. -----

----- Bem, e eu fico muito contente que o Senhor Presidente da Câmara, nós sabemos, por exemplo, o que tem acontecido em termos de taxas e lembro que o Senhor Presidente falou nisto aqui, porque está atento à realidade, de facto isto está a contribuir para que realmente não haja investimento em Trás-os-Montes. Como não houve em Trás-os-Montes investimento porque não havia IP2 e IP4. O IP4 era condição essencial para o desenvolvimento. Eu disse uma vez, publicamente e a quem era o responsável - meu amigo, eu, agora, já não queria IP4 em Bragança, transformemos aquilo numa reserva ecológica, onde poucos chegarão - e porquê? Porque o período das vacas gordas, o período dos investimentos, o período da transferência de investimentos grandes acabou! Acabou! -----

----- Eu sou de uma região da Beira, de Mangualde. Eu tenho vários Presidentes da Câmara, meus colegas que, nesse momento, lutavam para que houvesse investimentos, diziam eles - não, enquanto vocês em Bragança estão a lutar para haver, fomentar, desenvolver... nós agora temos o problema é de responder aos pedidos. -----

----- E dizia-me um dia o Presidente da Câmara de Oliveira de Frades que tinha sido meu colega - olhe neste momento eu tenho noventa empresas a querer instalar-se aqui. E porquê? Porque se construiu o IP5. Porque estava lá o IP5. Porque a ligação mais próxima do Litoral Norte à Europa não era por Viseu! Não era por Mangualde. Era por Bragança! E não o quiseram fazer. -----

----- Nós se tivéssemos IP4 construído, nós não teríamos problemas com os Professores Universitários. Eles deslocar-se-iam rapidamente a Bragança. Mas quando nós podíamos ter criado a Universidade, demorávamos cinco horas do Porto a Bragança. Como é que nós podíamos estimular os professores a localizarem-se aqui? Portanto, tudo isto é fruto dos interesses de todos aqueles que não amam, não amaram, não quiseram transformar Trás-os-Montes naquilo que devia ser hoje, como essa Região da Beira que tem indústrias, que tem riqueza ali instalada. -----

----- E na sequência disto, eu queria dizer, e a título de exemplo, retirei um recorte dum jornal que diz assim: os Centros Históricos e Freguesias Rurais vão pagar menos impostos. Isto é a Câmara de Évora que decide. E decide assim, o Centro Histórico de Évora e as Freguesias Rurais vão pagar menos 10% do imposto municipal sobre imóveis, do então IMI. Foi aprovado pela Câmara Municipal, porquê? Dizem eles - há que estimular a ocupação habitacional de áreas afectadas, há que estimular um acabar com a desertificação humana. -----

----- Nós temos aqui este Centro Histórico, mas temos que reduzir taxas, temos que fomentar, temos que proporcionar a sua reconstrução, baixando os impostos, baixando o IMI. Não podemos continuar com essas taxas. -----

----- E neste sentido, e considerando que, de facto, a Assembleia Municipal tem um papel importante de apoio, de acompanhamento, da acção da Câmara Municipal, eu, na sequência daquilo que já tinha referido noutros tempos quando me pronunciei sobre o IMI, eu, em nome do Grupo Municipal do PSD, permito-me apresentar a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA

1 – A reforma da tributação do património sofreu, ultimamente, importantes alterações. -----

2 – Reforma esta que abrangeu a contribuição autárquica, a Sisa e o imposto sobre sucessões e doações, tendo este sido abolido para as transmissões por morte e doações a favor do Cônjuge, ascendentes e descendentes.-----

3 – A contribuição autárquica e a Sisa foram abolidas, criando-se, em sua substituição, o imposto municipal sobre os imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) para as transmissões onerosas.-----

4 – Tratando-se de impostos municipais, foi reforçado o papel dos Municípios na avaliação e na decisão quanto à concessão de “benefícios fiscais”.-----

5 – Assim, quer no IMI, quer no IMT é admitida a intervenção das Câmaras Municipais na modulação das taxas, ouvida a Assembleia Municipal. -----

6 – Como é da responsabilidade das Câmaras Municipais a fixação de taxas e licenças a pagar pelos Municípios, ouvida a Assembleia Municipal.-----

7 – Considerando que às decisões de fixação de taxas e licenças não pode ser estranha a preocupação da Assembleia Municipal com o fomento e desenvolvimento local e estímulo à actividade económica no Concelho;-----

8 – Considerando a especificidade rural do Concelho e o estado do Centro Histórico da Cidade, a pedir a sua recuperação e ocupação habitacional;-----

9 – Considerando a multiplicidade dos prédios degradados do Concelho;-----

10 – Considerando a importância do estímulo à construção como factor de desenvolvimento e à implantação de empresas, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe o seguinte:-----

Seja criada, nesta Assembleia, uma Comissão de estudo, análise e acompanhamento das actividades económicas do Município, com vista a apoiar a Câmara Municipal na sua acção de promoção do desenvolvimento e fomento da actividade económica, constituída pela Mesa da Assembleia, dois membros do PSD, dois membros do PS, dois Presidentes das Juntas de Freguesia, um membro da CDU e um membro do Bloco de Esquerda. -----

O Proponente -----

a) Júlio de Carvalho” -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----
----- Bom, está aqui uma proposta, tem que ser discutida e votada, ou, pelo menos, tem que ser posta à discussão e à votação. Eu perguntava se alguém quer pedir algum pedido de esclarecimento sobre esta proposta? -----
----- Perguntava se alguém quer intervir sobre ela.-----
----- Não sendo esse o caso, punha imediatamente esta proposta à votação. -----

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e seis membros presentes.** -----

----- Vamos prosseguir os nossos trabalhos, eu dava a palavra ao Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre. -----

----- **Luís Silvestre** – Dr. Júlio, parabéns pela intervenção, penso que é esse tipo de intervenção que eleva esta Assembleia. Relativamente à sua alegria, relativamente às palavras do Presidente, que disse que ia baixar, eu tenho que contrapor a dizer que vai ficar triste. E vai ficar triste porque vou ler aquilo que foi entregue aqui a esta Assembleia. -----

----- Aqui diz que, “ ...os coeficientes de localização sejam revistos de acordo com o ofício 20/05 de 2004.” -----

----- Vamos ler esse ofício: -----

----- Diz assim: “*De forma genérica a autarquia está de acordo com os coeficientes de localização propostos, exceptuando cinco zonamentos para o CI de habitação na Cidade de Bragança. As cinco correcções propostas, visam atribuir uma coeficiência espacial nos zonamentos propostos, alcançando desta forma uma equidade valorativa semelhante às zonas contíguas urbanísticas idênticas*”. Assim, no 1., a atribuição do CI no ponto 1, para zonas contíguas numa zona que está escrita no mapa, significa o seguinte, que vai passar de 0,6 para 1.1. É um aumento. Basta ver o ofício, está aqui no mapa, só se deram a informação errada. Está aqui. É só analisar o que está no mapa. -----

----- 2. Na zona de 0,7 passa para uma zona de 1. No ponto 3, uma zona de 0,4 passa para uma zona de 0,7. -----

----- 4 - na zona de 0,1 passa para uma zona de 1.2. -----

----- Exceptuando o ponto 5, em que uma zona de 0,6 na Santa Maria passa para 0,8. Tirem as vossas conclusões. A minha conclusão é que as pessoas vão pagar mais impostos. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----
----- Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, Jorge Novo, faça o favor, tem a palavra. ----

----- **Jorge Novo – Apresentou, por escrito, o seguinte:** -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança, Senhora e Senhor Secretários da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Publico e Comunicação Social presente, um bom dia a todos.

----- Vou fazer a minha intervenção no sentido de contribuir para que também o Estado e Vida do Município seja discutido também num âmbito, não só da Freguesia, mas num âmbito mais global. -----

----- 1- Sempre que entendi intervir nesta Assembleia fi-lo no pressuposto de contribuir de uma forma consciente e positiva para o desenvolvimento sustentado do nosso concelho, tanto na área urbana como na área rural, entendendo a área geográfica do município como um todo, prática que foi levada a cabo no passado, é concretizada no presente e vai ser concerteza no futuro. -----

----- Neste sentido permitam-me que teça algumas considerações, ora como ponto de chegada ora como ponto de partida para novas e importantes reflexões que possam ajudar a concretizações e às melhores concretizações no Município de Bragança que se desejam alcançar a mais breve trecho. -----

----- Assim, gostaria de expressar a satisfação e enorme regozijo por já ter tido inicio, *finalmente*, a intervenção de vulto na “minha”, *que eu costumo dizer tantas vezes*, Avenida Cidade de Zamora, num processo de requalificação assinalável, há muito reclamado por mim em nome da Junta de Freguesia de Santa Maria e dos seus cidadãos e em boa hora assumido pelo Sr. Presidente e seu Executivo, que mostra bem a preocupação com o processo de desenvolvimento das acessibilidades e da atractividade dos espaços públicos, neste caso da porta da entrada principal da Cidade de Bragança. -----

----- Este é sem dúvida, *pelo menos assim o qualifico*, um exemplo feliz de um investimento feito com qualidade e oportunidade e de facto, quando foi possível, *faço agora meia culpa*, entendo agora eu, que faz realçar uma atitude pró-activa para garantir um desenvolvimento urbano coerente, estruturado em vias de comunicação e espaços verdes. -----

----- Com certeza que irá ter seguimento, numa planificação do espaço já efectuado, numa via circular interna (VCI) que vem proporcionar a ligação entre os nós de acesso ao IP4, com

início na rotunda *da Avenida* do Sabor até à Avenida das Forças Armadas, na Quinta da Braguinha e a ligar futuramente nas proximidades da rotunda das cantarias.-----

----- Este é mais um aspecto de relevo de um Projecto Autárquico que já vai no terceiro mandato de um ciclo forte de investimento, *também na área geográfica da freguesia que eu represento*, e sobretudo de trabalho, que tem tudo para ser continuado e ao qual os cidadãos e os seus órgãos locais representantes, como as Juntas de Freguesia e seus elencos, tem emprestado toda a adesão e vontade nesse sentido.-----

----- Na verdade, o Município encontra-se numa situação estável, há equilíbrio de funcionamento da sua actividade, havendo agora espaço para novas apostas em outras concretizações, que brevemente iremos tomar ainda melhor conhecimento, como já vai ocorrer no dia 25 de Abril aquando da visita ao Centro de Ciência Viva.-----

----- Mudando um pouco o azimute mas não o tema e por falar em concretizações, Senhor. Presidente, Excelentíssimo Executivo, membros digníssimos desta Assembleia, Comunicação Social, permitam-me que traga aqui uma concretização que nos tem trazido alguma incredulidade, para não utilizar outras ordens de categorização como, sei lá, desaprovação, repulsa, etc, etc.-----

----- Então é assim: num espaço verde, ajardinado, com mobiliário urbano adequado, onde as pessoas usufruem o seu lazer e descanso, com passagem de centenas e centenas de outras pessoas diariamente, fazer-se a construção de um muro, que em certos locais tem para aí, *perdoem-me a expressão, mais de dois metros e meio*, quase parecendo um muro de prisão de alta segurança, não sei se Izeda tem um muro com esta elevação, quase parecendo de facto um muro daquelas prisões que nós vemos por vezes em filmes, não lembraria a ninguém. Só talvez mesmo aos seus autores que presumo eu sejam os mesmos da remodelação que está ainda em curso... os arquitectos António Portugal e Manuel Maria Reis.-----

----- Estou a falar do muro do Museu Abade de Baçal, que confina com o Largo Albino Lopo e sobre o qual não foi dado “cavaco” a ninguém (como vêem é sempre importante dar “cavaco”...) e que é inconcebível, no meu modo de ver, que ele tenha aquela configuração e dimensão.-----

----- O mínimo que se pode dizer é que não se compreende, numas obras de remodelação que ainda não foram dadas a conhecer, nem em fase inicial – ninguém conhece, nem intermédia– ninguém conhece, ou mesmo final – ninguém conhece, e cuja finalidade, pensamos nós (mas quem somos nós para pensar, pensarão eles), será ao fim e ao cabo motivar e abraçar mais público e visitantes, devendo-se fazer por isso a aposta na visibilidade do seu jardim, que é um dos jardins mais magníficos que a Cidade e Bragança tem, se calhar com materiais menos dispendiosos e de melhor efeito.-----

----- Não sei se ainda há alguma coisa a fazer para corrigir esta situação. Convidava os meus amigos a darem lá uma espreitadela quando tiverem oportunidade e constatarão que não estou a exagerar e que será preciso mesmo tomar uma atitude. -----

----- E como nestas coisas um mal nunca anda só, continua-se todos os anos a comemorar o Dia Internacional do Património, e o nosso, bem!, que tem como sua jóia a Domus Municipalis, continua na mesma, isto é, sem a necessária intervenção de reabilitação e o IPPAR lá nos vai adiando. E nós aguardamos! -----

----- Como aguardamos o Centro de Saúde, a Farmácia, etc., etc. -----

----- Nestas matérias, como noutras ainda mais importantes, urge de facto afirmar as nossas legítimas reivindicações para se olhar para o nosso território com uma vontade política nova no sentido de garantir coesão a nível político, social, económico, como forma de nos proporcionar crescimento e desenvolvimento – sem crescimento não há desenvolvimento - e para de uma vez por todas combater o grave declínio demográfico e de investimento público na nossa região. *Compete-nos a nós também enquanto membros de um órgão fundamental do Poder Político Local, pela sua proximidade para com os cidadãos, também não calar a nossa voz, fazê-la transportar para quem de direito possa tomar, de facto, as melhores deliberações condizentes com aquilo que são os argumentos que nós lhes formos apresentando.* -----

----- Falando de coisas mais tangíveis e se me fosse permitido ainda, gostaria, agora num contexto mais local, deixar tranquilamente e sem grandes alardeamentos, a fim de se poderem enquadrar em acções e deliberações por parte do Executivo da Câmara, *não está aqui o Senhor Presidente mas com certeza o Excelentíssimo Executivo tomará nota disto*, a título de sugestão e a seu tempo, a resolução de duas ou três coisas que tem a haver com: -----

----- - A fluidez de trânsito na Rua Miguel Torga no cruzamento com a Avenida Cidade de Zamora, junto ao Largo Albino Lopo, que com os carros estacionados de um lado e de outro, praticamente só deixa uma via para circular, originando-se situações mesmo caricatas como o stub da Câmara quase a não poder passar, *porque havendo só uma via e não tendo largueza suficiente ele não pode transitar, originando filas de carros atrás.* -----

----- - Uma segunda preocupação tem a haver com a sinalética/placas indicativas, como a da Rua José Bessa, em frente ao talho, que até eram bonitas e novas, mas que oxidaram e estão mais negras que sei lá o quê, não deixando quase ler-se letra alguma e não se percebendo nada do que pretendem indicar; solicita-se tão breve quanto possível a sua substituição. -----

----- - Um outro aspecto está ligado ao facto de como vai ser assegurado o estacionamento na Rua Abílio Beça para as pessoas que demandem a nova sede da ACISB e da Região de Turismo? Está a ser, e muito bem feita a requalificação/reabilitação de um Edifício, tanto

quanto se julga perceber não se vêem muito bem os lugares de estacionamento, não só para as pessoas que todos os dias ali irão trabalhar, mas também para as pessoas que terão necessidade de contactar tanto com a ACISB como com a Região de Turismo. Estão previstos lugares à frente do edifício? *Como é que se prevê resolver essa questão?*-----

----- - E por último, a situação que ultimamente me tem preocupado e que tem a haver com o trânsito, *falou-se aqui de facto da importância da Faurécia, falou-se aqui também de facto na importância daquela zona ter outra atractividade e outras e eu trazia um factor que é fundamental para que essa zona tenha outra qualificação, que tem a haver com o trânsito e com o estacionamento de carros nas bermas, e que os Senhores proprietários se justificam dizendo que não havendo passeios, pois não haverá nenhum incómodo em estacionar os carros em cima dos lancis, das bermas e daquilo que seria o local futuro para os passeios. É evidente que esta argumentação não colhe, mas faz algum sentido e pelo menos eu deixava como sugestão, também para salvaguardar a segurança e a tranquilidade das pessoas ao nível da circulação, que tão breve quanto possível e em futuras adjudicações de passeios na Cidade ou fora da cidade, em concurso, se possa também englobar aquela zona pelo menos na zona dos restaurantes, porque a eles demandam muitas pessoas, e para além disso tem oficinas e há muitas pessoas de facto ali a circular, e como vocês podem constatar cada vez que se passa por ali são carros estacionados de um lado e do outro em cima dos passeios e de facto, para além de não dar boa imagem, faz, de facto um péssimo serviço à segurança da circulação das pessoas.* -----

----- Para terminar, tendo sido minha prática debater os anseios existentes e por nós sentidos, nos lugares próprios, nomeadamente nas Assembleias Municipais e naturalmente nas audiências de trabalho com Vossa Excelência, Sr. Presidente, e com os restantes membros do seu Executivo, num diálogo profícuo, mesmo cúmplice e de compromissos recíprocos, não queria deixar de referir neste sentido que a obra da tão ambicionada Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria está a andar, um pouco a passo de caracol, é verdade, mas lá vai andando...-----

----- Mas para ainda ir andando e não parar, não existindo alternativas, deixamos na sua sensibilidade e possibilidade e da Câmara Municipal, com toda a certeza com a aprovação de todos os membros desta Assembleia Municipal, a ajuda financeira que nos possa dispensar que será para nós ainda mais importante que tudo pois ajuda-nos a resolver esta carência e a concretizar um sonho antigo.-----

----- Sabemos que podemos contar consigo.-----

----- Termino, endereçando a todos as minhas cordiais saudações”.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. Tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia.-----

----- **Lídio Correia** – A CDU entregou, pela manhã, na Mesa da Assembleia, dois requerimentos em que se solicita cópia do estudo elaborado pelo Município de Bragança sobre a estrada da ligação de Bragança às Rias Baixas, que efectivamente pretendemos ter informação muito concreta sobre esta situação, porque tanto quanto sabemos ainda não saiu do Plano Rodoviário Nacional a questão da ligação e portanto queremos saber, de facto, pormenores sobre este estudo, o que em futuras assembleias nos levará a pronunciarmo-nos mais detalhadamente. -----

----- E pedimos também, num outro requerimento, informações sobre a Carta Escolar, o Plano de Urbanização e a revisão do Plano Director Municipal. E quer a Carta Escolar quer o Plano de Urbanização quer o Plano Director Municipal prendem-se com algumas das intervenções que já aqui vimos. -----

----- Porque é que nós continuamos sem perceber como é que sem a Carta Escolar concluída, sem ser debatida, sem se ter feito nada, quer dizer estão para aí para se encerrar escolas, alterar coisas, estão para aí alunos a ir de um lado para o outro, concretamente, por exemplo, Grijó de Parada. Nós não entendemos como é que tendo Grijó de Parada o maior número de alunos da Zona esses alunos vão ser obrigados a ir à escola a Paredes. Gostaríamos que alguém nos explicasse. Disseram-me e não está confirmado, disseram-me e não estaria confirmado, teria sido equacionado primeiro Parada, neste momento seria Paredes. Se estou enganado peço que alguém me rectifique, mas com dados. Teria efectivamente sido equacionado Parada mas que neste momento seria Paredes. -----

----- São estas questões que nós não entendemos. Como não entendemos que se fale para aqui em obras e construções e continuemos sem o Plano de Urbanização, sem a revisão do PDM, o que nos leva quase a dizer que chegaremos ao fim do mandato do Senhor Presidente da Câmara e aquilo que prometeu no primeiro e que já estava em fase de concretização, em cada uma das Assembleias Municipais onde foi questionado estava sempre em fase de concretização e até hoje, não se viu nada. Quando estiver aprovado e em execução, provavelmente já não fará falta, porque estará tudo construído e provavelmente já nem sequer haverá pessoas para construírem mais qualquer coisa. -----

----- E a esse propósito gostaria de saber se o PDM contempla apenas e só duas zonas industriais, como sejam, as de Santa Comba de Rossas e a de Izeda. Gostaria de saber da legalidade da construção de uma zona industrial em Mós. Não me parece, e gostaria também

que alguém me esclarecesse sobre isso, porque não me parece que haja aqui muita legalidade. -----

----- Como gostaríamos também de saber se é verdade que está projectada uma estrada entre Faílde e Sortes, e que tipo de estrada, e qual o fim. Isto perguntando mais concretamente, será que se está a planear assim mais um carreirão do género daquele que foi construído entre Valverde e Paredes? Gostaríamos que, de facto, isso não fosse assim e por outro lado, pensamos que o Executivo e Presidente da Câmara não devem descurar a exigência do arranjo da estrada do Penacal que já está de certeza absoluta fora de validade há muito tempo. -----

----- Depois, entrando na Cidade, eu gostaria de saber para quando é que os cidadãos de Bragança poderão esperar que sejam tratados como cidadãos do primeiro mundo pelas empresas que constroem em Bragança? Cada uma das empresas que abre um buraquinho na Cidade, deixa depois um buracão. -----

----- Por exemplo, no Campo Redondo havia um tapete uniforme, bem construído. Apareceu a Empresa do Gás e agora temos, porque choveu, porque se não tivesse chovido não se daria por ela, para já, mas porque choveu agora temos um valado. -----

----- Nos sítios onde entrou o gás tínhamos pavimentos uniformes e agora temos valados.

----- Em todos os sítios onde houve uma intervenção de quem quer que fosse, em vez de termos pavimentos uniformes que a Câmara pagou, temos, em todos eles, valados. -----

----- Pergunto, quando é que a Câmara exerce, de facto, as suas competências de fiscalização e exige que os cidadãos sejam tratados como cidadãos de primeira e mantenham aquilo a que têm direito. -----

----- Eu na Assembleia anterior questionei-me porque é que andavam os funcionários da Câmara a tapar as juntas na Avenida Abade de Baçal. E parece que tinha razão, porque os funcionários da Câmara terão que ir urgentemente tapar a genes juntas que estão criadas pela cidade fora, nomeadamente pelo gás. Não nos parece correcto e parece-nos um desperdício de dinheiro, e parece-nos que a fiscalização efectivamente falha e de que forma neste aspecto, para além da consideração que é devida aos munícipes nesse sentido. -----

----- E por outro lado perguntava por exemplo, como é que é possível que a estrada de Formil-Bragança, inaugurada à pressa para as eleições, porque foi inaugurada à pressa para as eleições, tinha que estar pronta no dia das eleições, como é que é possível que neste momento, praticamente se não possa transitar por lá? Que haja buracos! Quem paga isto? Quem fiscalizou? Quem é que é responsabilizado por esta situação? Pensamos que é tempo de cada um assumir as suas responsabilidades e a Câmara não pode permitir que as

empresas ou ela própria falhe desta forma aquando da execução de obras e pensamos que tem falhado sucessivamente nesse aspecto. -----

----- E já agora porque falei em Planos de Urbanização e a propósito de Planos de Pormenores, eu gostaria que me explicassem e se é que isto foi aprovado ou se está de acordo com a Lei, mas como não há Plano provavelmente estará de acordo com a Lei, aquilo que se está a construir no Centro de Ciência Viva é para ficar assim grandinho como está, vai encolher, está de acordo com o que está à volta, é mais um mamarracho, expliquem-me. Está de acordo com quê? Porque efectivamente não nos parece, pelo menos por aquilo que se vê até ao momento em que está construído, parece-nos algo meio deslocado para o sítio onde está e onde estava a antiga central eléctrica. -----

----- E por último, antes do último, permita-me Senhor Presidente mais uma vez, olhe para o bairro dos pobres do Campelo, que é aquele onde eu moro, vá lá agora que já choveu, só tem buracos, é absolutamente intransitável, é uma vergonha estar aquele bairro no estado em que está neste momento. Não há remendo que neste momento lhe valha ao bairro do Campelo. Cada pouco tempo, assim que chove vão lá os funcionários da Câmara. Aquilo já não vai com remendos Senhor Presidente, vai com uma intervenção a sério. -----

----- E por último falando de água, tanto quanto sei em 13/03/2006 foi aprovado o tarifário da água de que já aqui se falou, esse tarifário que foi aprovado para o meio rural e eu gostaria de saber como é que vão ser ressarcidas as populações que por sua iniciativa e expensas suas exploraram e canalizaram a água, como por exemplo aconteceu na minha terra, eu dei cabo das mãos a explorar água, por exemplo, na minha terra. Como é que essas populações vão ser ressarcidas? Há algo estudado para isso? -----

----- Por exemplo, Montesinho - Portelo tem um contencioso com a Câmara, ainda no que se refere ao tempo da instalação da barragem e por causa das condutas. Como é que os habitantes de Montesinho – Portelo, vão ser ressarcidos dessa situação? Vão ser obrigados a pagar já antes de serem ressarcidos da ocupação desses terrenos? Foi acautelada esta situação? -----

----- Nós sabemos que efectivamente a União Europeia vai obrigar toda a gente a pagar, sabemos que efectivamente as políticas neo-liberais que estão por aí a galopar por essa Europa fora e por este País fora se encaminham todos para a privatização da água, mas lembremo-nos que vivemos no Nordeste, que vivemos em Bragança e que temos as nossas especificidades e que por enquanto ainda somos portugueses. -----

----- Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira. -----
----- Tem a palavra se faz favor. -----

----- **Henrique Ferreira** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Secretária da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, bom dia a todos. -----

----- Eu vim aqui para vos saudar, mas também para aproveitar o momento e as intervenções anteriores, para saudar o direito à indignação por parte do Dr. Júlio de Carvalho em relação ao abandono que os sucessivos Governos nos habituaram, saudar também as intervenções do meu colega de bancada Luís Pires e também do Senhor Presidente de Junta de Santa Maria, Jorge Novo, e solicitar-lhe, porque eu não queria chorar mais uma vez, solicitar-lhe que vá ao edifício do ex-banco de Portugal a ver o que lá se anda a fazer, porque parece-me que já lá anda muita destruição indevida. -----

----- Em tempos tivemos aqui uma guerra por causa do edifício do Museu Abade de Baçal, e parece-me que provavelmente vamos ter que iniciar uma guerra por causa do antigo edifício do Banco de Portugal. Muito do interior está destruído, eu nem sequer quis entrar, é pena... porque havia lá alguns arcos da criatura gótica, outros de traça Manuelina, e eu gostava de saber para onde é que isso foi? É evidente que nem todas as salas tinham o mesmo valor arquitectónico, mas algumas delas tinham-no, e isso Senhor Presidente de Junta, se faz favor passe por lá porque eu não queria chorar mais... -----

..... -----

----- **Henrique Ferreira** - Ai já não é, então peço ao Senhor Presidente da Junta e peço-lhe desculpa também pela gaffe, portanto, obviamente. -----

----- Depois, queria aqui referir o projecto do Senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe para que o cumprisse no aspecto da igual dignidade dos Cidadãos do Município de Bragança, isto é, que o Senhor Presidente da Câmara olhasse para os Bairros limítrofes da Cidade, que hoje têm piores arruamentos do que a maior parte das aldeias e freguesias do Concelho de Bragança, Infelizmente. -----

----- Felizmente que as aldeias e freguesias têm bons arruamentos, agora obviamente que aqui o que se pede é igualdade, não já do mundo rural em relação à cidade, mas sim da cidade em relação ao mundo rural porque a maior parte dos bairros limítrofes estão, de facto, com arruamentos completamente degradados, e por favor mande alguém à estrada do Campo

Redondo para Castro de Avelãs e para Formil, porque a estrada - o Lídio falou, mas não falou nesse aspecto - o aluimento da estrada em praticamente cinquenta a cem metros, o que é que se passou ali, ali é uma curva. -----

----- Nesse local apercebi-me, aliás nesse dia tinha havido um acidente, porque um caminho que saía de casas devidamente autorizadas pela Câmara, com a chuva lançava areia para a estrada, a senhora que ia passar despistou-se em consequência da areia, o carro capotou e só parou no lameiro do outro lado. Felizmente nem ela nem o marido se feriram, saíram combalidos mas não se feriram, mas em qualquer dos casos o acidente podia ter consequências profundamente graves. E este é um aspecto que de facto lhe peço também, Senhor Presidente da Câmara, para olhar. E nem sequer é necessário ver esse caso grave junto a esse aluimento. -----

----- Há outros casos graves como por exemplo, o caso da zona de estacionamento junto ao edifício da Segurança Social, que lança sistematicamente areias para a estrada, que entopem as sarjetas, e põem a água a correr pela rotunda em frente à escola Abade de Baçal, abaixo. -----

----- Claro que a situação hoje está muito melhor do que já estive, mas em qualquer dos casos a situação continua a oferecer perigosidade. -----

----- Finalmente um outro reparo, quem desce das cantarias, quem chega ao final da descida das Cantarias, há ali uma série de sinais que estão em cima do cruzamento, e que é necessário deslocar pelo menos para cem metros para trás. Porque neste momento não são só já inúteis, como, inclusive, podem provocar acidentes para quem de repente pare e queira mudar de direcção. -----

----- Por outro lado também, na medida em que aquela zona é uma zona que concentra todas as águas que vêm do alto das cantarias e que vêm também da estrada que passa por baixo do Vale Churido, etc., pensar melhor na drenagem daquela água porque sistematicamente aquela estrada está inundada. -----

----- Para já era só. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.

----- Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida tem a palavra. -----

----- Prescinde? -----

----- Terminaram os pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deseja intervir nesta altura, dar algum esclarecimento?

----- Tem a palavra. -----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Na intervenção anterior não respondi à pergunta colocada, relacionada com o Matadouro. -----

----- Estamos a fazer uma melhor avaliação da actividade da empresa, da estrutura accionista e da sua evolução. Quero dar nota de alguns dados que são importantes para se perceber a discussão em que iremos entrar mais tarde. -----

----- O Concelho de Bragança tem actualmente três mil fêmeas reprodutoras, que possibilitam cerca de dois mil e novecentos vitelos, com um peso médio de cento e oitenta e oito quilos, o que equivale a uma produção no Concelho de quinhentas e quarenta e cinco toneladas. Há vinte anos, tínhamos sete mil vacas reprodutoras, e portanto em vinte anos há uma perda de sessenta por cento da capacidade pecuária do Concelho. -----

----- O matadouro de Bragança, mesmo com a saída da Mirandesa, abate oitenta por cento da capacidade do Concelho, há uma saída de vinte por cento para os matadouros do Cachão e Vinhais e supera esta perda de vinte por cento pelo abate que faz proveniente de outros Concelhos. -----

----- Estamos perante uma realidade de redução muito grande da actividade agro pecuária na região, devido ao abandono dos campos e envelhecimento da população, que acarreta dificuldades a todas as unidades da região. Significa que é necessária uma reflexão, no sentido de reequacionar a forma de trabalhar das empresas, temos de fazê-lo relativamente à nossa, estamos a começar a desencadear esse processo. Há uma grande entrada de carne vinda de Espanha, o mercado evoluiu muito nos últimos anos, também não há grande controle relativamente a esse processo, a nível das actividades económicas.-----

----- Passo ao tema do IMI. Em Maio de 2004, quando enviamos a nossa apreciação ao processo de tributação de imóveis não tínhamos o conhecimento actual, hoje, passados dois anos, conhecemos melhor a realidade. -----

----- No âmbito dos coeficientes de localização há a distorção para mais e para menos, e por isso há índices que têm que baixar, outros que devem subir. O processo de distorções não está só, nos coeficientes de localização. Está na forma de cálculo do valor tributável dos terrenos. Essa é a questão central, por isso nós incidimos a nossa abordagem neste momento sobre esses dois aspectos e consideramos necessário rever os coeficientes de localização e reduzir as percentagens para efeito de calculo do valor dos terrenos a partir de determinada área de construção e n.º de pisos. -----

----- É pois intenção da Câmara que o processo seja revisto em baixa e de forma equilibrada.

----- Uma outra nota que também quero deixar presente é que não podemos comparar o processo de tributação em Bragança, por exemplo, com Amarante. Bragança é uma capital de Distrito, podemos comparar com o que se passa em Vila Real, o que se passa na Guarda, temos de fazer esse exercício, para que seja o exercício correcto para os cidadãos e para o Município. A ideia é rever no sentido de baixa repondo equilíbrio e justiça no processo.

As empresas que intervêm na Cidade na construção de infra estruturas provocam estragos enormes, os CTT, a EDP e Duriensegás. Quando se reivindicou a instalação de uma rede de distribuição de gás natural para Bragança, tínhamos consciência de que instalar cerca de cem quilómetros de rede na cidade representa muitos estragos, muitos prejuízos. -----

----- Os técnicos da Câmara acompanham os trabalhos dessas empresas, garantem a compatibilização com outras infra estruturas e procuram exigir a melhor qualidade possível de execução , acontecendo que algumas destas empresas têm fiscalização pouco presente em obra. -----

----- Está sempre presente a pressão dos cidadãos que querem que as infra estruturas sejam renovadas ou construídas de novo e a nossa atitude de tentar compatibilizar na medida do possível com outros projectos, o que nem sempre é possível e por isso por vezes ocorrem situações que deveriam ser evitadas. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhor Presidente eu agradecia-lhe que abreviasse o mais possível porque o tempo está apertado, e talvez nos pontos que temos para discutir esta tarde, algumas das observações que o Senhor Presidente quer fazer se possam encaixar. -----

----- **Presidente da Câmara** – Sim, vou tentar recuperar. -----

----- O estrago na Estrada de Campo redondo para Castro de Avelãs, é da responsabilidade das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, comunicamos à empresa, que se propôs actuar sobre a empresa construtora,

Centro de Ciência Viva está conforme o Plano Estratégico para a intervenção Polis, é um edifício de referência que visitaremos no Dia 25 de Abril.-----

----- Os Bairros do Campelo e o bairro de S. Tiago são os bairros mais estragados na cidade, nesta fase, o orçamento da Câmara não comporta uma intervenção a não ser a de manutenção corrente, tal como referi quando da aprovação do orçamento.

----- O Banco de Portugal, os materiais que foram removidos foram recuperados para o armazém da Câmara, devidamente catalogados, de acordo com o que estava previsto e a maior parte, uma boa parte dos materiais são recuperados durante a fase de construção.

Salientando que o Edifício, removidos os acabamentos correspondia a um edifício em estado próximo da ruína. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado senhor Presidente. -----

----- Antes de interrompermos a sessão de hoje, eu queria lembrar aos Senhores membros da Assembleia, ou comunicar a alguns deles porventura, que hoje às 18h30 a Câmara Municipal promove nesta mesma sala, uma sessão de Homenagem ao Professor Dionísio Gonçalves, com atribuição da medalha de Mérito Municipal. E eu faço-me porta voz dos desejos da Câmara Municipal e que também são com certeza os da Assembleia de que essa sessão tenha a presença do maior número possível de membros da Assembleia Municipal. ----

----- Também como é do conhecimento de todos e como tem sido hábito, vai haver uma sessão solene, comemorativa do 25 de Abril, no próximo dia 25 de Abril, e eu quero deixar um apelo a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, para que, na medida do possível, essa sessão tenha a maior afluência de que sejamos capazes a fim de comemorarmos dignamente essa data. -----

----- Neste momento, sendo uma menos um quarto, vamos interromper os nossos trabalhos, a sessão recomeçará e eu pedia a pontualidade de todos no recomeço a fim de que não tenhamos dúvidas que encaixaremos os três pontos da ordem do dia que falta discutir até à hora da sessão que foi aqui já mencionada, recomeçaríamos os trabalhos sem falta e peço o vosso esforço no vosso sentido e a vossa compreensão, às duas e meia. Muito obrigado e até já. ---- -----

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhores membros da Assembleia, que estão nas coxias, agradece que interrompessem a vossa conversa que é com certeza agradável, contamos cinquenta e quatro membros presentes, da Assembleia Municipal, estamos em condições de retomar os trabalhos, entramos no -----

----- **PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVOS AO ANO DE 2005.....**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

I - CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER**, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de Março do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

----- **“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2005:.....**

----- Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes para aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2005, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001-2ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

----- Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

----- Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

----- O Balanço do ano de 2005 apresenta um activo líquido no valor de 119.452.491,36€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

----- A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 22.038.925,35 € e proveitos no montante de 24.740.543,08 €, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.701.617,73 €.

----- No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

----- Este mapa apresenta, na gerência de 2005, os seguintes valores:

----- Um total de recebimentos no valor de 32.147.449,91 €, que compreendem 380.156,99 € do saldo da gerência anterior, 30.583.162,20 € de receita orçamental (receitas correntes no montante de 19.616.737,89€, receita de capital no montante de 10.950.870,78 € e o valor de 15.553,53 € relativo a outras receitas) e 1.184.130,72 € de operações de tesouraria.

----- Foram efectuados pagamentos no valor total de 31.961.230,99 €, correspondendo 30.780.422,10 € a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 15.539.478,38 € e 15.240.943,72 € de despesas de capital), e 1.180.808,89€ relativo a operações de tesouraria.

----- Estes valores evidenciam um saldo de 186.218,92 € a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 99.977,99 € referente à execução orçamental e 86.240,93 € referente a operações de tesouraria.

----- Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.701.617,73€, seja aplicado da seguinte forma: Constituição de reservas legais no valor de 135.080,89€ e o restante no valor de 2.566.536,84€ para reforço do Património

----- **Pelo Sr. Presidente foi feita a seguinte apresentação do documento, de prestação de contas relativo ao ano de 2005:**.....

----- “A execução do orçamento da receita e da despesa, do ano de 2005 foi respectivamente de 74,73% e 75,21%, ou seja uma execução a rondar os 75%, enquanto no ano de 2004 esse valor foi de 80%. Para um orçamento previsional inicial de receita de 40.377.660,00 euros, obteve-se uma execução de 30.780.422,10 euros. A receita foi superior à do ano de 2004, tendo a execução corrente sido de 93,88% e a de capital de 62,54%. Já o volume de compromissos assumidos atingiu o valor de 37.827.462,59 euros, tendo como

justificação principal, o facto de as condições climatéricas terem garantido um ciclo continuado de execução de obras o que permitiu às empresas antecipar prazos de execução.

----- A diminuição da receita global teve como causa a baixa execução relativa às transferências de capital, resultado de atrasos de recebimentos de verbas FEDER e da não venda de bens de investimento. Em termos comparativos com o ano de 2003, ano de máxima realização de receitas de capital, é de salientar encontrarmo-nos em fase de encerramento do III QCA e por isso até meio do ano de 2008, a tendência será de diminuição.

----- A estrutura de execução orçamental evidencia um bom equilíbrio, sendo as receitas correntes de 19.616.737,89 euros, ligeiramente superior à de 2004 (19.085.739,00) originando uma poupança corrente utilizada para investimento, situação que vem sendo consolidada desde o ano de 1998, tendência que deve ser continuada.

----- A gestão municipal deve ter presente um significativo e também equilibrado esforço de arrecadação de receitas correntes, já que representam fluxos financeiros mais estáveis comparativamente às receitas de capital, por o acesso a estas tender a diminuir, no âmbito do orçamento municipal já durante o próximo QCA e de forma mais acentuada na fase seguinte, o que exige políticas de elevado rigor, de medidas nem sempre fáceis, mas necessárias tendo ainda em conta o facto de nos situarmos na sub-região de Alto Trás-os-Montes, a mais deprimida do país, uma das menos desenvolvidas da Europa.

----- A receita corrente de 2005, subiu relativamente ao ano de 2004 em 2,78%, valor aceitável tendo em conta tratar-se de um ano em que a economia do país esteve estagnada, e também à diminuição de receitas na venda de bens e serviços correntes, resultado da baixa de consumo de água e venda de electricidade que se situou em 40% do ano de 2003.

----- A receita de capital ascendeu a 10.950.870,78 euros, relativamente ao ano anterior, teve um aumento de 11,05%, destacando não ter sido realizada qualquer verba pela rubrica de venda de bens de investimento.

----- A receita global do município, na última década, aproximadamente duplicou, o mesmo se tendo verificado com as receitas próprias, face à evolução da actividade económica no município e à melhor organização da actividade municipal, sendo que esta deve corresponder

ao mais importante vector de acção tanto sob o ponto de vista da qualidade do serviço prestado, como da sustentabilidade orçamental.

----- Nos últimos dois mandatos, as receitas tiveram a seguinte proveniência: fundos comunitários 17,60%; empréstimos 6,40%; receitas próprias 35,49% e de transferências de fundos da Administração Central 59,49%.

----- A despesa paga foi de 30.780.422,10 euros, sendo 15.539.478,38 correspondente a despesa corrente e 15.240.943,72 a despesa de capital. A despesa corrente cresceu no ano de 2005, em 10,84%, reflexo de um aumento de serviços prestados à comunidade, resultado do aumento dos espaços verdes, garantia de qualidade no fornecimento de água, sector de ensino, serviços culturais e desportivos, aumento das áreas de limpeza urbana e do serviço associado. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,12%, representando 40,55% do orçamento corrente e de 20,47% da despesa global, enquanto no ano de 2004 representava 21,10%. Os limites legais de despesa com pessoal situaram-se em 37,85% e 18,65% dos limites legais impostos.

----- A despesa de capital paga foi de 15.240.943,72 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 62,54%, e um crescimento de 2,04% relativamente ao ano de 2004. O maior peso no conjunto da despesa é da rubrica de aquisição de bens de capital, correspondente ao investimento directo do município, no valor de 10.919.976 euros, e que revela uma diminuição de 3,19% relativamente ao ano anterior, resultado do aumento na rubrica de transferências de capital, destinadas às instituições sem fins lucrativos e Juntas de Freguesia, com um acréscimo de 28,01% em relação ao ano de 2004 e ao aumento da rubrica passivos financeiros, correspondente à amortização de dividas para com instituições de crédito.

----- O investimento realizado no último mandato, foi em média financiado em 37,23% pelos fundos comunitários; em 13,26% com recurso ao crédito bancário e 49,51% com recursos próprios, salientando a importância dos fundos comunitários na concretização de um importante ciclo de investimento que marca a gestão municipal dos últimos oito anos. Assim, comparando os três últimos mandatos temos que, o mandato de 1998/2001, o investimento foi 2,21 vezes superior ao de 1994/1997 e o de 2002/2005 foi de 2,89 vezes superior ao mandato atrás referido. Nos rácios referidos, não está contabilizado o investimento realizado através das

empresas participadas pela Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica.

----- Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos manter um período extenso em que o investimento foi superior à despesa corrente, e concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico colocando o nosso concelho nesta área muito acima da média do país. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos, assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar, cumprindo assim a Câmara Municipal algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social, situação que por sua vez representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes.

----- A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal 20,47%; aquisição de bens e serviços 23,24%; juros e outros encargos 1,03%; transferências correntes 4,45%; e outras despesas correntes 1,31%; aquisição de bens de capital 35,48%; transferências de capital 7,72%; activos financeiros 1,33%; passivos financeiros 4,98%.

----- A repartição da despesa por unidades orgânicas, teve a seguinte realização: Administração Autárquica 33,37%; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira 3,14%; Departamento de Obras e Urbanismo 36,17%; Departamento de Serviços Municipais 17,66% e Departamento Sócio Cultural 9,66%. Destaca-se, nas referidas unidades orgânicas, relativamente à média dos últimos quatro anos uma tendência de perfil uniforme, com a distribuição das despesas totais a ser concentrada no Departamento de Obras e Urbanismo, embora ao longo deste período e devido ao abrandamento das despesas globais, com excepção do ano de 2003, a sua importância tenha vindo a decrescer ligeiramente.

----- A execução do Plano Plurianual de Investimentos foi de 60,04%. As funções gerais assumiram 11,86% da realização; as funções sociais 59,67% e as funções económicas 28,47%. Da leitura dos valores desagregados, destacam-se três grandes áreas de investimento: habitação e serviços colectivos representando 40,77%; transportes e comunicações com 25,75% e serviços culturais, recreativos e religiosos com 14,25%. Analisando os projectos mais relevantes, surgem por ordem de grandeza, os investimentos:

rede viária e sinalização com 18,37%; urbanização com 11,14%; saneamento com 10,33%; habitação com 10,16%; transportes aéreos 6,61%; material de transporte 5,82% e desporto recreio e lazer 5,71%.

----- A dívida total do município, de curto médio e longo prazo é de 16.190.663 euros o que representa 52,60% da receita global. Temos assim um aumento de dívida de 2004 para 2005 de 15,12%, que será atenuada durante o exercício de 2006. Se compararmos com a situação em Janeiro de 1998 temos uma situação incomparavelmente boa, visto que nesse período a dívida global representava 105,37% da receita global ou seja duas vezes mais. Em termos absolutos se actualizada a referida dívida para Dezembro de 2005 ascenderia a 18.598.996,00 euros, ou seja superior em 2.127.085 euros.

----- Apesar da redução em 50% ao limite de endividamento, que se mantém desde o ano de 2004, a Câmara está ainda abaixo do limite imposto, salientando que em 2005 foi finalizado o pagamento de um dos empréstimos e que no valor de cálculo da capacidade disponível há valores incluídos em amortizações e juros que deverão em próximo cálculo ser retirados, correspondentes a empréstimos contraídos para financiamento de projectos com participação de fundos comunitários.....

----- A demonstração de resultados evidencia um resultado líquido positivo de 2.701.618 euros, consequência dos resultados operacionais do valor de 4.918.308 euros, dos resultados financeiros de 736.161 euros, dos resultados correntes com o valor de 5.654.469 euros e dos resultados extraordinários com o valor negativo de 2.952.852 euros. Os resultados extraordinários representam essencialmente as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos. A leitura deste resultado deverá ter presente a finalidade de acção da Administração Local.....

----- Quanto à estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, salienta-se que o activo cresceu para 119.452.491 euros resultado do aumento em 17.859.250 euros, o equivalente a 17,58%, crescimento assegurado pelo aumento do activo fixo. Os fundos próprios registaram um acréscimo de 16,12%, em resultado do incremento do património e das reservas, no valor de 11.276.310 euros. O passivo aumentou 20,82%, contributo do aumento dos acréscimos e

diferimentos, do aumento das dívidas a terceiros e do reforço das provisões para riscos e encargos.....

----- Quanto aos recursos humanos da autarquia, houve um acréscimo no número de lugares de pessoal em exercício de funções, face ao ano de 2004.....

----- A utilização de novos equipamentos culturais, de transporte, bem como a extensão da disciplina de Inglês a alunos do ensino básico, originou um aumento de colaboradores de pessoal contratado. Os quatro docentes de língua inglesa, os sete motoristas de autocarros e os nove auxiliares de acção educativa são o reflexo dessa extensão.

----- O Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (3), o Pessoal do Quadro (354), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (48), totaliza 409 colaboradores.....

----- O absentismo registou uma diminuição ao longo deste ano. Mesmo assim convém esclarecer que a natureza das faltas, resulta sobretudo de doença prolongada que se distribui por 45 funcionários. A morosidade das juntas médicas é responsável por uma elevada percentagem do absentismo existente.

----- No ano de 2005 a formação de pessoal Dirigente e Chefias, preparando-os para os desafios da modernização e de amplos conhecimentos em organizações, continuou a ser relevante na política de gestão de recursos humanos da Autarquia. Para além desses destinatários, proporcionou-se formação a todo o pessoal do quadro, no âmbito da implementação do Sistema de Qualidade, criando sinergias sistemáticas, onde se pretende fazer da melhoria contínua uma prática sustentada.”.....

----- Depois de amplamente debatido foi este assunto posto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar todos os documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2005, dos quais ficam cópias arquivadas em pasta anexa ao livro de actas, para produzirem todos os efeitos legais.

----- Ainda foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar que a aplicação do resultado líquido de exercício, conforme proposto pela Divisão Financeira, seja da seguinte forma: 135.080,89 € para reservas legais e 2.566.536,84 € para reforço do Património.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à apreciação da Assembleia Municipal os referidos documentos nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 10 de Abril de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – RELATÓRIO DE GESTÃO E PESTAÇÃO DE CONTAS 2005

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Para fazer a apresentação do documento que é submetido à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Faz favor.-----

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos, vou procurar fazer uma apresentação o mais sintética possível. -----

----- Assim começo por referir que a execução do orçamento da receita e da despesa do ano 2005 foi de respectivamente 74,73% e 75,21%, ou seja, uma execução próxima dos 75%, com o valor de 30. 780 422,10 €. A receita de 2005 subiu relativamente ao ano de 2004 em 2,78%, a receita de capital relativamente ao ano de 2004 teve um aumento de 11,05%. -----

----- Nos últimos dois últimos mandatos as receitas tiveram a seguinte proveniência, foi um exercício feito há oito anos, fundos comunitários globalmente à receita 17,6%, empréstimos 6,4, receitas próprias 35,49%, transferências de fundos da Administração Central 40,51%. Irei mesmo assim rectificar estes números face à situação que surgiu de manhã. -----

----- A despesa paga foi de 30 780 422,10 €, sendo 15 539 478,38 € correspondente a despesa corrente e 15 240 943, 72 € a despesa de capital. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,12%, representando 40,55% do orçamento corrente, 20,47% da despesa global. -----

----- Foi recentemente editado pelo INE o anuário estatístico da Região Norte, e quero deixar uma nota que me parece interessante. Tem a ver com uma avaliação feita durante o ano de 2003, aos Municípios em várias áreas, em termos de execução de receita, de despesa, investimento, etc, e vou falar do seguinte, das despesas com pessoal no total das despesas. De entre os oitenta e cinco Municípios da Zona Norte, em 2003 tivemos uma das mais baixas despesas com pessoal, 16,1%. Abaixo deste número só estiveram respectivamente o Município de S. João da Pesqueira com 12% e o Município de Braga com 14,4%. Portanto tivemos nesse âmbito, em oitenta e cinco Municípios, tivemos 82 atrás de nós. --- A despesa de capital paga foi de 15 240 943,72 €, o investimento realizado no último mandato foi em média financiado em 37,23% pelos fundos comunitários, agora estamos a falar de investimento, 13,26% com recurso a crédito bancário, e 49,51% com recursos próprios. -----

----- Comparando os três últimos mandatos em termos de investimento, temos que no mandato de 1998/2001, o investimento foi 2,21 vezes superior ao de 1994/1997. E de 2002 a 2005 foi 2,89 vezes superior ao mandato atrás referido. Nos rácios referidos não está contabilizado o investimento realizado através de empresas participadas pelo Município, seja

em investimento de requalificação urbana, como foi da Bragança POLIS, seja investimento de equipamentos como seja o Mercado Municipal. São os valores que subirão ainda muito mais. E nesta matéria de investimento, quero também dar-vos nota do seguinte, ao avaliar o investimento em 2003, comparando com os oitenta e cinco Municípios da Zona Norte, nessa altura nós tínhamos feito um investimento de 23 511 000 €. Acima de nós, não houve nenhum Município na Zona de Minho/Lima que tivesse realizado investimento superior. Houve na zona do Cávado os Municípios de Braga e Barcelos que nos superaram. Na Zona do Ave só Guimarães superou. Na Zona do Grande Porto superou a Maia, superou o Porto e Vila Nova de Gaia. Não houve nenhum Município no Tâmega que tivesse superado o investimento de Bragança. Não houve nenhum Município entre Douro e Vouga. Não houve nenhum Município no Douro, nem nenhum Município em Trás-os-Montes, ou seja, neste âmbito só sete Municípios dos oitenta e cinco da Zona Norte superaram o investimento feito pela Câmara de Bragança. E se analisado o investimento per capita de entre este grupo de Municípios que superaram Bragança, Bragança fez um investimento de seiscentos e setenta e seis euros por habitante, e imediatamente a seguir foi Braga com quatrocentos e setenta e oito, ou seja, o maior investimento per capita feito em 2003 em todos os Municípios da Zona Norte foi o nosso Município de Bragança. -----

----- Outro dado interessante, em termos de receitas de capital falamos de Municípios como é o Porto, Gaia, Braga, Guimarães, que têm receitas correntes muito elevadas, portanto têm um universo de tributação muito elevado. O nosso é muito reduzido. Se falarmos em termos de receitas de capital, só o Município de Vila Nova de Gaia e Porto é que superaram o Município de Bragança em 2003. -----

----- A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal 20,47%; aquisição de bens e serviços 23,24%; juros e outros encargos 1,03%; transferências correntes 4,45%; outras despesas correntes 1,31%; aquisição de bens de capital 35,48%; transferências de capital 7,72%, são essencialmente transferências para as Juntas de Freguesia; activos financeiros 1,33%; passivos financeiros 4,98%, que corresponde à amortizações. -----

----- A Dívida total do Município, de curto, médio e longo prazo, é de 16 190 663€, o que representa 52,6% da receita global. Em Janeiro de 1998 a dívida global representava 105,37% da receita global. Ou seja, duas vezes mais. Em termos absolutos, e actualizada para Dezembro de 2005, a referida dívida ascenderia a 18 598 000€, ou seja ainda superior em 2 127 000€. -----

----- A demonstração de resultados evidenciam um resultado líquido positivo de 2 701 618€, consequência dos resultados operacionais de valor 4 918 308€, dos resultados financeiros de 736 161€, dos resultados correntes com um valor de 5 654 469€ e dos resultados

extraordinários com um valor negativo de 2 952 852€. De referir que estes resultados extraordinários negativos correspondem essencialmente a transferências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Quanto à estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, salienta-se que o activo cresceu para 119 452 491€, resultado de um aumento de 17 859 250€ equivalente a 17,58% de crescimento assegurado pelo aumento do activo fixo. -----

----- Quanto aos recursos humanos, houve um aumento de quatro colaboradores, correspondente à contratação de quatro professores de inglês. -----

----- No essencial relativamente à apresentação dos relatórios de Gestão, eu penso que está dito aquilo que é essencial. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos abrir inscrições para pedidos de esclarecimentos. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vieira tem a palavra. -----

----- **António Vieira** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, muito boa tarde a todos.-----

----- Senhor Presidente, eu perguntava-lhe mais concretamente se no ano de 2006 já se vai fazer contabilidade analítica naquela instituição que é a Câmara Municipal? Penso que aqui no relatório o Senhor Presidente diz que no ano transacto, de 2005, não se fez contabilidade analítica por causa de problemas informáticos, penso que é inadmissível que uma Instituição como a Câmara Municipal de Bragança não faça contabilidade analítica, que é contabilidade analista, contabilidade de custos que nos dá os custos efectivos daquilo que gasta cada serviço. -----

----- Depois aqui no relatório também, há aqui uns números que não batem certo. Aqui no mapa das contas à ordem, a Autarquia diz que em 1/1/05 em cauções tem o valor de 836 081€, mas noutro mapa de dívidas a terceiros, essa dívida é de 884 000€, há aqui um desfasamento de 48 000€. -----

----- Por outro lado também, e eu acho que já o ano passado também o disse aqui, normalmente os vencimentos em Dezembro aos funcionários são pagos mais ou menos dia 20, 18 e acho que não se justifica passarem em saldos os fundos alheios. Portanto, eles devem ser pagos no próprio mês de Dezembro que é o último mês, e devem ser pagos nesse mesmo mês. Se por acaso eles são descontados aos funcionários em vez de passarem nas contas a razão para o ano seguinte podiam-se pagar até ao dia 31. No Hospital nós fazemos isso. -----

----- Por outro lado também aqui nos saldos de algumas coisas das contas de fundos alheios, há aqui valores que já transitaram do ano 2004, passaram todo o ano de 2005 e não tiveram qualquer tipo de movimento. Portanto, se estes valores não são do Município ou se devolvem às instituições respectivas ou então se por acaso eles continuam sempre com os saldos iguais, há que regularizá-los.-----

----- Portanto, era isso que tinha a dizer.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para responder ao pedido de esclarecimento.-----

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Receio não conseguir dar a resposta exacta a tudo, tenho de tomar nota das sugestões/recomendações, verificar dentro dos serviços, se elas forem pertinentes tê-las-emos em conta.-----

----- A parte relativa à avaliação das despesas feitas por cada um dos sectores é feita de forma exaustiva, está na conta de gerência e inclusive há, de resto, uma parte que avalia nos últimos quatro anos qual foi o comportamento de cada um dos departamentos, o que significa que podemos chegar ao nível de desagregação que quisermos, nessa parte até pela primeira vez, é reportada a quatro anos.-----

----- Se pretender-mos, obter da conta de gerência de forma detalhada quanto gasta cada um dos serviços, tal informação está devidamente descrita.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado.-----

----- Vamos fazer o registo de inscrições para intervenções.-----

----- Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira, faça favor.-----

----- **Henrique Ferreira** – Senhor Presidente da Mesa, de quanto tempo dispõe o Grupo Parlamentar do PS?-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Neste Ponto o PS dispõe de quarenta e dois minutos, que eu espero que não utilize, porque, como sabem em termos regimentais são os dois pontos, Orçamento e Plano de Actividades, e Conta de Gerência que no Regimento actual têm o dobro do tempo normal dos pontos da ordem de trabalhos. E sendo assim, efectivamente

a resposta que lhe posso dar embora não seja muito do meu agrado, por ser exagerada, mas com rigor é que o Partido Socialista dispõe de quarenta e dois minutos. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Henrique Ferreira** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas membros da Assembleia Municipal.-----

----- Tanto este momento como o momento da discussão do Plano de Actividades e Orçamento são momentos fundamentais da Vida do Município, e sendo este documento um documento de natureza eminentemente financeira, não o deveria ser. Deveria ser um documento, não só de natureza de análise financeira, mas também um documento que comparasse as realizações da Câmara Municipal com os objectivos estabelecidos no Plano de Actividades e Orçamento desse ano, do ano 2005. -----

----- Eu vou tentar fazer as duas coisas, a análise financeira e a análise da comparação desses objectivos.-----

----- Começo portanto pela análise financeira, até porque ela é que é pregnant neste documento, e apraz-me registar o esforço da parte dos técnicos da Câmara Municipal para darem dignidade a este documento em termos de apresentação, em termos de elaboração técnica, por vezes até demasiadamente elaborada ao ponto de muitos dados se contradizerem. Portanto, quando entramos num nível de elaboração esforçado, muitas vezes chegamos ao ponto de os dados depois se contradizerem uns aos outros. É o caso por exemplo da página trinta e nove, onde aparece o esforço de esclarecimento da dívida, onde o primeiro impacto é a soma da dívida global de cada um dos três períodos. E o primeiro impacto que tive quando olhei para este quadro, até porque esses números estavam a negrito, foi, lá vai a Câmara ter que vender o aeródromo e o Centro Cultural de Bragança para pagar uma dívida de 58 140 000€, que é a soma dos quatro anos. Não se justifica. Esta análise não se justifica, porque nós estamos a falar aqui de uma soma de quatro anos, a dívida é para cada ano, não pode ser analisada por períodos adicionalmente em relação aos quatro anos. Mas apenas invoco este exemplo para dizer do esforço que os técnicos fizeram para tornarem o documento mais esclarecedor, e portanto melhor, e nesse sentido esta primeira palavra de apreço para com o documento.-----

----- Agora uma segunda palavra de apreço para o esforço na elaboração do documento, com os tais riscos de contradições internas que eu enunciei. Logo na página sete, que é a primeira página do documento, no primeiro parágrafo diz-se que a receita foi superior à do ano 2004,

isto é página sete, parágrafo um e logo no paragrafo seguinte diz-se, a diminuição da receita global. Portanto, há aqui logo uma contradição, que realmente é desnecessária pelo esforço de sistematização da informação. -----

----- Como já disse o Senhor Presidente da Câmara em termos de análise financeira o Município executou 75% da sua projecção, o Município tinha previsto oito milhões de contos, realizou seis milhões, em termos de moeda antiga, trinta milhões de euros em termos de moeda nova, de realização, e quarenta milhões de euros em termos de moeda nova de execução, ou seja, só em 2005 o Município acumulou uma dívida de 7 500 000€, ou seja, um milhão e meio de contos em moeda antiga, o que para um ano só é uma dívida bastante acentuada. -----

----- Uma outra nota, também já aqui foi referido várias vezes, chamava a atenção para isso, a despesa corrente aumentou 10,84% em 2005, e aumentou essencialmente em relação às despesas com o funcionamento de novos serviços. E portanto a Câmara a partir de agora tem que começar a racionalizar os serviços de que dispõe sob pena de as despesas correntes começarem a aumentar e de a Câmara não conseguir realizar a parte boa, que tem conseguido até agora, que é transferir bastante dinheiro das receitas correntes para despesas de capital. --

----- É um bom rácio de desempenho da Câmara, que a partir de agora a Câmara corre o risco de não conseguir realizar se não fizer essa racionalização dos novos serviços que estão a acarretar um volume enorme de despesa em termos de despesa corrente. -----

----- A Câmara está com um auto-financiamento de apenas 50%, já está com um auto-financiamento de 50%, porque há seis anos era de apenas 38%, ou seja, este acréscimo de auto-financiamento deve-se ao esforço dos Governos desde 1995, que fizeram um incremento bastante grande das transferências do Fundo Geral Municipal, portanto a participação nos impostos nacionais e deve-se também a um feliz aumento das receitas próprias da Câmara, que por exemplo, o ano passado já caiu muito, justamente porque a construção civil entrou em crise, e daí mais uma vez a necessidade de chamar a atenção para a gravidade do IMI, ou seja, quando a Câmara, aliás não apenas a bancada do PS, mas também vários membros da bancada do PSD chamaram a atenção para isso, para as elevadas taxas que a Câmara tinha introduzido para os impostos do IMI e da Contribuição Autárquica. -----

----- E nesse sentido, a Câmara tem que urgentemente baixar essa taxas, porque não se pode admitir que um T3 pague duzentos e cinquenta contos, mil duzentos e cinquenta euros em 2009 de IMI, como não se pode admitir que uma vivenda só pelo facto de ser vivenda pague quatrocentos contos de IMI. Portanto, isto não pode de forma nenhuma numa região do interior acontecer. A Câmara aqui tem que fazer um esforço nesse sentido. Até porque se forem ver o aumento das receitas correntes, verão que há um diferencial enorme de dois

milhões e oitocentos mil euros, de 2003 para 2004, e esse diferencial é enorme, depois aparece como resultante destes dois impostos. Portanto, atenção a isso, aqui a Câmara não se pode demitir da sua função social também. -----

----- Agora uma outra nota muito importante na análise séria dos documentos. Nós quando comparamos dados, sobretudo em períodos históricos, não podemos comparar dados brutos. Não posso dizer, por exemplo, que o Orçamento em 1998 ou em 2000 foi de oito milhões de contos, e dizer que pelo facto de em 2005 ser de doze milhões de contos, ele aumentou cinquenta por cento. Não posso dizer isso, e sistematicamente o documento trabalha nesta base. Só que a inflação desde noventa e seis até ao momento foi de 45%. E além disso, há que introduzir um outro elemento que é o preço dos bens e portanto eu não posso fazer esta correspondência linear. E se introduzir esse dado, é evidente que as comparabilidades que aqui estão, estão todas erradas. -----

----- Repito, a Câmara em termos financeiros tem um desempenho muito positivo, sobretudo porque tem um rácio de despesas correntes, de receitas globais, que andou sempre neste período entre os 40, 45%, chegou a baixar para, salvo erro 37%, e tem porque conseguiu transferir dinheiro das receitas correntes para despesas de capital. Isto são dois bons indicadores de desempenho financeiro, mas, como digo, quando quero esclarecer uma análise séria, evoluções e percentagens, tenho que introduzir aqueles dois elementos. A evolução do nível dos preços, e a evolução da inflação. E nessa perspectiva não vou comentar mais números porque com isto digo, estão todos errados. Portanto, não vale a pena discutir mais. Dentro do critério que aqui está, estes números estão correctos porque dizem apenas, em relação aos dados absolutos, isto é assim. Agora em relação à evolução da inflação e à evolução dos preços, de facto isto não é assim. -----

----- Dívida – outro problema grave do documento. É afirmado sistematicamente na página nove, na página trinta e nove, na página quarenta, que a dívida é de 16 190 663€, na página quarenta e um é afirmado que a dívida dispara para 17 880 000€, não estamos a falar de trocos, estamos a falar num diferencial de 1 700 000€, ou seja, em moeda antiga de 340 000 contos. Estou na página quarenta e um, se quiserem consultar e acompanhar-me, é fácil. E há um dado, há elementos da dívida que não estão no documento, que são aqueles contratos que a Câmara assume e que não são escriturados em termos de situação de dívida, mas que existem, que a gente sabe que existem. -----

----- Realizou-se também um esforço muito positivo por parte da Câmara Municipal, a dívida é descrita nas páginas nove, trinta e nove, quarenta, quarenta e um e quarenta e dois, se quiserem consultar. -----

----- **Henrique Ferreira** – Olhe, por exemplo, a CP, por exemplo, o pagamento do Banco de Portugal, há vários assim, que não estão escriturados em termos de dívida de médio prazo, mas que a gente sabe que existem e que a Câmara vai ter que pagar, e que não estão contabilizados. -----

----- **Henrique Ferreira** – ...mas são dívida!-----
----- Em termos de análise financeira, vou ficar por estes dados, para não vos maçar mais, e agora vamos aos objectivos. Esta parte já só é qualitativa, já não é quantitativa. -----
----- Registou-se um esforço bastante grande da Câmara Municipal nos últimos dois anos do último mandato, a investir nas aldeias e freguesias rurais. No entanto, registou-se um enorme défice ao nível dos bairros da Cidade. -----
----- Relativamente às acessibilidades, mais uma vez vou em socorro de Santa Maria. Hoje é mais fácil ir a Rio Frio do que a S. Sebastião, no entanto a Rio Frio são treze quilómetros. Há que pensar, a Cidade tem projectadas uma série de obras que daqui a dez quinze anos, quando estiverem todas realizadas resolvem um certo problema de mobilidade na área Nordeste/Sudoeste, mas não resolvem os problemas na área Sudeste/Nordeste, ou seja, S. Sebastião e a zona do Castelo não têm qualquer programa, não têm qualquer projecto, para melhoria de acessibilidades. -----
----- Veiguiñas, ando a falar nisso há dois anos, tem que ser resolvida nem que seja por parte da Câmara. Não deixará de ser bom que a Câmara aumente o seu endividamento para resolver os problemas de encravamento ambiental e os problemas financeiros para a construção de Veiguiñas. -----

----- **Henrique Ferreira** - Agora compete à Câmara dialogar com este Governo! Uma vez que não conseguiu dialogar com o outro, que tente dialogar com este, pelo menos, porque eu acho que este, pelo menos, parece ser mais dialogante. -----
----- Em matéria de habitação social foram doze anos de nada. E no último Plano Plurianual de Investimentos já estava prevista a habitação social. -----

----- Ainda há bocado, ao almoço, se falava no único Presidente que fez habitação social em Bragança. E já foi há muitos anos! Portanto já é tempo, com a nova crise social que existe, eu chamo a atenção para isto, vai ser necessário a Câmara caminhar para esta área, já o disse aqui há dois anos, o Senhor Presidente da Câmara na altura veio em meu auxílio, e veio corroborar as minhas palavras, e voltamos a estar no momento em que potencialmente vai ser necessário a Câmara guardar dinheiro para a intervenção na área social. -----

.....

----- **Henrique Ferreira** - Mas a Câmara é Estado meu caro! Estais a deturpar tudo! A Câmara é Administração Pública! A Câmara tem funções exclusivas, que não são do Estado! Nós não podemos responsabilizar os outros e não nos responsabilizar-mos a nós próprios Eu também sou Câmara! Como membro desta Assembleia Municipal, e como cidadão deste Município eu também sou Câmara! E tenho de pensar enquanto tal. A culpa dos erros desta Câmara, quando ela os pratica, também é minha! Porque como cidadão tenho o dever de chamar a atenção! Mas que é isto?! Não podemos querer o sol na eira e a chuva no naval. Calma lá! Temos de ser cidadãos. E quando queremos ser cidadãos temos que olhar para as coisas como elas são e as Câmaras Municipais, quer queiramos, quer não, em determinadas áreas também são o Estado dentro do Estado, tem uma autonomia própria, tem competências próprias. -----

----- Vou ficar por aqui, gostava de fazer mais filosofia de fundo, mas, o tempo não perdoa. --

----- Muito obrigado por me terem ouvido. Eu sei que gera polémica mas isso é bom sinal. ---

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor. -----

----- Resta um pouco mais de dezanove minutos de tempo ao Partido Socialista. -----

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. -----

----- Eu prometo que os não vou maçar. -----

----- Ó! Senhor Presidente, olhando assim para si, parece-me um homem tão só, que se não fosse ali o nosso Vereador do PS... parece um homem muito só. -----

----- Ora bem, o documento apresentado sustenta uma política que em sufrágio eleitoral era distinta da apresentada pelo PS. Quanto a nós, a manifestação sobre as contas cabe apenas ao Tribunal de Contas, portanto não vamos pronunciar-nos sobre essas contas, como tal a nossa posição sobre esta matéria vai ser uma posição essencialmente política, como uma

política diferente que talvez indicie alguma coisa no nosso sentido de voto consubstanciado com a intervenção que depois o meu colega Vieira vai fazer de seguida. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Martinho Nascimento tem a palavra. -----

----- **Martinho Nascimento – Apresentou, por escrito o seguinte:**-----

----- “ Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

----- Estamos perante o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de 2005, que se pretende, nesta Assembleia, discutir e deliberar de acordo com o estabelecido legalmente e em consonância com as regras estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e Instruções do Tribunal Contas na sua elaboração.-----

----- Privilegiando a execução orçamental, pela maior representatividade da actividade da autarquia, efectua-se a abordagem em três aspectos e em consonância com a estrutura do Relatório em questão:-----

----- A execução orçamental;-----

----- A dívida do município;-----

----- A situação económico-financeira.-----

----- Relativamente à execução orçamental a mesma foi inferior ao previsto na respectiva dotação, em cerca de 75%, devida à diminuição na cobrança de receitas de capital nomeadamente de transferências de capital e de venda de bens de investimento. Contudo, a rubrica que releva em muito para a gestão financeira da autarquia, as receitas correntes, obteve uma taxa de execução de 109,5%.-----

----- Da análise do relatório constata-se igualmente o princípio do equilíbrio orçamental, determinado pelo POCAL, dado que as receitas correntes são superiores às despesas correntes, representando estas apenas 79% daquelas, canalizando-se consequentemente a respectiva diferença para o investimento.-----

----- De realçar o peso, na estrutura das receitas correntes, da rubrica transferências correntes sustentada pela fraca representatividade da nossa região na criação de riqueza nacional — produto interno bruto — devida em grande parte ao factor interioridade que é intensificada pelo abandono populacional e do poder central.-----

----- Também na vertente das receitas de capital o peso das transferências de capital evidenciam a dependência externa deste município a corroborar o que antes se referiu.-----

----- O reforço do passivo financeiro das receitas de capital em 2005, consubstanciado em empréstimos obtidos, foi direccionado para o investimento em infra-estruturas básicas mas também em investimento essencial ao desenvolvimento sócio-económico e cultural do nosso concelho. -----

----- Do lado da despesa e na óptica da execução orçamental constata-se de igual forma uma taxa média de execução de 75%. Contudo, da análise da mesma quanto ao seu destino, constata-se que as despesas correntes obtiveram uma taxa de execução de 94%, representando as despesas de capital 62,5% da dotação prevista. -----

----- A maior proximidade de execução com a dotação prevista, no caso da despesa corrente, assenta sobretudo na natureza das despesas que constituem custos fixos na sua esmagadora maioria. Refira-se, a título de exemplo, as despesas com pessoal em que as remunerações certas e permanentes têm um peso mais relevante. Despesas estas que estão legalmente limitadas, mas cuja execução se encontra aquém dos limites legais impostos. -----

----- De salientar a relevância das transferências de capital, com um aumento de 28% relativamente ao ano de 2004, em especial pelo destino a que as mesmas se reportam, designadamente as Juntas de Freguesia e as Instituições sem Fins Lucrativos. -----

----- Em termos de peso relativo na estrutura da despesa, o investimento directo foi de 35,5%, sendo relevante que no último triénio o mesmo tem sido assente sobretudo no financiamento municipal representando cerca de 50% das fontes de financiamento. -----

----- No contexto da classificação orgânica da despesa o Departamento de Obras e Urbanismo ao absorver cerca de 36% do total da despesa — o maior peso relativo na repartição departamental da despesa total - indica e é reflexo do investimento em obras públicas da responsabilidade da autarquia. -----

----- Infere-se assim, da análise da estrutura de execução orçamental, que foi cumprido o princípio orçamental do equilíbrio global, dada a cobertura das despesas pelos recursos necessários para o efeito, considerando naturalmente o saldo transitado da gerência de 2004. Assume especial relevância na execução orçamental a superação das despesas correntes pelas receitas correntes em cerca de € 4.000.000,00 €, servindo este saldo positivo de suporte ao investimento. -----

----- Esta relevância é tanto mais positiva quanto representam as receitas correntes nas receitas totais, isto é, cerca de 64 % enquanto as despesas correntes e de capital se repartem no peso relativo das despesas totais, assumindo aqui o investimento directo a grande parcela na despesa de capital em cerca de 90%. -----

----- No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos a sua execução foi fortemente condicionada pela diminuição das receitas de capital. Contudo, em função da sua classificação

funcional a função social é a mais representativa, reflectindo o maior esforço na área social, habitação e serviços colectivos. -----

----- Relativamente à dívida do município em 2005, a mesma é condicionada legalmente pelo Orçamento de Estado para 2005 e pela Lei das Finanças Locais, que determinam a capacidade de endividamento dos municípios. -----

----- Da análise dos mapas de evolução e do serviço da dívida de curto e médio e longo prazo, constata-se que, apesar do aumento da dívida total em 2005, em cerca de 13%, o limite de endividamento imposto legalmente não foi atingido, sendo que o rácio da capacidade de endividamento é condicionado pela diminuição daquele limite face à diminuição da despesa de investimento e não do aumento do serviço da dívida *de per si* -----

----- Da situação económico-financeira da autarquia importa realçar para o efeito o Balanço e a Demonstração de Resultados, porque, além de estruturantes, são peças contabilísticas fundamentais na análise da situação patrimonial da autarquia a 31 de Dezembro de 2005 e da evolução dos custos e proveitos no período, respectivamente. -----

----- Da análise do Balanço, ressalta, da composição do Activo, o peso do Imobilizado que representa 98%, activo fixo que garante os créditos dos financiadores do capital a longo prazo.

----- Com efeito estes activos são recursos que potenciam benefícios económicos futuros. ----

----- Por outro lado garante-se, através dos Fundos Próprios, um alto grau de efeito de alavanca, conseguindo-se assim resistir a uma melhor tempestade económica, como se comprova na relação entre os Fundos Próprios e o Passivo de 81.244.182 € e 38.208.310 €, respectivamente. Porém, o Balanço não é uma declaração de valores. -----

----- A Demonstração de Resultados, de custos e proveitos culmina num resultado líquido positivo, do exercício de 2005, de 2.101.617 €, condicionado contudo pela estrutura dos resultados parcelares. -----

----- A análise e diagnóstico financeiro através dos rácios só seriam significativos se calculados numa lógica temporal e tendo em conta actividades similares dos serviços prestados pela autarquia que tem como missão a satisfação das necessidades colectivas e não da obtenção do lucro numa perspectiva de rentabilidade empresarial. -----

----- Termos em que: pelo que tudo atrás se referiu, se apoia e vota favoravelmente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2005. -----

----- Assembleia Municipal, em 21 de Abril de 2005-----

----- a) Martinho Eduardo do Nascimento” -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia António Vieira faça o favor. Tem a palavra. -----

----- **António Vieira – Apresentou, por escrito o seguinte:**-----

----- Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara , Senhores Vereadores, membros eleitos desta Assembleia, Senhores Presidente de Junta público e comunicação social. -----

----- Mais uma vez muito boa tarde a todos. -----

----- A apresentação do relatório de gestão e das contas referentes ao exercício económico de 2005 corresponde ao cumprimento de uma formalidade legal que satisfaz as necessidades de informação financeira sobre a actividade desenvolvida pelo Município.-----

----- Se as contas em si são o que são, vale no entanto a pena efectuar uma leitura política dos números que nos são apresentados: -----

----- Começemos então pelo geral: -----

----- A Câmara apresenta um demonstração de resultados onde evidencia um resultado do exercício de 2.701.617€, mais baixo do que o do ano anterior, que era de 6.465.979,€ mas mesmo assim muito alto. Duas situações podem acontecer: -----

----- - Uma primeira que é a das contas reflectirem em toda a sua extensão os movimentos financeiros e patrimoniais desenvolvidos pela Câmara e, a ser assim, a primeira conclusão que tiramos é de que se andam a cobrar impostos a mais, as taxas e licenças são excessivamente caras e portanto é exigido um esforço excessivo aos munícipes que pagam mais do que deviam e o partido socialista já por diversas vezes nesta assembleia chamou atenção para esse facto, e hoje também alguns deputados do PSD interviram nesse sentido. -----

----- - Uma segunda hipótese é a das contas não estarem bem feitas. Já o ano passado houve aqui alguém que disse que não eram cumpridas as normas contabilísticas que permitem relevar o resultado de acordo com o respeito pelos princípios contabilísticos e pelas normas aplicáveis. -----

----- Começa a ser tempo de uma instituição como a Câmara tranquilizar a Assembleia Municipal assumindo por sua iniciativa a contratação de uma empresa especializada que audite as contas. Embora não estejamos a levantar dúvidas sobre a competência técnica de quem elabora a informação financeira mas a verdade é que qualquer entidade com alguma dimensão, independentemente da qualidade dos seus técnicos deve ter uma informação financeira auditada. Eu trabalho numa instituição desta cidade, onde na gestão financeira trabalham funcionários muito competentes e as contas são auditadas. -----

----- De qualquer forma, e tendo em atenção os aspectos mais relevantes das contas apresentadas parece-nos útil reflectir sobre o seguinte:-----

----- - A dívida a instituições de crédito não só não diminui como até aumentou; -----

----- A dívida de curto prazo aos fornecedores de imobilizado (vulgo credores de investimento) aumentou mais de 100% o que nos leva a pensar que a Câmara se tenha em parte financiado através destes credores porque o valor em dívida era de 1.976.033 € em 2004 e passou a ser de 4.010.948 € em 2005;-----

----- Globalmente o passivo de curto prazo cresceu 65% o que denota a existência de dificuldades de tesouraria. -----

----- Ora, isto não nos parece ser compaginável com o resultado líquido que nos é apresentado de quase três milhões de euros. É caso para perguntar: então crescem os resultados e aumenta o Cash-flow e paga-se pior, muito pior, aos credores?-----

----- A prestação de contas evidencia também uma quebra assinalável das receitas de capital o que vem provar o irrealismo do orçamento que aqui discutimos e que foi aprovado com os votos contra do PS. Como diz o povo o papel aguenta tudo que se queira lá pôr; o difícil é concretizar as previsões quando assentam em bases inconsistentes como se evidencia ter sido o caso. E não basta dizer que se está no encerramento do QCA III para justificar a baixa execução orçamental relativamente às rubricas de capital, nem tão pouco invocar a dificuldade de alienação de bens de investimento. A este propósito é oportuno sublinhar que a Câmara ao contrário de prosseguir uma política de solos que contrariasse a espiral especulativa dos terrenos tem contribuído para alimentar essa especulação tomando a zona de maior expansão urbana (Quinta da Braguinha) num negócio especulativo cujas consequências são, para além do mais, uma intensidade construtiva inadequada para uma cidade como Bragança. -----

----- Senhor Presidente: -----

----- Apesar de V.Exa continuar a ufanar-se com o maior ciclo de investimentos dos últimos anos a verdade é que os investimentos realizados tornaram o orçamento municipal mais vulnerável à possibilidade da obtenção, ou não, de meios de financiamento externos no futuro. Na verdade V.^a Exa construiu um conjunto de equipamentos consumidores de recursos sem que tenha tido a menor preocupação em levar por diante uma estratégia equilibrada de investimentos que conciliasse investimentos em equipamentos culturais com investimentos em equipamentos propiciadores de retomo financeiro. -----

----- As contas que nos são presentes denunciam já a mais do que provável incapacidade da Câmara para sustentar o património municipal, pois, como refere o relatório, as despesas correntes aumentaram em virtude do aumento dos equipamentos e das necessidades para o seu funcionamento. Em suma, a Câmara pretende viver como se fossemos ricos mas está dependente de verbas e financiamentos que não controla para manter o fausto e as mordomias que lhe estão associadas. -----

----- Há hoje, na Câmara de Bragança, a sensação que quanto mais "gordos" forem os orçamentos melhor é a governação. A cultura do despesismo, tão patente nesta Câmara, tem consequências dramáticas no futuro. Apesar do progresso tecnológico, normalmente ao nível das funções administrativas e de apoio, o número de funcionários continua a aumentar. E a verdade é que enquanto se continuar a gastar mais em despesa corrente menor é a capacidade para realizar investimentos e menor é, também, a capacidade de gestão em situações de contenção orçamental, dado o carácter rígido dessas despesas. -----

----- A conta de gerência e a prestação de contas que estamos a apreciar não é mais do que o reflexo da política do município contra a qual nos temos batido porque acreditamos e temos a convicção que as opções tomadas não são as melhores e estão longe de resolver os problemas estruturais do nosso município. -----

----- Nessa perspectiva a nossa posição é, em relação ao relatório e contas, de um inevitável cepticismo, associado à dúvida sobre a razoabilidade de alguma informação que nos é prestada. -----

----- Bragança, 21 de Abril de 2006-----

----- a)António Vieira-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, faça o favor. -----

----- Prescinde?-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faça o favor. -----

----- **Luís Vale** – Boa tarde a todos. -----

----- De facto devo começar por reconhecer que não é realmente o meu forte este tipo de documento, a análise e a leitura destes documentos, de qualquer forma já aqui foram feitas análises e leituras destes números e destes dados, portanto, penso que poderei fazer referência a duas ou três situações que me parecem que à minha humilde e leiga leitura sobressaíram. -----

----- Portanto, começaria por fazer referência à questão das receitas, nomeadamente o peso que continua a ter, para este exercício, a questão dos impostos, a cobrança de impostos, quer sejam os directos e os indirectos. -----

----- Depois, também referir da leitura da tabela que diz respeito aos apoios comunitários e outros, mas é assim que está mencionado, grande parte dele, os grandes números dizem respeito às grandes obras efectuadas aqui na Cidade, portanto, e de alguma forma o resto do Concelho, as outras freguesias ficam com as sobras. -----

----- Depois também, e aí vou ter que o referir, e perguntar ao Senhor Presidente, desculpe-me a ignorância mas, neste relatório é dito que há uma grande preocupação com as funções sociais, e depois temos aqui um valor na página trinta e três, no quadro número vinte, que diz respeito ao previsto e ao executado nas funções sociais relativamente ao item da saúde, mais uma vez peço desculpa pela minha ignorância mas prever 92 500 € e depois gastar ou executar 747, portanto... não sei se isto é um erro ou se isto é mesmo assim, mas este número realmente ressalta, sobressai. -----

----- Depois, em termos de uma perspectiva diacrónica e analisando o gráfico número nove, podemos verificar que as funções sociais têm vindo a perder a importância, e por oposição as funções económicas têm cada vez maior peso nas políticas e nos investimentos por parte deste Executivo. -----

----- Em relação às transferências correntes e de capital também gostava de perceber quais são os critérios utilizados para haver valores tão díspares entre os diferentes beneficiários, também foi uma das questões que me chamaram a atenção. -----

----- E de uma forma sucinta foram estes os pontos que me chamaram a atenção. -----

----- Agora, de qualquer forma, gostava de fazer uma pequena conclusão de análise política, de alguma forma para justificar, desde já, o sentido do nosso voto, ou do meu voto, neste caso.

----- Não fazendo parte ainda da Assembleia até às últimas eleições, portanto, não participamos no exercício do ano anterior, portanto, naturalmente abster-me-ia na votação. De qualquer forma como estamos aqui porque não acreditávamos na gestão e no projecto proposto por este Executivo, e apresentámos como alternativas e estamos aqui por isso mesmo, portanto votaremos contra este relatório. -----

----- Tenho dito. -----

----- Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra. -----

----- **Luís Afonso** – Muito boa tarde Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vereador, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimos Deputados. -----

----- Senhor Presidente da Mesa, de quanto tempo dispõe o Partido Social Democrata? -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Sessenta minutos. -----

----- **Luís Afonso** - Sessenta minutos. Bem, eu devo dizer desde já que fico muito satisfeito, de resto já o ano passado assim o fiz, fiquei muito satisfeito pela análise que foi feita pelo Dr. Martinho em representação do Partido Social Democrata, porque foi uma análise, de facto, aprofundada e eu pouco mais tinha que acrescentar.-----

----- E na parte técnica eu não diria nada. Mas na parte política parece-me que é preciso dizer qualquer coisa, e perdoem-me da bancada do Partido Socialista, bem como do Bloco de Esquerda, dado que não ouvi hoje, estranhamente, qualquer intervenção da CDU nesta matéria... vão intervir a seguir não é? Que pena, que pena... Significa que se calhar tal como hoje ouvi dizer aqui ao primeiro orador por parte do Partido Socialista – Dr. Henrique Ferreira – que deu os parabéns, quase que deu os parabéns à Câmara por ter reconhecido estes últimos anos dos mandatos liderados pelo Partido Social Democrata como os anos de maior investimento dos últimos tempos, eu diria desde que há memória! -----

----- E de facto isso significa que o Partido Socialista reconhece, em parte, que eu nunca consigo perceber bem o Partido Socialista, porque se por um lado o Partido Socialista vem por aqui, pelas afirmações do Dr. Henrique Ferreira dizer “parabéns pelo esforço que os funcionários da Câmara tiveram para tratar este documento, dar-lhe condições de apresentação, com uma leitura positiva”, a seguir o Senhor Vieira vem cá dizer exactamente uma situação ao contrário, que “este documento levanta-nos dúvidas, é preciso fazer o auditar das contas...”, eu de facto fico sem saber se vocês estão unidos em volta da vossa apreciação que fazem relativamente a este documento ou não. -----

----- Uns dizem que parece bem, está uma maravilha, parabéns aos funcionários, aos funcionários, dizer assim, parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, de facto, por ter construído este documento como deve ser e se calhar até alguns dos cumprimentos que estas palavras que o Dr. Henrique Ferreira fez, até eventualmente podiam direccionar-se aos funcionários, alguns deles até tenham tido já responsabilidades políticas dentro do Partido Socialista, e são actualmente alguns dos responsáveis que trabalham nesta área, já pelo contrário o tapete é tirado quando o outro elemento do Partido Socialista diz que era melhor auditar as contas porque se calhar não oferece confiança este documento que foi elaborado por alguns ex-representantes do Partido Socialista nas estruturas políticas neste Concelho. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, pois muito bem, este documento, o Partido Social Democrata acha que, de facto, reflecte a actividade do Município no ano de 2005. É notório dizer, eu não quero perder tempo a fazer apreciações de carácter técnico, mas é notório e o Presidente da Câmara que redigiu esta apreciação inicial, que é uma apreciação de carácter político, di-lo e bem, e todos nós reconhecemos que, de facto, dentro de uma conjuntura económica que eventualmente se vive em Portugal, numa conjuntura de clara recessão, de

dificuldades económicas, há uma Câmara neste país, e haverá mais Câmaras, mas estamos a tratar da Câmara de Bragança, que consegue mesmo nesse ambiente de recessão, consegue um aumento da receita corrente relativamente ao ano de 2004 de 2,78%. -----

----- Equacionando até, que nessas receitas correntes, esta receita ficou prejudicada, mesmo crescendo 2,78% ficou prejudicada, ficou prejudicada e o Presidente di-lo no documento, pela redução da expectativa que tinha relativamente a alguns bens, nomeadamente a água e elementos agregados ao recibo da água, como a taxa de saneamento, de tratamento de resíduos, porque, não por culpa da Câmara, mas enfim, pelas condições meteorológicas que fizeram com que a Câmara não recebendo tanta receita como esperava, acabou ainda por ter de gastar dinheiro para fazer e bem, sensibilização junto da comunidade de Bragança e do Concelho para pouparem água. -----

----- É verdade também que essa diminuição da precipitação conduziu a uma redução na receitas de produção de electricidade, situação que, dentro de uma conjuntura nacional de recessão, uma Câmara como a de Bragança consegue aumentar as receitas correntes, mesmo equacionando que algum valor que é importante na receita corrente, que é a venda de água, acabou por ter uma contingência desfavorável, que não tem a ver com a Câmara em si, nem as opções do Município, mas sim pelas questões, de facto, da precipitação. -----

----- O Partido Socialista fala nas taxas... nas taxas... nas taxas... Podem falar nas taxas. Não têm responsabilidades de Governo agora na Câmara de Bragança, podem dizer o que entenderem. -----

----- A questão que se levanta é a seguinte, todos nós queremos e é verdade que os cidadãos querem, desejam e são merecedores de boas condições de vida, bons acessos – estradas, bom tratamento de saneamentos – construção de saneamentos, etar`s, emissários, que precisam de boa água - de fontes e condições de abastecimento em qualidade e em quantidade. É preciso fazer obra. -----

----- Querem ter acesso à cultura e ao desporto, têm que ter Equipamentos, mas para se fazer isso tudo é preciso dinheiro, e vocês, se calhar, passam a vida a sonhar que é possível fazer obra sem dinheiro, é que para haver despesa, essa despesa tem que necessariamente ser coberta por receita e a receita só se obtém de duas formas. -----

----- Estão aqui as receitas correntes e as receitas de capital. E vocês, se calhar, hoje deviam, porque o Governo é do PSD que a receita deve ser menor, porque a Câmara de Bragança, de alguma forma, aplica taxas que são na verdade castigadoras do cidadão. -----

----- Mas a verdade é que o povo de Bragança decidiu e bem o ano passado. E esta Câmara está a dar sequência à vontade expressa pelos cidadãos no último acto eleitoral autárquico. E nesse sentido o Presidente da Câmara não teve um comportamento suficiente nem um

comportamento medíocre, nem mau, teve um comportamento, na nossa opinião, bom, porque, insisto, num momento em que há recessão do país consegue apresentar um crescimento da receita corrente. -----

----- É curioso falar, mas atenção, na receita de capital, mesmo tendo a incontinência, a redução e o Presidente faz referência a essa matéria neste documento, se vocês o leram devem ter reparado, consta aqui no documento e é real, é que num quadro actual, de final de Quadro Comunitário de Apoio a situação é hoje mais difícil em termos de poder aceder a fundos comunitários do que era no princípio do quadro comunitário de apoio. É preciso, como diz o Presidente, que, provavelmente até dois mil e oito esta tendência de menor acesso aos fundos comunitários é uma realidade. E no entanto, mesmo assim houve um aumento da receita de capital que se traduziu num aumento de 11,05%, relativamente a 2004. -----

----- Mas importante, retemos isso, eu continuo a dizer, não quero perder-me em termos técnicos, mas a parte política é fundamental, é que a Câmara consegue um aumento das receitas de capital sem recorrer a venda de bens de investimento. -----

----- **Luís Afonso** - Está aqui, está aqui no documento e se for a ver está a zero! Venda de bens de investimento, zero. -----

----- **Luís Afonso** – Não, não. No meu documento. E o meu documento é o documento de todos. O Presidente da Câmara está aí, pode explicar. Para eu não perder tempo, se alguém me quiser ajudar a identificar a página, faça o favor. Se o Presidente quiser dizer-me qual é a página, estamos aqui. Portanto, a Câmara de Bragança, o Município liderado pela maioria do PSD consegue aumentar as receitas correntes, numa conjuntura difícil no País, consegue aumentar receitas de capital sem recorrer a receitas extraordinárias de venda de património, não o fez. E essa nota tem que ser deixada aqui também. -----

----- Bom, mas o Partido Socialista pela voz do Senhor Vieira, peço desculpa, eu não quero que me levem a mal, mas, eu tenho que dizer as coisas que sinto, não é, às vezes até fico um bocado triste comigo próprio quando venho para aqui falar, dá impressão que até quando venho falar para aqui, às vezes suscito alguma agressividade da vossa parte, não me interpretem mal, mas se calhar é a minha forma de falar. -----

----- Eu fico admirado quando o Partido Socialista vem aqui e diz, despesismo – esta Câmara é uma despesista - Mas que história é essa? Mas que história é essa? Eu não percebo, é que confesso, na página vinte e nove, se vocês olharem para a evolução das despesas correntes e de capital, quem é que é despesista? È o Partido Social Democrata ou foi o Partido Socialista? Eu não queria falar nisso, mas é preciso olhar para trás. -----

----- Em 1996 as despesas correntes eram, pelo Partido Socialista na Câmara - 48,6%. E em 1997 as despesas correntes, pela gestão do Partido Socialista eram de 57,4%. PSD a seguir: 1998 - 43%, 1999 – 37%, 2000 – 41%, 2001 – 39%, 2002 – 39%, 2003 – 31%, o ano que registou o maior crescimento em termos de investimento desta última década. Quem é que é despesista? Quem é despesista? -----

----- **Luís Afonso** - Qual valor absoluto? É curioso que quando me fala em valor absoluto é preciso olhar para trás. -----

----- **Luís Afonso** - Aldrabar? O Partido Socialista não me quer ouvir, pois não? -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, meus Senhores e minhas Senhoras, Senhores membros da Assembleia, todos os grupos municipais têm tempo para intervenção, não há ninguém que tenha o tempo esgotado. Não é preciso estar a actuar dessa maneira, e como os apartes, que são aceitáveis, mas ultrapassar o que é um aparte e não deixar prosseguir a intervenção como deve prosseguir. Se alguém mais quiser inscrever-se para intervir, a Mesa aceita a inscrição. Mas vamos manter uma boa ordem de trabalhos, e com o respeito mútuo que todos nos devemos uns aos outros. -----

----- Faz favor de prosseguir.-----

----- **Luís Afonso** – Muito obrigado Senhor Presidente. Como sempre, lamentavelmente suscito, volto a dizer, alguma contestação, que é pena, mas eu olho...-----

----- **Luís Afonso** – Não fui eu que escrevi isto, foi o Senhor Presidente da Câmara, e eu acredito nos documentos, porque toda esta matéria está devidamente documentada, portanto, não se trata de matéria falsa.-----

----- Então falam-me em números reais. Eu convido-vos a olhar para a página vinte e oito e ver assim, para vermos as coisas como elas são, é que falamos de despesismo, olhamos para o Partido Socialista e vemos, olhem para o gráfico e vejam, o despesismo está do lado da gestão do Partido Socialista. Na página vinte e nove, vêem o que são as colunas amarelas que são as despesas correntes, e se vê depois o abaixamento dessas colunas na gestão Social Democrata, mas vejam o inverso, nas despesas de capital. As despesas de capital no tempo do Partido Socialista estavam em baixo, no tempo do Partido Social Democrata estão em cima. E se olharem para aquele gráfico vêem o afastamento que há entre as despesas de capital e as despesas correntes. -----

----- É verdade Senhor Presidente de Câmara, que de facto, neste último ano de 2005 a situação não é tão favorável, mas o Presidente já explicou. É preciso não nos dissociarmos, se vocês me disserem assim, que as despesas de capital e recorrentes estão agora a um nível semelhante àquele que o Partido Socialista teria em 1996, mas é preciso perceber. -----

----- A Câmara de Bragança desenvolveu, e o Presidente di-lo algures, eu não preciso de ler o que o Presidente escreveu para vos explicar o que é que se passa, é que em 1996 não havia equipamentos, as ruas não eram limpas, as ruas não eram lavadas, as ruas não eram varridas. É preciso perceber que nessa altura não havia Teatro, não havia piscinas. -----

----- Havia altos dignatários do Partido Socialista que até tiveram assento nesta Assembleia Municipal, no último mandato, que não vieram à instalação com medo de perder a eleição à Mesa, porque tinham sido Ministros, e depois daí para a frente renunciaram ao mandato e foram embora, esses altos dignatários do Partido Socialista. -----

..... -----

----- **Luís Afonso** - Ainda era do Partido Socialista porque naquela altura o Vara ainda era Ministro, e enquanto Ministro do Desporto não foi capaz de dizer à Câmara, dar-lhe a mão para construir a Piscina Municipal, equipamento que apenas funcionava durante o verão e que os cidadãos reclamavam que funcionasse durante todo o ano, e que convidava as pessoas para irem tomar banho à piscina de Vinhais. -----

----- Ora bem, acontece, que o financiamento que a Câmara de Bragança fez de investimento nestes equipamentos, e eu refiro: Estação de Camionagem, Piscinas, Pavilhão, Teatro, etc., a verdade é que, isso conduziu naturalmente a um aumento, que o Presidente

reconhece, mas já o dizia em 1998, em 2000 e etc., dizia assim, “preparem-se”. O Presidente antecipou dizendo, e vocês estavam cá, muitos de vocês que ouviram e foi verdade, concretizou-se, está nos documentos - “Vamos passar pelo maior ciclo de investimento que há memória” - e isso aconteceu, e foi fundamental para esta Cidade e nós sabemos que as obras estão aí e estão a ser utilizadas, mas foi a visão do Presidente. -----

----- Mas preparem-se, porque a criação destes equipamentos que são um desejo da população e a Câmara de Bragança pela mão deste Presidente e deste Executivo do Partido Social Democrata, construiu esses equipamentos e avisou que esses equipamentos fazem-se, mas não ficam fechados, têm que ter gente lá dentro, têm que ter o aquecimento a funcionar, têm que ter as luzes ligadas, têm que ter as águas, têm que ter os funcionários para tomar conta das instalações, e isso custa dinheiro. -----

----- E o Presidente ainda antes de construir os equipamentos disse, “vamos gastar muito dinheiro na área cultural, na área do desporto, do lazer, mas preparem-se, preparem-se porque a seguir seguramente vai haver aumento da despesa”, naturalmente despesas correntes com os funcionários, ou então o Partido Socialista gostaria, e imagino que até gostaria, para ter dividendos eleitorais, que a Câmara fizesse os equipamentos, primeiro e nesse caso seguramente não gostaria que fizesse os equipamentos, mas que fizesse os equipamentos e depois os tivesse fechados para podê-los usar como arma de arremesso contra a política seguida pelo Partido Social Democrata. -----

----- Relativamente a números, olhem para o gráfico 4 na página 28 e vejam, o que era o investimento médio anual, e vendo bem o último mandato do Dr. Luís Mina 1994/1997, reflecte aqui um investimento médio anual de 5 700 000 €.. -----

----- O Partido Social Democrata no primeiro mandato, em 1998/2001, cresce só em termos de investimento, é que não é só despesismo, é preciso olhar de facto para os números, o investimento realizado nos últimos três mandatos, comparando-os verifica-se o seguinte, entre 1998 e 2001, primeiro mandato do PSD, o investimento cresceu cerca de duas vezes e meia, cerca de duas virgula vinte e uma vezes mais do que o investimento realizado pelo vosso Governo na Câmara de Bragança. De cinco milhões e setecentos passa para doze milhões e oitocentos. Mas isso não parou. É que no mandato de 2002/2005, volta a crescer o investimento com um aumento ainda de 2,89% relativamente ao tempo em que vocês eram, ou tinham a responsabilidade na Câmara de Bragança. -----

----- É sabido, falam de despesismo, olhamos para o despesismo e vemos que o PS tinha despesas e não tinha construído equipamentos que pudesse assegurar o fornecimento aos cidadãos de serviços, que naturalmente custam dinheiro. E nem sequer fez investimento, nem sequer foi capaz de fazer investimento, mas também não há problema nenhum, foram por isso

castigados pela população, dando-vos um voto contra e um voto em favor de uma nova alternativa que se criou em 1998 para a Cidade e para o Concelho, e em boa hora. Porque em dois mandatos e um ano que leva o PSD de Governo, a Cidade não é a mesma, o Concelho não é o mesmo que era em mil novecentos e noventa e sete. Boa opção fizeram os eleitores em Bragança naquele ano de 1997, de parabéns estamos todos nós.-----

----- Bom, mas é curioso... -----

----- **Luís Afonso** - O Guterres não pôs Bragança no mapa, essa foi uma boca infeliz, sem querer entrar em diálogo, o Partido Socialista, o Engenheiro Guterres nesta sala prometeu trinta milhões de contos para investimento em Bragança. Foi uma vergonha porque não realizaram sequer três milhões...-----

----- Mas já estamos habituados à demagogia do Partido Socialista, que quando chega ao Governo da câmara prometia, prometia e nada fazia. No Governo do Engenheiro Guterres prometeu, prometeu, prometeu para Bragança e nada fez. -----

----- Esperamos que no dia em que vier cá o Senhor Primeiro Ministro, Engenheiro Sócrates, traga uma atitude diferente, que não venha dizer, prometer milhões e deixar uns tostões, e venha de facto fazer aquilo que lhe compete que é, discriminar de forma positiva o interior de Portugal e não continuar como parece que é norma, já era também no tempo do Partido Social Democrata. E não posso vir só para aqui a dizer mal do Partido Socialista. No tempo também da gestão do Partido Social Democrata, houve promessas que infelizmente não foram cumpridas e temos de dar a mão à palmatória, é verdade! Seria bom se eu só dissesse mal de vós. -- -----

----- Mas relativamente à questão municipal, nós relativamente à vossa gestão e não é isso que estamos a avaliar hoje, relativamente à vossa gestão temos muito para dizer, mas negativamente. -----

----- Relativamente ao ano 2005, bom, então o que é que nós temos a dizer, olhamos para este documento e ele é de facto a prossecução dos compromissos... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor membro da Assembleia, vamos fazer outra interrupção, porque de facto... Os senhores membros da Assembleia têm obrigação de permitir que as sessões decorram com o respeito mútuo e inteira normalidade. Quando se passa do aparte para alguma gritaria, não se está a verificar essa condição. E eu suponho que nenhum de nós nem de vós, desejamos que, sem prejuízo de confrontar todas as ideias e

todas as oposições, que não tenhamos um comportamento cívico irrepreensível. E por isso fica outra vez este apelo, e faz favor Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, de prosseguir, e espero que haja condições para prosseguir com inteira normalidade.-----

----- Faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** – Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Bom, nas despesas correntes, eu tenho de, mais uma vez, voltar atrás. Curiosamente o que acontece é que as despesas correntes, nomeadamente com pessoal, honra seja feita a este Presidente, que mesmo aumentando o número de equipamentos e aumentando a despesa corrente, pagando os vencimentos dos funcionários que têm que tomar conta desses equipamentos, é curioso que a realidade de hoje é diferente da que era no tempo do Partido Socialista e hoje notamos que a despesa com pessoal representou em 2005 - 20,47%, e na despesa global em 2004 tinha representado 21,10%, curiosamente a Câmara de Bragança tem feito um esforço importante, que disponibilizando aos cidadãos um número maior de equipamentos, de serviços, a verdade é que consegue reduzir mesmo de 2004 para 2005, de 21,10 para 20,47 o peso da despesa com pessoal na despesa global. -----

----- Há que reconhecer o trabalho desta Câmara. Há que reconhecer. Podia perder-se e deixar que a despesa corrente, e nomeadamente com pessoal fosse roda livre. É preciso notar também que contrariamente ao que era norma no tempo do Partido Socialista aquando dirigia a Câmara de Bragança, também estes valores, quer seja no pessoal contratado ou no pessoal que faz parte do quadro, os valores com as despesas de pessoal mantêm-se muito abaixo do valor, que são os valores limitados legalmente. É uma nota também positiva que deve ser deixada aqui. -----

----- Quando se fala, e tenho também que dizer isto, porque mais uma vez falam em despesismo, despesismo da Câmara de Bragança, como se isso fosse verdade, é preciso notar o seguinte, na despesa de capital houve um crescimento, depois tenho de voltar atrás, houve um crescimento de 2,04%, relativamente a 2004. -----

----- Eu faço aqui uma nota positiva porque, e o Presidente faz também nota disso, julgo que na página oito, que é um aspecto importante e que envolve os Senhores Presidentes de Junta, independentemente de nem sempre termos aquilo que desejamos ou que aspiramos para resolver os problemas das populações que nos elegeram, neste caso os Senhores Presidentes de Junta. É de notar, e eu passo talvez a citar esta matéria que fala aqui sobre as despesas de capital, e isto é importante para os Senhores Presidentes de Junta, é que às vezes não se tem a noção das coisas, e o Presidente diz, “ a despesa de capital correspondeu a uma taxa de execução de 62,54% e um crescimento de 2.04% relativamente ao ano de 2004.-----

----- O maior peso no conjunto da despesa é da rubrica da despesa de aquisição de bens de capital, correspondente a um investimento directo no Município no valor de dez milhões e novecentos e tal mil euros, e que revela uma diminuição de 3,19% relativamente ao ano anterior, resultado, Senhores Presidentes de Junta, resultado do aumento na rubrica de transferências de capital, destinadas a Instituições sem fins lucrativos e Juntas de Freguesia, com um acréscimo de 28,01% em relação a 2004, e o aumento da rubrica passivos financeiros, nomeadamente a correspondente às amortizações das dívidas para constituições de crédito.---

----- Este aspecto é fundamental, é importante, o Senhor Presidente da Câmara refere o valor que acrescentou àquilo que previa inicialmente para transferir para as Juntas de Freguesia. Julgo que o valor é da ordem dos trezentos e tal mil euros, pode parecer pouco para cada um dos Presidentes de Junta dadas as aspirações que têm para poder ter na Câmara aquele desafogo financeiro para conseguir cumprir com as expectativas que criaram aos cidadãos, vivendo tão perto como vivem dos cidadãos têm seguramente todos os dias problemas a enfrentar, problemas que têm que resolver e o dinheiro não chega. -----

----- E muitas das vezes, claro, a Câmara é o destinatário final dos seus compromissos, porque a Câmara é que lhes consegue garantir os meios financeiros, muitas vezes para avançarem com as obras. -----

----- E é de notar, que nesta despesa de capital, que cresceu 2,04%, é notório que o valor de transferências de despesas de capital para as Juntas de Freguesia e Instituições sem fins lucrativos, foi de 28% relativamente ao ano de 2004, o que é uma nota importante, tem que ser ressalvada aqui. -----

----- Volto atrás para dizer o seguinte, e vou terminar. -----

----- Dívida, despesismo, dívida, o Partido Socialista não tem outra forma de dizer, mas coitados, enfim, têm que dizer o que têm que dizer, têm que fazer pela vida... -----

- - -----

----- **Luís Afonso** - Coitados na apreciação que fazem... coitados. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor... permita-me... um minuto. Permita-me que mencione que, coitados sem ser entre aspas, não é linguagem muito adequada a um acto público como este que está a decorrer. Meus Senhores, vamos prosseguir. -----

----- **Luís Afonso** - Eu reconheço e peço desculpa, foi uma expressão que me saiu assim, estou a falar com todo o à vontade se me permitem, e às vezes, eu não queria dar uma ideia

de menoridade, mas foi uma expressão infeliz que me saiu da boca, peço desculpa por isso. Estou arrependido. -----

..... -----

----- **Luís Afonso** - Termino quando o tempo se me esgotar. -----

----- Relativamente à dívida eu dizia assim, quando o Partido Socialista fala na dívida, falamos em despesismo, o PS era despesista, o PSD não é despesista. Falávamos em investimento, o PS não fazia investimento, o PSD fez investimento. Falamos em dívida, bom, olhamos para 1998 e olhamos para 2005. O valor da dívida da Câmara actualmente em 2005 relativamente à receita global é de 52,6%. Em 1998 na gestão do Partido Socialista era de 105,37%, ou seja, o dobro, o dobro. A dívida no vosso tempo era o dobro do que hoje o Partido Social Democrata tem em termos de percentagem. Repito, o Partido Social Democrata tem uma dívida que corresponde a 52,6% da receita global, no tempo do último ano da gestão Socialista, portanto em Dezembro de 1997, era de 105,37%, a dívida correspondia a 65,37% da receita global. A receita global não chegava para pagar a dívida. Hoje com o Partido Social Democrata, a despesa representa apenas metade da receita da Câmara, digamos. -----

----- Bom, de facto fica aqui uma nota positiva que eu quero dar relativamente ao período intenso de investimento que a Câmara Municipal de Bragança tem levado nos últimos anos. É preciso notar o seguinte, há aspectos positivos que têm que ser ressaltados, a Câmara de Bragança, independentemente do Presidente desta vez não ter colocado aqui o valor, o número, mas já o fez em relatórios anteriores, o número da taxa de cobertura do saneamento na população de Bragança, que julgo deve andar à volta dos 92%. -----

----- Bragança um Concelho do interior, um Concelho com uma área geográfica imensa, com 114 aldeias dispersas neste território tem, neste momento, uma das melhores taxas em termos de média de cobertura da população com tratamento de águas residuais, uma das melhores taxas relativamente à média nacional, ou seja, uma taxa muito superior àquela que é a média nacional. -----

----- Portanto, há que reconhecer que um Concelho com a dimensão que tem, com o número de localidades que tem, como foi feito e em que dimensão foi feito o investimento da Câmara também nessa área, não esquecendo as áreas dos equipamentos culturais, desportivos, lazer, acessibilidades, espaços ajardinados, etc, etc. -----

----- Bom, eu penso que chega, termino dizendo uma palavra de apreço e de reconhecimento pelo esforço da Câmara, que além de continuar a fazer um trabalho de investimento

sistemático, penso que o investimento nos próximos tempos e o Presidente já avisou, a captação dos fundos comunitários é menor, poderá haver um certo abrandamento.-----

----- Parece-me muito positivo registar que a evolução patrimonial da câmara, ainda assim, de 2004 para 2005 cresceu 17,58%, já tinha crescido no ano anterior, e no ano anterior, e no ano anterior... porque cada vez que a Câmara faz obra acrescenta o património da autarquia. E está a fazer cada vez mais obra, e portanto acrescentou cada vez mais ao património e reduziu à dívida.-----

----- Um outro aspecto a que eu queria dar uma nota positiva, Senhor Presidente, de facto é ter verificado que a Câmara de Bragança numa atitude muito positiva que, não sendo, julgo eu, pioneira no País, porque há mais câmaras a enveredar por essa matéria, além de querer fornecer aos cidadãos do Concelho de Bragança mais equipamentos, melhores serviços, quer também dentro da sua própria casa, nos seus funcionários, prepará-los, forma-los de forma mais e mais e mais conveniente, para que possam eles próprios serem conscientes de poderem realizar, e serem capazes de realizar cada vez mais e melhor serviço, na prestação dos serviços que dão aos cidadãos. -----

----- E nesse sentido a Câmara avançou com um programa de formação global, transversal a todos os funcionários da Câmara, para avançar para a certificação de qualidade dos serviços da Câmara, que é uma nota que tem que ser tomada com muito apreço, como uma nota muito positiva à Câmara de Bragança, que preocupando-se com os problemas dos cidadãos, também olha para dentro de casa, procurando formar e dar aos seus funcionários condições de de formação mais conveniente, para naturalmente conseguirem cumprir o objectivo mais importante e fundamental que é, prestarem um serviço cada vez melhor aos cidadãos deste Município.-----

----- Nesse sentido, perante um relatório deste género, concluo dizendo que o Partido Social Democrata vai votar naturalmente favoravelmente este documento, como não podíamos deixar de o fazer de outra forma, porque dá sequência às propostas eleitorais, aos compromissos eleitorais que este Executivo fez aos cidadãos deste Concelho.-----

----- E termino por aqui. Eu depois pedia, eu na parte da manhã não pude estar aqui, estive numa Assembleia Geral de uma associação muito importante, tinha que estar presente, e eu tinha umas intervenções para fazer no Período de Antes da Ordem do Dia e no Período da Ordem do Dia, mas como não cabe dentro deste âmbito e porque nem tudo pode ser nalguns aspectos negativos para a economia local, gostava depois no Período que ainda existe, o Período de Intervenção do Público, fazer uma intervenção nessa altura...-----

.... ..

----- **Luís Afonso** - Não posso? Que chatice. Vou ter que me inscrever noutra altura. -----
----- Bom, o Partido Social Democrata vai votar naturalmente positivamente e favoravelmente este documento. -----
----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Está-me a ser pedido um ponto de ordem à Mesa, queira fazer o favor de identificar o que é. Eu espero que não seja repetição de assuntos já tratados. Espero que não seja. -----

----- **Luís Pires** - É assim, eu acho que esta Assembleia tem um valor, aliás, vai ser o 25 de Abril daqui a alguns dias, esta Assembleia, todos nós que aqui estamos, temos que pugnar pela seriedade e pelo respeito uns pelos outros. Na última Assembleia eu considerei um incidente infeliz, por parte do Dr. Luís Afonso, algo que aconteceu, mas acontece a toda a gente, assumi-a como tal. Ele revelou assuntos reservados quando não devia, assumi que era um incidente infeliz e esqueci. -----
----- Hoje, voltou a repetir-se aqui uma situação dessas. Não é dessa índole, mas é uma fala de respeito pelas outras pessoas. E há uma coisa, o Dr. Luís Afonso pediu desculpa, mas as desculpas não se fazem com os pedidos, fazem-se com a atitude e a forma como ele a pediu não me deixou satisfeito. Não quero que volte a pedir, não é essa a intenção, é assim, o respeito que eu tenho por todos vós exijo que seja transmitido de vós em relação a mim e aos meus pares do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----
----- É apenas isto, não é mais nada, com seriedade. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor membro da Assembleia, eu peço, de facto que sejamos rigorosos, uma expressão infeliz do Senhor membro da Assembleia Luís Afonso que foi chamado à atenção pela própria Mesa. Não vale a pena estar a fazer empolamentos depois de os incidentes estarem sanados, quando toda a gente que intervém está sujeita a ter momentos menos felizes e se calhar é bom que haja compreensão e coerência de todos nós, para que em boa convivência cívica consigamos resolver todos os atritos que possam surgir. -----
----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha, faça o favor. -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Eu dou-lhe a palavra para a defesa da honra, mas, ó! Dr. Henrique, eu espero que a sua honra tenha sido ofendida, mas eu não dei por ela. -

----- **Henrique Ferreira** – Não foi a minha honra particular que foi ofendida, mas foi a honra de cidadãos que não podem estar aqui para se defenderem. E foi a honra de políticos, que também não podem estar aqui para se defenderem. Eu penso que é desonesto nós ofendermos ou pormos em causa a honorabilidade de cidadãos quando eles estão ausentes, e a honorabilidade de políticos quando eles estão ausentes. -----

----- Senhor deputado, meu caro colega, ficou-lhe muito mal levantar suspeitas ou levantar juízos de valor, sobre funcionários da Câmara que possam ter sido militantes do Partido Socialista. -----

... ..

----- **Henrique Ferreira** - Fê-lo e fê-lo muito claramente. Portanto, cuidado e... -----

... ..

----- **Henrique Ferreira** - Pois, se fosse do lado de lá era Guedes. -----

----- Segundo aspecto – ficou-lhe muito mal ver o argueiro nos olhos dos outros e não ver no seu. O Senhor deputado Armando Vara, que foi eleito membro desta Assembleia e não veio cá. O Senhor Deputado foi um membro desta Assembleia e nunca veio cá! O Senhor deputado Adérito Lhano, foi eleito membro desta Assembleia Municipal, nunca justificou as faltas, nunca veio cá. O Senhor se faz favor, tomem nota, e no entanto não perdeu o mandato, porque obviamente houve justificação para ele não perder o mandato. -----

... ..

----- **Henrique Ferreira** - Depois foram justificadas à posteriori. -----

----- Outra questão, não fica bem adular gravemente palavras que outros disseram. O Senhor adular gravemente palavras minhas, o mínimo que deve fazer é pedir-me desculpa por esse abuso. Devo dizer-lhe, que achei que a sua intervenção... eu não sabia que tinha tanto jeito para o Teatro, e devo dizer-lhe que achei que a sua intervenção se situava entre a Comédia Gil Vicenteana e o dramatismo Shakespeareano... devo dizer-lhe isso. Por isso, parece-me, a mim, que face à sua atitude, me parece bom que o futuro Presidente da

Comissão Política Concelhia, deixe de ser o Senhor para passar a ser o Senhor Paulo Xavier, que me parece que tem uma outra...-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor membro da Assembleia, peço desculpa, por favor, eu estou a interrompê-lo, o Senhor membro da Assembleia, com todo o respeito, tenho que lhe dizer que com muita consideração, que o Senhor está a ultrapassar, entrando em matérias que nada têm a ver nem podem ter a ver com aquilo que evocou para o uso da palavra, por esse motivo, eu retiro-lhe a palavra. -----

----- Faça o favor, a decisão está tomada, pode recorrer dela para a Assembleia. A minha decisão está tomada, faça o favor Senhor membro da Assembleia. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, se quiser prestar algum esclarecimento, tem a palavra para contradizer, se quiser... -----

----- **Luís Afonso** – Mais uma vez eu peço desculpa por aquela palavra infeliz. Eu reconheço que naquela exaltação, aquela palavra que eu disse não foi bonita, eu reconheço isso, é verdade reconheço, mas paciência, terei que ter cuidado nas próximas vezes, porque quando a gente vai por aqui adentro faz asneiras às vezes... mas no fundo, no fundo, o que eu quis explicar aqui foi a minha posição. A leitura que eu faço do exercício da Câmara durante dois mil e cinco, e comparando naturalmente, olhando para trás, para a história, comparando-o com o exercício que foi do Partido Social Democrata. -----

----- E eu acho que em nenhum momento também falei mal relativamente aos funcionários, o que eu disse é que dois elementos do Partido Socialista tinham opiniões diversas relativamente à constituição do documento, isso é que eu achava estranho, porque eu acho que o documento está bem, e por isso eu digo que não tenho desconfiança nenhuma relativamente aos funcionários da Câmara que têm obrigação de trabalhar estes números. -----

----- A verdade é que eu acho é que vocês dois é que tiveram uma posição diferente relativamente às mesmas pessoas e ao mesmo trabalho. Um diz que devia haver contas auditadas, outro diz que dá parabéns aos técnicos que fizeram aquele documento. -----

----- Foi só isso. -----

----- Mas peço desculpa. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Adérito Lhano que foi pessoalmente aqui mencionado está a pedir-me a palavra. Obviamente que lha vou dar.-----

----- **Adérito Lhano** – Senhor Presidente, Senhores membros desta Assembleia, não era minha intenção naturalmente vir aqui hoje, mas, eu não esperava que o Dr. Henrique Ferreira, por quem eu tive sempre muita consideração, viesse aqui misturar alhos com bugalhos... E se um membro da Assembleia, como eu era na altura que ele se referiu, falta por profissionalmente ter que faltar, e depois por questões políticas quiseram justificar a falta, recorrendo eu para o Tribunal Administrativo e ganhando naturalmente, não tem nada que vir agora, quando vem em função de dizer para defesa da honra, por questões que entendem que deviam ou não deviam ter sido ditas da forma que foram, não tem nada a ver, qualquer um de nós que falta por motivos normais ou especiais, e na altura justifica as faltas, e quando elas são perfeitamente justificadas, não tem nada que vir misturar alhos com bugalhos, nem empolar, nem chamar aqui os nomes de ninguém, que não tem nada a ver com aquilo que tinha aqui sido dito. -----

----- Portanto, eu queria referir aqui esta situação, e também queria referir, que quando tocou nomes do Partido Socialista, também devia ter tido, enfim, a “ombridade” de dizer que também aqui referiram, o Partido Socialista referiu, nomes de elementos do Partido Social Democrata, e ninguém veio dizer nada em relação a isso. Portanto, aceitaram naturalmente e focaram aqui nomes de membros do Partido Social Democrata que foram também membros desta Assembleia, o Dr. Adão por exemplo. -----

----- Portanto, temos de ter, como dizia o Senhor Presidente, temos de ser dignos de ser representantes das pessoas que nos elegeram, temos de ser acima de tudo, ter a consciência de saber dizer as coisas e não estar agora aqui a misturar alhos com bugalhos, e quando não se têm argumentos, evocar coisas que são naturalmente do foro administrativo da gestão desta Assembleia. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Obrigado.-----

----- Encerrado este momento menos feliz desta Assembleia dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha. -----

----- **Domingos Seca** – Em primeiro lugar boa tarde a todos. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. -----

----- O que me trás aqui é só um reparo, Senhor Presidente da Câmara. É que eu olho aqui para as transferências correntes de despesas e vejo que realmente, isto só é um reparo que eu quero fazer, que as verbas que são atribuídas às Juntas de Freguesia são em muito menor

número do que são atribuídas a determinadas associações e fábricas, julgo que deve ser a Igreja. Não estou contra estas instituições serem beneficiadas de uma verba, mas estou contra que parte delas não têm nenhuma actividade e são essas aldeias que são beneficiadas em detrimento de outras. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa, tem a palavra. Faz favor. -----

----- **Luís Costa** – Muito boas tardes. Eu queria em primeiro lugar e muito sinceramente agradecer a preocupação desta Assembleia pela falta da nossa voz, da voz da CDU, que gerou tanta expectativa, e finalmente temos então aqui a CDU a exprimir a sua opinião. cremos que isso é um riquíssimo bom sinal, pelo menos para nós, que muito nos fizeram orgulhar.-----

----- Não me vou estender muito, primeiro porque já foi dito aqui a maior parte das contradições que se encontram no documento. -----

----- Portanto é um documento essencialmente técnico, quanto à parte mesmo propriamente técnica não vou tecer muitas considerações, só que num documento deste tamanho também se entenderá que haverá contradições, que haverá coisas que não pegarão tão bem. -----

----- Juntando, já não me lembro quem interveio, dizendo da cada vez melhor qualidade dos documentos apresentados, portanto é uma coisa que nós registamos e temos vindo a registar com agrado, portanto tanto no aspecto formal, na forma mais fácil de consulta, mais compreensível para um leigo que não seja economista, ou que não tenha formação em contabilidade, os documentos tem vindo de ano para ano a melhorar bastante. Reitero aqui os cumprimentos que fiz já quando foi da apresentação do último relatório na outra Assembleia, portanto à equipe que de facto estruturou este documento, como disse não me vou alongar muito. -----

----- Temos aqui um reparo, basta olhar para a página 29 e não vou buscar mais outros índices que nos saltaram à vista, que fazem com que tenhamos por exemplo para o Departamento Sócio Cultural só 9,66% das despesas da Câmara, portanto no Departamento Sócio Cultural, que para nós, nós como sabem temos vindo sempre a pugnar que na Câmara devia haver um pelouro próprio, só par a cultura e só para o desporto, e que tem sido uma das prioridades das Câmaras CDU. É que esta percentagem do que é gasto na cultura e no desporto, nas zonas onde a CDU tem a maioria nas Câmaras, é significativamente superior, rondando cerca dos 20% das despesas da Câmara precisamente para o bem estar, para o desenvolvimento da cultura e do desporto nas Câmaras. -----

----- Portanto este não é, como é evidente, o Orçamento, tê-mo-lo dito quando foi da aprovação do Plano do Orçamento, e o resultado também não é o orçamento que nós gostaríamos de ter na mão, portanto volto a dizer, não estamos a falar do ponto de vista pura e simplesmente técnico, estamos a falar do ponto de vista da distribuição das despesas dentro da Câmara. Portanto, anuncio, desde já, que nós iremos e sendo consequentes com este nosso posicionamento, nós iremos votar contra este Orçamento pelas razões que acabei de explicar. -----

----- Agora, queria dizer uma coisa que sai um pouco daquilo que eu acabei de dizer, que é o seguinte, ouve-se aqui nas intervenções que foram feitas, acusações mútuas entre o PS e o PSD, acusações constantes, e no tempo da Câmara PS eu pensava que tínhamos um regime democrático, desculpem se me enganei, eu peço que me esclareçam, e que a Câmara tem um órgão colectivo de orientação, ou seja, em resultado das eleições, nós temos um colectivo na Câmara onde têm assento, aqui na Câmara de Bragança, dois Partidos, o PSD e o PS. Tanto que o PS, houve Vereadores a tempo inteiro, e com pelouros, com responsabilidades e os documentos que nos têm vindo a ser apresentados ao longo destes anos de tomadas de decisão e de tomadas de orientação da Câmara também têm vindo sempre a assinatura, salvo raras excepções, ultimamente algumas honrosas excepções, têm vindo tomadas de posição com o “agreement”, portanto com o apoio também dos Vereadores do Partido Socialista. -----

----- Portanto, nós não podemos falar, eu acho que é um erro de linguagem e que seria, se eu estou enganado então desculpem-me, mas será se calhar de emendar a linguagem e de falarmos da Câmara PSD/PS ou do tempo das Câmaras PS/PSD. Portanto quando se fala da Câmara do Porto, fala-se da Câmara PSD, PS, CDU, quer dizer, temos lá também representantes.-----

----- E aqui na Assembleia, pareceu-me muito mal estarem a atirar culpas ou pseudo culpas uns para cima dos outros, quando têm, não em igual proporção, responsabilidades no Executivo, mas também as têm, na elaboração dos planos, na elaboração dos orçamentos, na aprovação dos orçamentos, etc. Portanto, se estiver enganado, desculpem-me mas termino aqui.- -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia faça o favor. -----

----- Peço-lhe que seja breve porque estamos muito apertados em tempo, embora tenha tempo para falar, mas faça o favor. -----

----- **Luís Silvestre** - Como ainda temos algum tempo, muito brevemente só quero esclarecer duas ou três coisas relativamente a um raciocínio que tem que ser feito. -----

----- Quando se fala em termos percentuais, de evolução percentual, que é preciso contextualizar isto tudo, quer dizer, as percentagens aparecem mas precisamos de as contextualizar, temos que analisar a envolvente do que é que se passou. -----

----- E muito rapidamente só quero fazer esta reflexão com vocês. O que é que mudou na envolvente da Câmara de Bragança na altura do Dr. Mina ao longo destes três mandatos? Muito fácil. Quando o Engenheiro Jorge Nunes tomou posse mudou o quê? As transferências do Poder Central para as Autarquias aumentaram. Isso aconteceu, a envolvente alterou-se. ----

----- Ao longo do mandato, na altura da Dr.^a Ferreira Leite o que é que aconteceu? Diminuíram-se as transferências. Isso aconteceu, e é uma consequência que se está a notar agora. Diminuíram. -----

----- Vocês sabem que diminuíram e que depois foi compensado com o IMI, que foi uma das compensações que surgiu por causa disso, e agora deixem-me acabar o meu raciocínio, a envolvente alterou. O que é que alterou mais? -----

----- Na altura não havia nenhum projecto nacional de teatros. E na altura do Engenheiro Jorge Nunes apareceu uma rede de teatros nacional, na altura com o Maria Carrilho, não é? A envolvente alterou-se mais uma vez.-----

----- Surgiu um projecto chamado Polis que não existia, nunca existiu, a envolvente alterou-se. Isso quer dizer o que? Quero dizer que nem as próprias receitas da Câmara Municipal aumentaram. Agora nós somos contra o quê? É preciso ver também o que é que somos contra. Somos contra certas tomadas de decisão e a aplicação desse dinheiro de algumas formas, dou-vos um exemplo.-----

----- Eu sou contra, ou somos contra, a forma como a Estação de camionagem foi feita. É incompreensível que as pessoas tenham que andar com as malas uma série de metros para apanhar o autocarro, somos contra isso. -----

----- Somos contra a rotunda que foi feita lá com o símbolo do 25 de Abril, a maneira como aquilo foi feito, somos contra! Porque é que somos contra? Se somos contra somos uns coitados? Não pensamos? Nós também temos as nossas razões, compreendam isso. E vocês ficaram muito ofendidos como o Henrique também veio aqui meter.... pronto, se calhar também não foi muito correcto, não é? Ficastes todos ofendidos, compreendam como nós também ficamos ofendidos quando nos chamais "coitados" . Nós somos sérios, nós o que queremos é o bem da nossa terra. Nós não andamos aqui...."são uns vigaristas, socialistas, ó, isto é uma escumalha!" Não! Somos todos cidadãos da cidade, temos que nos respeitar uns aos outros. --

----- Nós temos posições e visão de frente, de ver o concelho, respeitem essa visão que nós temos do concelho. -----

----- Agora também sabemos que percentualmente, temos duas pessoas, uma tem dois frangos e uma não tem nenhum, em média cada um tem seu frango, as percentagens têm que ser vistas dessa forma, percentagens não é só falar em percentagens, aumentou vinte e cinco por cento, diminuiu vinte e cinco por cento, em que? Com base em que? E quando se fala tem que se contextualizar tudo, tem que se dizer -aumentou relativamente a isto - tem que se relativizar sempre, uma percentagem é sempre algo relativo não é nada absoluto. -----

----- Eu não posso atirar percentagens para aqui para justificar que é um mandato excelente, é um homem excelente, conseguiu ... Eu ainda quero saber como é que se faz isso. Eu se tivesse uma empresa, como é que eu aumento o pessoal e ao mesmo tempo diminuem as despesas correntes, não-de me explicar isso, e porque? É preciso relativizar. É preciso dizer “aumentou relativamente como temos mais receita logo o bolo em termos de receita é mais pequeno, é isso que temos que explicar às pessoas, não é atirar areia aos olhos das pessoas.-

----- Porque se calhar, felizmente para o Dr. Luís Afonso, aqui não há economistas mas se estivessem aqui muitos economistas se calhar o coitado era ele. Peço desculpa ter chamado coitado. Saiu assim, desculpe. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Antes de por à votação o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Executivo pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer fazer alguma intervenção adicional. -----

----- **Presidente da Câmara** - Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Queria deixar um nota, relacionada com a diferença na dívida. O que corresponde a seguros/caução está em operações de tesouraria, contabilizado como um débito mas realmente não é uma dívida. -----

----- No que diz respeito à despesa de pessoal queria deixar uma nota para se perceber que a tendência é inquestionavelmente a de aumento, à medida que se constroem novos equipamentos aumenta, inquestionavelmente a despesa.

----- E quando vos referi que em termos de despesa proporcionalmente ao investimento em dois mil e três só dois municípios em oitenta e cinco estavam com melhor desempenho, são os dados do Instituto Nacional de Estatística, não quer isso dizer que isso corresponde à abertura de uma folga para nos descuidarmos na gestão das despesas correntes, antes pelo contrário.

----- Estamos este ano, a fazer um esforço muito grande para melhorar ainda o desempenho relativamente ao ano anterior, é assim que devemos fazer. -----

----- E queria lembrar-vos os limites legais relacionados com a despesa de pessoal. Estamos com níveis baixos, o que é bom, é assim que devemos continuar para dar melhores garantias de uma gestão mais equilibrada e com mais benefícios para os cidadãos. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Querem fazer uma interpelação à Mesa. Qual é a matéria por favor? -----

..... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Ponto 4.2 é aquele que estamos a tratar. Então faça o favor de me dizer qual é que é o ponto de ordem, mas vamos procurar sair daqui, não é? -----

----- Senhor Deputado deixe-me dizer-lhe uma coisa, se é para outra intervenção eu não lhe dou a palavra, mas é para ficar já tudo claro porque as coisas passam nos seus momentos devidos. Quero deixar claro que se é para fazer outra intervenção não pode utilizar a figura de uma interpelação à Mesa. -----

----- Então faça o favor, tem a palavra. -----

----- **Henrique Ferreira** – Senhor Presidente da Mesa, então era o seguinte, a formulação que aí está é Discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Executivo. Eu penso que a formulação que tem que constar aí é: Discussão e deliberação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência que é a formulação que aparece na Lei sobre as competências da Assembleia Municipal. Estou-lhe a dizer isto, para salvuardarmos o futuro do município, porque amanhã alguém pode por isto em causa. Portanto é só uma questão formal, só, mais nada. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – O que vamos deliberar é sobre este documento... -----

----- **Henrique Ferreira** – Ó! Senhor Presidente, substantivamente é a mesma coisa, em termos formais eu peço-lhe que altere a redacção para Relatório de Actividades e Conta de Gerência porque formalmente é isso que consta na Lei. E isto é para defesa do município. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Nós teremos o cuidado na elaboração da acta de fazer uma redacção que não seja contraditória como a forma como foi convocada a Assembleia, eu confesso que não vi em pormenor quais são as palavras exactas da lei. Há vários anos, para mim a experiência nesta Assembleia têm sido estas as designações mas salvaguardaremos na acta adoptando as duas designações e ficando uma coisa coerente com a outra. -----

----- **Henrique Ferreira** – Ó! Senhor Presidente, eu enquanto estive aí tive sempre o cuidado de reproduzir sempre em termos legais, Relatório de Actividade e Conta de Gerência. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado, está tudo claro. -----

----- A Assembleia neste momento chamava a deliberar sobre o Relatório e a Prestação de Contas do Executivo relativo ao ano de 2005. -----

----- Estão na sala setenta e oito membros da Assembleia.-----

-----**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e dois votos a favor, dezasseis votos contra por parte dos grupos municipais do PS, CDU e BE, e zero abstenções, estando momentaneamente setenta e oito membros presentes.**-----

----- Declarações de voto? Não há declarações de voto. -----

----- Passamos ao -----

----- **PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2006.**-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

I- CERTIDÃO

----- **MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:** -----

----- Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Abril do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, que presidiu, e Vereadores, Arq.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes e Prof. António José Cepeda, se encontra uma deliberação, do seguinte teor.....

“PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA O ANO DE 2006.....

-----Presente a proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2006.

----- As revisões ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

----- Consta no POCAL que, apurado o saldo da gerência anterior, após aprovação da prestação de contas respectiva, pode o saldo apurado ser contrapartida para a assunção obrigatória de uma revisão orçamental.....

----- Também o excesso de cobrança de receita, relativamente à totalidade de receita prevista, dá lugar a uma revisão ao Orçamento.....

----- As revisões do PPI ocorrem sempre que as modificações orçamentais impliquem um acréscimo de despesa nos projectos do ano em curso.

----- A revisão agora proposta tem por base, o apuramento do saldo da gerência do ano anterior, no valor de 99 900,00 euros e o acréscimo de receita que se traduziu num reforço de 1 047 100,00 euros resultante da recente homologação dos seguintes projectos participados:

----- Potenciação e desenvolvimento competitivo dos recursos de uso empresarial – 222 000,00 euros;

----- Valorização, promoção e conservação de recursos patrimoniais e naturais através de um “novo” itinerário turístico-cultural das antigas vias romanas XVII e XVIII que ligam Astorga a Braga – 73 600,00 euros;

----- Promoção do desenvolvimento empresarial II – 150 000,00 euros;.....

----- Mascaradas: promoção turística e cultural transfronteiriça – 225 000,00 euros: ...

----- Sistema de prevenção e actuação em situações de emergência provocadas por riscos naturais e tecnológicos – 82 500,00 euros;

----- Apetrechamento das escolas do ensino pré-escolar – 6 600,00 euros.

----- Remodelação e conservação do edifício da extensão de saúde de Izeda – 203 175,00 euros;

----- Participação do Orçamento de Estado na remodelação e conservação do edifício da extensão de saúde de Izeda – 67 800,00 euros;

----- Norça – 4.ª Feira internacional do Norte – 16 300,00 euros.

----- Estas receitas e ainda a anulação de 190 000,00 euros traduzem-se numa libertação de meios que permite reforçar outros projectos do PPI, e ainda um reforço de pequenas rubricas do orçamento corrente no valor de 81 000,00 euros.....

----- O Orçamento da Receita e Despesa continuam equilibrados, passando de um total de 36 965 800,00 euros de dotações iniciais para um total de 38 112 800,00 euros de dotações corrigidas.

----- O Plano Plurianual de Investimento que apresentava um montante definido de 17 939 500,00 euros, depois de incorporado o valor dos projectos na receita, passou para um total de 19 005 500,00 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, com os votos a favor dos Srs., Vice-Presidente, Engº. Rui Afonso Cepeda Caseiro, e Vereadores, Arqº. Armando Nuno Gomes Cristóvão, Drª. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes e uma abstenção do Sr. Vereador, Prof. António José Cepeda, aprová-las, das quais ficam

cópias arquivadas em pasta anexa ao Livro de Actas, para produzirem todos os efeitos legais.....

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submete-las à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º e da alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 10 de Abril de 2006.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2006

----- Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. -----

----- **Presidente da Câmara** – A primeira revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2006 resulta da necessidade de integração do saldo de gerência do ano anterior no valor de 99 900 euros e de um acréscimo de receita que se traduz num reforço de 1 047 100 euros resultante da aprovação de um conjunto de projectos candidatados a apoios comunitários. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. Abrimos um período para inscrições para pedidos de esclarecimentos. -----

----- Não havendo pedidos de esclarecimentos abrimos inscrições para intervenções. -----

----- Não havendo intervenções vamos por a proposta do Executivo da 1ª. Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de investimentos para dois mil e seis à votação. -----

----- O número de membros na sala é o mesmo que indiquei anteriormente. -----

-----**Não tendo havido discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e dois votos a favor, zero votos contra e dezasseis abstenções, estando momentaneamente setenta e oito membros presentes. ---**

----- As abstenções são dos mesmos grupos municipais que votaram anteriormente contra.-

----- Declarações de voto relativamente a esta matéria?-----

----- Também não há inscrições. -----

----- Passamos ao -----

PONTO 4.4 – TOMADA DE POSIÇÃO PERANTE O PODER CENTRAL SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS AO HOSPITAL DISTRITAL DE BRAGANÇA. -----

----- Como este ponto foi agendado a pedido do senhor membro da Assembleia Lídio Correia, eu vou dar a palavra em primeiro lugar para a apresentação da matéria ao proponente da abertura deste ponto e depois da intervenção dele abrirei um período para pedidos de esclarecimentos e para intervenções dos outros membros da assembleia. -----

----- Faça o favor senhor membro da Assembleia Lídio Correia .-----

----- **Lídio Correia** – A CDU propôs o agendamento deste tema “Hospital Distrital de Bragança, Centro Hospitalar, Saúde” por considerar ser demasiado importante o que está em causa, para ficar limitado ao PAOD ou ao Estado e Vida do Município. -----

----- E no nosso ponto de vista o que está em causa é a política de direita neo liberal do Governo que desistiu do interior Nordeste do País dizendo às pessoas, quando fecha escolas, que as aldeia morreram e são para ficar defuntas. E quando fecha serviços de saúde, que nem nas vilas e mesmo nas cidades do Nordeste as pessoas têm lugar. -----

----- O que se coloca é a visão economicista da saúde e a tentativa de destruir o serviço nacional de saúde, abrindo a porta aos privados e ao princípio de “quem quer saúde paga-a”, como muito bem disse o ex dirigente e ex Ministro Socialista António Arnault a quem alguns chamam o Pai do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- O nosso caso, quando se enuncia a reestruturação de serviços, como encerramento dos serviços de urgência e maternidades e a subalternização do Hospital da capital de Distrito cumpre-nos lutar, porque só com luta evitaremos factos consumados. E veja-se que só quando se anunciaram lutas é que tivemos o Senhor Ministro da Saúde a vir ao Distrito vizinho dizer que nada se faria contra as populações e contra os seus legítimos representantes. -----

----- Não foi por acaso, e veja-se que, no nosso caso, temos hoje, as populações, quer Macedo quer Mirandela, de facto, a lutar e a virem para a rua e a dizerem “basta”. -----

----- Mas dizia eu que não sabemos das vantagens ou desvantagens do Centro Hospitalar, não conhecemos as atribuições e competências de cada um dos três hospitais, de Bragança, Macedo e Mirandela. Sabemos, e contrariamente até ao que já para aí foi dito, sem qualquer plano de estratégia aprovado, sabemos que o serviço de urgência da cirurgia de Macedo já fechou. -----

----- Sabemos que sem a participação e luta das populações do Concelho e Distrito ficarão mais uma vez a perder. -----

----- Sabemos que o Presidente da Câmara, e bem, quis o envolvimento da Assembleia Municipal em todo este processo. Não sabemos porquê, e, mas muito mal, tem vindo a prescindir do órgão mais importante do Concelho em todas as iniciativas subsequentes. -----

----- Apesar de tudo isto nós consideramos que esta Assembleia Municipal terá que cumprir a sua obrigação de defesa intransigente do Concelho e das populações que a elegeram. -----
----- Assim, a Assembleia consubstanciou num documento aprovado em 19 de Janeiro de 2005, neste documento que aqui está, consubstanciou basicamente a sua posição e que poderemos resumir em três pontos fundamentais: manutenção da maternidade; construção de um novo hospital ou obras no actual e valorização da Escola Superior de Saúde, e por isso eu passo a apresentar a seguinte:-----

“ 1ª. PROPOSTA

Em 19 de Dezembro de 2005 e sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal aprovou um documento em que exige a manutenção da Maternidade e a construção de um novo Hospital, bem como a conseqüente viabilização e valorização da Escola Superior de Saúde de Bragança. -- -----

Considerando a falta de respostas coerentes quer do Ministério da Saúde quer do Centro Hospitalar entretanto criado, e considerando a proposta de luta do Executivo Camarário, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 21 de Abril de 2006, decide, independentemente de outras atitudes que sobre este assunto venha a tomar, apoiar activa e empenhadamente o cordão humano proposto.-----

Bragança, 21 de Abril de 2006 -----

Os eleitos da CDU: -----

a) Lídio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa”. -----

Enviar a:-----

Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares e Comunicação Social”.-----

----- Esta é uma das propostas que temos para vos apresentar e que eu entrego na Mesa.----

----- Depois temos uma situação diferente que é a situação protagonizada por um actor menor neste processo, que é o Presidente do Centro Hospitalar. -----

----- Em resposta ao pedido de audiência aprovado, por unanimidade, nesta Assembleia, respondeu com carta que julgo que todos conhecem... -----

----- **Lídio Correia** - Lamento que não conheças mas de todas as formas eu penso que está aí à disposição e o grupo Parlamentar do Partido Socialista penso que a terá. -----
----- Carta essa que no nosso ponto de vista é insultuosa, arrogante para esta Assembleia , reveladora do desprezo que a democracia e os órgãos eleitos lhe merecem. Semelhante aliás à carta que o Ministro da Saúde escreveu ao Presidente da Câmara, o que revela as suas características para o lugar. As características do Senhor Presidente do Centro Hospitalar do Nordeste, comissário político obrigado e obediente do Partido Socialista como já fora em Vila Real do PSD. -----
----- Enquanto negava a audiência à Assembleia Municipal de Bragança recebia a de Macedo de Cavaleiros e a de Mirandela e depois a tentativa de emendar a mão e face às reacções suscitadas nomeadamente por parte do Partido Comunista Português, que exigiu a sua demissão, vem com uma segunda carta curiosamente com a data de 17 de Abril, exactamente a data em que nós discutimos o agendamento deste ponto na ordem de trabalhos, informar que já pode receber a Assembleia Municipal. Isto, do nosso ponto de vista, esta carta é tão infeliz como a primeira. -----
----- Diríamos, tão só, como provavelmente disse o ex Presidente Jorge Sampaio que se trata tão só de mais um “Chico espertismo português”. -----
----- E por tudo isto e porque esta Assembleia não pode ficar indiferente a quem assim tenta desrespeitá-la, propomos: -----

“ 2ª. PROPOSTA

----- Por unanimidade, decidiu esta Assembleia, em 17/02/06, "mandatar a Comissão Permanente para diligenciar no sentido da realização de uma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste **para conhecimento dos objectivos e estratégias do Centro Hospitalar.** -----
----- Este pedido insere-se nas competências da AM, representante máxima das populações do município, preocupadas face à perda, esvaziamento ou menorização dos serviços de saúde, do concelho e do distrito. -----
----- Por outro lado, o diálogo entre instituições, e destas com as populações, para além de uma obrigação, é salutar, benéfico e propiciador de soluções mais adequadas, mais eficazes e mais eficientes. -----

Não entendeu assim o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, nem entende o que é a Assembleia Municipal ou o papel dos eleitos pelo Povo. E

por isso, ao pedido formulado respondeu com uma carta arrogante, provocadora e no mínimo desrespeitosa para com a Assembleia Municipal e para com as populações que a elegeram. -----

Porque não vale a pena dialogar depois de tomadas as decisões, e considerando este comportamento de afronta, indigno de um funcionário do Estado de Direito Democrático, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 21 de Abril de 2006 decide: -----

Apresentar um veemente protesto pelo teor da carta de 20/03/06 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste. -----

Bragança, 21 de Abril de 2006. -----

Os eleitos da CDU: Lídio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa-----

Enviar a:-----

Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares e -----

Comunicação Social”.-----

----- Deixem-me só acrescentar, para aquilatar daquilo que o Senhor Presidente do Centro Hospitalar é capaz, dizer-vos que na reunião que teve com os elementos de Macedo de Cavaleiros, o Senhor Presidente do Centro Hospitalar inclusivamente dá-se ao luxo de faltar à verdade que é para não dizer doutra forma, inclusivamente informou de que o pedido feito pela Assembleia Municipal de Bragança era algo de ridículo porque imaginem lá que agora até o Partido Comunista Português queria que lhe fornecesse relatórios daquilo que o Centro Hospitalar anda a fazer!. -----

----- Isto aquilata bem de quem é o senhor Presidente, que desconhece, inclusive, que qualquer cidadão tem o direito à informação seja ele comunista ou não seja.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Temos duas propostas na Mesa e vamos tratá-las de forma completamente separada. Portanto vamos primeiro tratar da proposta que eu vou ler para não confundirmos as duas matérias. -----

“1ª. PROPOSTA

Em 19 de Dezembro de 2005 e sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal aprovou um documento em que exige a manutenção da Maternidade e a construção de um novo Hospital, bem como a consequente viabilização e valorização da Escola Superior de Saúde de Bragança. -- -----

Considerando a falta de respostas coerentes quer do Ministério da Saúde quer do Centro Hospitalar entretanto criado, e considerando a proposta de luta do Executivo Camarário, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 21 de Abril de 2006, decide, independentemente de outras atitudes que sobre este assunto venha a tomar, apoiar activa e empenhadamente o cordão humano proposto.-----

Bragança, 21 de Abril de 2006 -----

Os eleitos da CDU: -----

a) Lídio Alberto Correia e Luís de Sousa Costa”. -----

Enviar a:-----

Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares e Comunicação Social”.-----

----- Abrimos um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos. -----

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal e Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira. -----

----- **Paulo João** – Mais uma vez muito boa tarde a todos. Eu apenas alteraria ali em vez de “coerentes” poria talvez “claras”, a coerência é um bocado subjectiva. -----

----- Por outro lado eu acho que nós, Assembleia Municipal, temos que ter uma parte interveniente dentro do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, que está na lei, é a figura que faz parte do Conselho Consultivo e seria importante um dos membros ser eleito e fazer cumprir a própria lei. -----

----- Com certeza que o Senhor Presidente do Centro Hospitalar também sabe disso, em que o Conselho de Administração é composto por vários conselhos, um deles é o consultivo em que terá como parte interveniente também, não posso neste momento estar a precisar a alínea em que diz de facto isso, mas terá que ter um elemento eleito da Assembleia Municipal da sede do Centro Hospitalar, que neste caso é Bragança, portanto será o município de Bragança.

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Senhor Membro da Assembleia Henrique Ferreira faça o favor. -----

----- **Henrique Ferreira** – Perdoar-me-ão a minha ignorância sobre o objecto do cordão humano, como não estive cá na última reunião da Assembleia Municipal eu não sei de que cordão humano se fala, nem onde se vai fazer, nem porquê se vai fazer. Se alguém me puder esclarecer isso, eu agradecia realmente, muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. Dado que é um pedido de esclarecimento relativamente ao próprio objecto da proposta, eu pedia à Assembleia ou ao Senhor Presidente da Câmara, que fez a proposta inicial, se quer dar uma informação geral à Assembleia sobre o propósito do que é este cordão humano, para evitarmos segundas interpretações. -----

----- **Presidente da Câmara** – Conforme é do conhecimento dos senhores deputados, a Câmara decidiu tomar um conjunto de iniciativas públicas que são todas do vosso conhecimento, as iniciativas que foram desenvolvidas ou a desenvolver, delas foi dado conhecimento aos cidadãos, enviando um documento. -----

----- O que nós pretendemos é estimular uma atitude positiva dos cidadãos, conforme é explicitada no documento, marcar uma posição de querer e de vontade relativamente à necessidade de uma maior atenção da parte da Administração Central relativamente a algumas questões que são fundamentais para o desenvolvimento e fazê-lo, de forma positiva, referindo que os Bragançanos querem participar nas soluções de desenvolvimento para o país. -----

----- Bragança é também parte integrante do território nacional no plano dos desafios do desenvolvimento, a nossa participação estamos convencidos que será positiva, necessária e terá um sentido positivo da parte de quem decide. É essa a nossa perspectiva embora esteja claramente subjacente neste processo uma posição pública relativamente a uma questão que não escapa à sensibilidade de ninguém que é a questão das maternidades é a questão da luta e da defesa da maternidade em Bragança. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia**– Muito obrigado senhor Presidente. -----

----- Para responder aos pedidos de esclarecimentos o senhor proponente faça o favor, tem a palavra. -----

----- **Lídio Correia** – Eu, tanto quanto me parece aquilo que diz a lei é que o Conselho Consultivo tem a seguinte composição: Vários representantes, depois um representante dum município da sede do Hospital EPE ou no caso dos Centros Hospitalares de cada município onde se encontrem situados os respectivos estabelecimentos, em cada um, o que significa que o de Bragança poderá eventualmente ter. Agora muito honestamente não vos sei dizer como é que se procede e se a Assembleia Municipal tem ou não tem capacidade para eleger ou se é a Câmara. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Agora vamos entrar no período de intervenções e vamos registar as inscrições para intervenções relativamente a esta proposta.-----

----- Senhor membro da Assembleia António Almeida tem a palavra. -----

----- **António Almeida** – Cumprimento Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros desta Assembleia .-----

----- Este tema da saúde eu julgo que é importante e não só pelo facto do que se está a viver com a criação do Centro Hospitalar de Bragança.-----

----- E este cordão humano, senhor Presidente, os meus parabéns por esta iniciativa, com esta democracia, de facto, a defesa dos direitos dos cidadãos terem que ser tratados na rua e não serem tratados com a legitimidade que merecem pelos órgãos que têm competências para isso, como o caso concreto, pelo Governo, e que se esteja a criar um problema que é mais um episódio da política dos governos em desertificar esta região, em a liquidar definitivamente.-----

----- No entanto, ainda há pessoas que aqui vivem, há pessoas que aqui querem continuar a viver e para isso há que efectivamente vir para a rua e há que dar as mãos, fazer o tal cordão humano e alertar definitivamente o Terreiro do Paço de que é um valor essencial que está em causa neste Distrito que é o direito à saúde. É um direito constitucional é um direito que a constituição diz que deve ser tendencialmente gratuito, assiste, nos últimos tempos, a cada vez mais caro e com pior qualidade.-----

----- E também lembrar que o problema da saúde, isto numa abordagem não é apenas um problema de edifícios de materialização de betão e mais nada. Houve um problema que foi levantado logo ao 25 de Abril de 74 e aqui já foi falado pelo Ministro da Saúde António Arnault em que o problema da boa gestão de saúde, da garantia da boa qualidade de saúde para os cidadãos que é um bem fundamental, é um bem essencial, todos os reconhecem e cada vez se reconhece mais à medida que os anos vão avançando, não está a ser bem tratado. Porque o problema passa essencialmente, isto porque este Primeiro Ministro Engenheiro José Sócrates tem revelado um autoritarismo no sentido da reforma da Administração Pública, não teve ainda coragem de fazer essa reforma ao nível de obrigar os quadros médicos e paramédicos a terem mobilidade que está a impor nos restantes funcionários públicos.-----

----- Não se compreende que haja e foi dito pelo Ministro da Saúde, por exemplo, em termos da especialidade de oftalmologia de dezenas de metros nos hospitais centrais, acontece com as outras especialidades e nesta região do País praticamente, mesmo com o Centro Hospitalar que foi criado e que ainda está em implementação não haver as especialidades que possam assegurar a um qualquer cidadão desta região que se sinta com a confiança que deve ter

quando a sua saúde está debilitada em qualquer vertente daquilo que é hoje, digamos assim, em que a medicina é vista em termos de tratamento humano. -----

----- Há apenas uma preocupação. Eu vinha há dias numa viagem e na TSF, na ordem do dia por volta das dezanove horas, em que o representante faz uma comunicação. Eu vinha a ouvir precisamente o bastonário da ordem dos médicos, ele dizia precisamente “nesta política de reforma do actual governo não tem nada a ver com a melhoria das condições de saúde mas tem a ver sim com a criação de cabides para o poder político colocar os seus apoiantes no terreno dispersos pelo país”. -----

----- E um caso concreto, em Bragança leva-os a isto, neste Centro Hospitalar não se compreende com é que é criada uma estrutura orgânica com um Conselho e Administração com sete membros executivos. Não é memória de ninguém e quem já tem, pelo menos, a minha idade de apenas conhecer um hospital com um director, um responsável médico, um de enfermagem e bastava e nunca houve estes problemas. -----

----- Seria bom, nos termos dessa política de poupança do erário público, saber quanto é que custa uma administração com este peso ao erário público e se há compensação correspondente em termos da qualidade de saúde a prestar aos doentes. -----

----- Depois, aqui em Bragança foi falado, correu pela opinião pública a forma como está a servir... sei lá as intenções do Poder Central concretamente o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Bragança. Não está aqui o meu companheiro Dr. Carlos Cadavez mas foi a opinião pública que serviu de lirismo no Hospital Distrital de Bragança a forma como o Dr. Carlos Cadavez é despejado do seu gabinete para lá ser colocado o novo membro do Conselho Executivo, recentemente nomeado pelo Partido Socialista, para o Centro Hospitalar de Bragança. -----

----- E pergunta-se porquê retirar um quadro técnico já com provas dadas que certamente sai caro ao Estado, sai caro a todos nós, para colocar quem e a fazer o quê e o que faz neste momento o Dr. Carlos Cadavez? Eu gostaria que ele estivesse aqui para poder dar esse esclarecimento. -----

----- Isto é, o que se está a fazer no Centro Hospitalar de Bragança não tem nada a ver com a melhoria das condições de saúde a prestar aos cidadãos. Tem a ver com políticas de tentativa de desertificar esta região e criar piores condições de saúde, porque todos os cidadãos fogem onde não houver, a partir de determinada idade, garantia que se tiver alguma aflição, alguma doença não possa recorrer imediatamente. -----

----- Este panorama vê-se no terreno, eu, pelo menos, fui criado no Concelho de Mogadouro, ontem dirigi-me a Bemposta, passei por aldeias que eu disse ao Dr. Amândio que não

conhecia, completamente desertificadas, com meia dúzia de pessoas à porta, já velhinhas e gente nova não há ninguém. -----

----- Isto é, dentro de vinte anos, com esta política este Distrito é um deserto. E esta política de saúde, e é este, digamos assim, o meu alerta, que efectivamente há que vir para a rua não só por este problema mas por outros problemas que têm a ver com o bem estar das pessoas independentemente do Partido que estiver no Terreiro do Paço a governar nós devemos dar as mãos. Porque estando a defender quem de facto não olha para nós e temos que convir que a política do Ministro da Saúde é uma política de autoritarismo quase déspota, não ouve o poder local, não ouviu o Senhor Presidente da Câmara, não ouve ninguém. -----

----- Há uma revolução ao nível da saúde, ao nível médico, ao nível da enfermagem, ao nível das populações e não há nada que justifique dizendo porque é, sim senhor há esta política mas as condições vão ser melhores. -----

----- Depois também foi aqui dito, o problema das percentagens que deve ser relativamente a quê? É que o Senhor Ministro e o Primeiro Ministro só falam também relativamente a percentagens, relativamente a quê também não dizem nada, porque a percentagem para o Distrito de Bragança não pode ser a mesma percentagem para o Distrito do Porto.-----

----- Portanto o Senhor Presidente da Câmara julgo que faz bem e tem o apoio, já que é o líder deste Concelho, eleito democraticamente com a maioria que não deixa quaisquer dúvidas, que bem está a representar a população, em continuar a manifestar-se contra esta política de terra queimada que está a ser praticada por parte do Terreiro do Paço, objectivamente ao nível da saúde e a saúde não é um serviço qualquer dos CTTs que se fecha e uma pessoa se não for aqui vai ali, tem a ver com todos nós, que muitas vezes se não tivermos um médico ou um centro de atendimento de saúde a um quilómetro podemos morrer se for até dois quilómetros.

----- Portanto é um bem essencial que tem que ser garantido e é um serviço que tem que ser prestado, e isto também é das técnicas da saúde, tão perto das populações quanto for possível e neste caso a política que está a ser implementada por este Governo e pelo Ministro da Saúde é uma política em que afasta os cuidados da saúde cada vez mais das populações.-----

----- E isto faz com que seja um elemento fundamental para a desertificação desta Região com os consequentes efeitos em todos nós, nos nossos bens, nas nossa famílias.-----

----- E é perante estes elementos que eu considero essenciais relativamente à defesa de um bem constitucional que é um direito à saúde que a população e sem olhares a defesas partidárias venha para a rua e faça, pelo menos, reflectir o poder instalado no Terreiro do Paço, o que já lá estive e o que lá está, que a saúde se pode melhorar de outra forma e que não é com esta concentração que está a ser feita agora, que não se conhece qual é a forma como vai ser feita. -----

----- Fala-se aqui no Conselho de Administração que certamente nem sabe o que está a fazer ou o que vai fazer, porque não têm a palavra, isto é tudo determinado a partir de cima para baixo. -----

----- Portanto nisto aqui também há uma falta de descentralização que se diz administrativa ou em termos da saúde e quando existe o “staf”, isto foi uma nota que me foi dada por uma senhora jornalista, por exemplo, eu desconhecia que foi nomeado um assessor de imprensa que já lá está a três ou quatro meses, com vencimentos bastante chorudos e que nem sequer consegue dar qualquer informação à comunicação social, não consegue encaminhar a comunicação social local para ser dirigida a qualquer responsável e segundo se resume está ali de corpo presente e apenas ao fim do mês ir ver na conta bancária se lhe caiu o respectivo crédito. -----

----- Perante isto, senhor Presidente, vamos todos dar as mãos para formar o cordão humano porque a saúde no Distrito de Bragança corre perigo. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira faça o favor. -----

----- **Henrique Ferreira** – É só para chamar a atenção para que o PREC terminou no dia dois de Abril de 1976. E portanto, a partir desse momento, e a partir do dia vinte e sete de Julho de mil novecentos e setenta e seis tomou posse o Primeiro Governo Constitucional e a partir desse momento fez-se a distinção entre manifestações de rua e poder político legítimo institucional. -----

----- É só para dizer que nessa distinção entre a actividade da sociedade civil e actividades dos órgãos representativos dos cidadãos que estão sujeitos à lei da Administração Geral nomeadamente o Quadro do Procedimento Administrativo não é permitido às Assembleias Municipais ou Câmaras Municipais promoverem cordões humanos. E portanto o Partido Socialista, penso eu, submeter-se-á à decisão que a Mesa da Assembleia tomar e votar a conforme entender, como é evidente, mas chamo a atenção para isto, há aqui uma distinção essencial que é a ordem de uma legalidade democrática e a ordem da função legal dos órgãos eleitos, que é uma função que se inscreve na área das competências que lhe estão atribuídas. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor. -----

----- **Luís Pires** – Meus senhores muito boa tarde a todos. Democraticamente o PS respeita as formas que outras forças políticas decidam utilizar para conseguir os seus interesses, que fique bem claro, de uma vez por todas, que o Partido Socialista é a favor de serviços de saúde com qualidade, para Bragança, é a favor da existência de uma maternidade em Bragança, a existência das mesmas coisas que vocês estão aqui a apontar. -----

----- Lamentavelmente não conseguimos chegar a um ponto de convergência no sentido de defendermos da mesma forma. E porque acreditamos nas instituições o PS vai pugnar até ao máximo dos seus esforços para que os anseios das populações sejam conseguidos. -----

----- Não concordamos é com as formas que algumas forças políticas querem seguir para chegar a esses intentos. -----

----- Portanto manteremos o nosso caminho, a nossa estratégia, com a certeza que no final deste percurso vamos conseguir o melhor para as pessoas de Bragança e para cada um de nós ficar de consciência tranquila e uma vez por todas afastar o fantasma de que o Partido Socialista quer eliminar a região de Bragança do mapa. -----

----- Obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Muito obrigado senhor membro da Assembleia Luís Afonso faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** – A minha intervenção devia ter sido no período de pedidos de esclarecimentos mas faço-o agora neste momento. -----

----- Sugeria, se me permitem os representantes da CDU, se esta proposta pode ser alterada, não sei se pode ser mas eu passava a dizer o seguinte. -----

----- É referido aqui o seguinte, “Em dezanove de Dezembro de dois mil e cinco e sob proposta do senhor Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal aprovou um documento em que exige a manutenção da Maternidade e a construção de um novo Hospital”. Eu penso que o que falta aqui é “a construção de um novo hospital ou a ampliação do actual, que , de resto, já existe proposta e projecto aprovado, não é? . Se a CDU quiser alterar aqui o texto contemplando a ampliação do actual. -----

- -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – É a primeira proposta que estamos a discutir, e é exactamente nessa primeira proposta que esta redacção está. Não é na segunda proposta,

ainda não tocamos nela, está ali. É relativamente à primeira proposta que o Senhor membro da Assembleia Luís Afonso está a sugerir uma pequena alteração na redacção. -----

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Eu tenho que ler outra vez? -----

----- Eu vou pedir ao Senhor Secretário da Mesa para voltar a ler a proposta. Faça o favor. ---

----- **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia** - Leu novamente a 1ª. Proposta.-----

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – A proposta só pode ser alterada com a concordância do proponente, antes de ser posta à votação, e não é uma alteração, é uma adenda de dizer “... e a construção de um novo hospital **ou ampliação do existente**”, não é mais nada do que isto, e portanto se esta tiver a concordância do proponente, ou melhor, se o proponente tomar essa adenda como de iniciativa própria, é óbvio que está em ocasião de o fazer. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, tem a palavra se faz favor. -----

----- **Vítor Pereira** – Muito boa tarde a todos. -----

----- Eu pouco mais tenho a acrescentar, na sequência daquilo que o meu camarada Henrique Ferreira e também o Luís Pires disseram aqui. É evidente que o Henrique começou muito bem a por o ponto, digamos assim, ao levantar o cerne da questão. -----

----- Os órgãos são eleitos e são para governar. As pessoas quando tomam o poder têm que tomar decisões, têm que encontrar soluções, têm que resolver os problemas, e quando resolvem problemas é para as pessoas. Ora foi nesse sentido, e nós já dissemos isto aqui há uns tempos quando debatemos a vossa proposta que o Luís aqui mencionou, foi nesse sentido que foi criado o Centro Hospitalar. O Governo deste país, eleito democraticamente, achou que devia ser criado ou deviam ser criados os Centros Hospitalares, neste caso o Centro Hospitalar de Bragança, com o respectivo Conselho de Administração. -----

----- Ora bom, perante isso, perante isso o Partido Socialista e também, e isso entraremos no ponto a seguir, que a CDU trouxe aqui, que é a questão da tal ofensa que a CDU entende que o Centro Hospitalar fez a esta Assembleia Municipal, eu não acho assim tanto, mas nisso entraremos a seguir. -----

----- Mas isto para dizer o seguinte, quem Governa quer encontrar soluções e o PS está a Governar, e o PS está a encontrar soluções. No caso concreto do Centro Hospitalar do Nordeste, como eu disse é uma questão de palavra, no caso concreto e eu já disse isso na última Assembleia Municipal, o Conselho de Administração está a tomar decisões, e brevemente irá anunciar decisões, e como tal, não é por ser pressionado ou mais a sul, ou mais ao centro, ou mais ao norte do Distrito, que o Conselho de Administração vai tomar esta ou aquela decisão. Não é por isso meus senhores. -----

----- **Vítor Pereira** - Não! Até porque o Senhor Ministro, e eu posso-lhe responder a isso, o Senhor Ministro já descartou e já disse que quem ia tomar decisões que era o Conselho de Administração e como tal, meus Senhores, pronto vocês acham que sim, eu acho que não... se calhar ficávamos aqui indefinidamente a bater um bate papo, ou bate aqui bate acolá, não vale a pena estarmos nessa conversa, e como tal, digo eu, o Conselho de Administração vai tomar decisões, e vai tomar decisões que eu acho, nós Socialistas achamos, que vai ser o melhor para o Nordeste, e é nisso que nós acreditamos meus Senhores. -----

----- Não vale a pena vir com cordões humanos, não vale a pena vir com manifestações de rua, não vale a pena criar protagonismos marcando pontos, este partido A, B ou C, ou esta entidade A, B ou C, ou este Presidente ou aquele, nós não vamos por aí. Não vale a pena! Não nos pressionem que nós não vamos por aí! O José Régio dizia isso, eu não vou por aí, e não vale a pena. Não vale a pena! Portanto temos é de encarar isto de uma maneira séria e encontrar soluções que sirvam, e isso é que é fundamental, a população do Nordeste. -----

----- Nós, e eu falo enquanto Presidente e posso dizê-lo aqui, da Comissão Política Concelhia, assumimos as nossas responsabilidades. Nós queremos, e sempre, primeiro o Concelho, depois o Distrito. Nós somos um órgão Concelhio e como tal, nós iremos fazer tudo, tudo para beneficiar primeiro o nosso Concelho e depois a seguir o nosso Distrito. E é isso que eu vos posso dizer aqui neste momento. -----

----- Agora, embarcar em cordões humanos e embarcar em manifestações desta ou daquela maneira, criando este ou aquele protagonismo, nós não vamos por aí. -----

----- Agora, também quero-vos dizer aqui publicamente, que nós não somos contra qualquer tipo de manifestação, por amor de Deus, nós até somos um Partido Democrático, e até somos um Partido onde a liberdade de opiniões divergem frequentemente e muitas vezes, digo-vos. --

----- Portanto, tudo bem, agora nós não podemos votar e quero dizê-lo já aqui, favoravelmente esta manifestação. Porquê? Porque nós estamos a trabalhar, estamos a toma

decisões, estamos a resolver coisas para o Concelho de Bragança e para o Distrito de Bragança, e como tal não poderemos votar isto favoravelmente. É só isso que vos tenho a dizer neste momento. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhores membros da Assembleia, estão terminadas as intervenções sobre esta proposta, esta, a primeira proposta, e estamos em condições de a votar. -----

----- Portanto a proposta vai ser votada nos termos em que foi já duas vezes lida, e com o pequeno ajustamento, pequeno mas importante, de dizer que a Assembleia Municipal aprovou um documento em que se exige a manutenção da Maternidade e a construção de um novo Hospital ou ampliação do actual, bem como a consequente viabilização e credibilização da Escola Superior de Saúde de Bragança. -----

----- Eu julgo que nenhum dos Senhores membros da Assembleia tem dúvidas sobre o teor do texto e o conteúdo da proposta e portanto estamos em condições de a votar. -----

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria qualificada, com cinquenta e quatro votos a favor, treze abstenções e zero votos contra, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.** -----

----- Declarações de voto? -----

----- Tem a palavra. -----

----- Não sei se há mais inscrições para declarações de voto? -----

----- Tem a palavra o Senhor membro da Assembleia Luís Pires. -----

----- **Luís Pires** – Muito breve, apenas para reiterar aquilo que já disse na minha intervenção anterior, portanto, o PS quer o melhor dos Serviços de Saúde para o nosso Concelho, vai lutar por isso, apenas não se revê nas formas que são constantes na segunda parte da moção, para defender tal desidrato. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado também Senhor membro da Assembleia. -----

----- Íamos passar... eu peço só um bocadinho mais de paciência, o dia já vai longo, mas peço um bocadinho mais de paciência. -----

----- Íamos passar então à segunda proposta apresentada pela CDU, que eu vou pedir ao Senhor Secretário da Mesa para ler e actualizar o conhecimento do texto. -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Leu a 2ª. proposta. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor Secretário. -----

----- Abrimos o período de inscrições para pedidos de esclarecimentos? -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra, desde já. -----

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde. Provavelmente pelo avançado da hora, já não consigo ter o raciocínio tão lúcido quanto eu gostaria. Mas sinceramente não entendo, se esta Assembleia recebeu uma carta, que, às tantas, na parte final diz: “..Vossa Excelência a partir desta data, da disponibilidade do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar para a realização da referida reunião, indicando para tal as datas alternativas de 21, 27 a ou 28 de Abril, ou qualquer dia útil a partir de 3 de Maio”. Sinceramente, provavelmente pelo avançado da hora não consigo perceber, se nós temos aqui uma carta a dizer que podemos ir reunir num destes dias com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, porque é que temos que meter uma moção para fazer essa dita reunião? Sinceramente, desculpem...-----

..... -----

----- **Luís Pires** - Desculpem, aqui a moção não diz que decide por unanimidade para uma reunião... -----

..... -----

----- **Luís Pires** - Não... Mas não é esse o intuito da moção? Marcar uma reunião, parece-me... é o avançado da hora se calhar Senhor Presidente... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Não, não, não diz. -----

..... -----

----- **Luís Pires** - Bom, como já me responderam daí, era um pedido de esclarecimento, já está então o pedido de esclarecimento feito. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Dos subscritores da proposta, alguém quer responder a estes pedidos de esclarecimento? -----

----- Faça o favor Senhor membro da Assembleia Lídio Correia. -----

----- **Lídio Correia** – É óbvio que esta proposta se refere à primeira carta, o Dr. Luís Pires sabia isso exactamente, e sabe também porque é que é a segunda carta do Presidente do Conselho de Administração apareceu, porque recebeu ordens do Partido Socialista para a escrever quando se apercebeu das movimentações que havia. É só. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Terminado este período de pedidos esclarecimentos, vamos registar as inscrições para intervenções. -----

----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada tem a palavra. -----

----- **Vítor Pereira** – Meus senhores, eu começo por lembrar que aquilo que disse ainda agora quando vim aqui a fazer a minha última intervenção e realmente há coisas que são demasiado sérias para fazermos chicana política ou para tentarmos criar pontos, ou para criarmos protagonismos aqui e acolá. -----

----- E como tal, aliás o próprio Lídio Correia deu aqui a resposta. -----

----- Ó! Lídio, desculpa tratar-te assim com o à-vontade que temos. Quando vieste dizer aqui que foi o Partido Socialista movendo as suas influências que fez despoletar esta resposta que dá o Senhor Presidente do Conselho de Administração, por amor de Deus, quer dizer, isto diz tudo. Eu até podia não dizer mais nada, a resposta está aqui. E isto é nitidamente uma chincana política, não passa disto! E tenham paciência, as coisas têm que ser sérias, e agora vamos à parte séria da questão, eu vou ler a carta, na íntegra, do Senhor Presidente do Conselho de Administração, a primeira que mandou a esta digníssima Assembleia. -----

----- Diz assim: -----

----- “Em resposta à carta datada de 20 de Fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste – E.P.E, vem por este meio informar que não considera oportuno o pedido de reunião de V.^a Ex.^a, uma vez que, como é sabido, ainda está em curso a avaliação - ainda está em curso a avaliação, e sou eu que refiro esta parte que repito e não é a carta, ainda está em curso a avaliação - e reestruturação do CHNE, tendo os objectivos estratégicos desta entidade para o período de 2006 – 2008 que ser apresentados primeiramente ao Ministério da Saúde, no sentido de serem aprovados pela tutela. -----

----- *Eu pergunto, onde está aqui qualquer tipo de afronta à Assembleia Municipal de Bragança, no primeiro parágrafo.*-----

----- Segundo parágrafo: “Assim, o CHNE garante desde já que fará chegar ao conhecimento do Município de Bragança, que fará chegar ao conhecimento do Município de Bragança – repito eu - toda a informação, toda a informação, sublinho eu - requerida sobre este assunto, salientando, contudo, que tal só será possível após análise prévia do Plano Estratégico deste Centro Hospitalar pelas entidades competentes.-----

----- Onde há aqui qualquer tipo de afronta à digníssima Assembleia Municipal de Bragança? Onde é que há? Pergunto eu? Sejam sérios e apelo outra vez à vossa seriedade.-----

----- E depois acaba assim: “Solicita-se que uma compreensão acrescida – o homem que me desculpe por o tratar assim - solicita-se ainda uma compreensão acrescida – ele pede encarecidamente a esta Assembleia - para o facto de não haver uma abertura de precedências sobre esta questão”. E qual é a questão? Objectivos e estratégias, é aqui que está o cerne da questão, objectivos e estratégias, e não confundamos as coisas, não vale a pena Lídio, não vale a pena confundirmos as coisas, porque toda a gente sabe que o Silvano reuniu com o Presidente do Conselho de Administração por causa da maternidade! Toda a gente sabe que o Adão fez a mesma coisa, e desculpem eu falar com esta abertura e com este à vontade. Toda a gente sabe que Macedo, a Comissão fez a mesma sobre a cirurgia, não foi sobre objectivos e estratégias! Sejam claros! -----

..... -----

----- **Vítor Pereira** - Não, o objectivo não era a maternidade. Eu não queria dar aqui uma aula, por amor de Deus, eu não queria, eu não quero chegar a esse ponto. Objectivo não é a mesma coisa que maternidade. Não é a mesma coisa. Portanto, perante isto, o Senhor pede compreensão. Mas mais, depois de o Senhor causar a tal indignação, coitadinho do Senhor Lídio... Depois disso ele dá uma segunda resposta, a tal indignação que a CDU ficou tão indignada, a CDU só se indigna às vezes, quando quer... Quando quer, quando dá jeito indigna-se, quando não dá jeito fica-se mais ou menos, não vou agora especificar senão teríamos outra assembleia inteira para discutir isso, haveria três, quatro, cinco, nunca mais saíamos daqui, não vale a pena entrarmos por aí... Mas pronto...-----

..... -----

----- **Vítor Pereira** - Tanto exemplo Lídio, tanto exemplo. -----

----- Mas mais, depois devido ao ego ofendido da CDU, da CDU, porque foi da CDU, não foi desta Assembleia, Lídio, foi a CDU não foi a Assembleia que ficou ofendida. -----

..... -----

----- **Vítor Pereira** - Não ficou não, porque esta resposta não pode ofender gente inteligente e gente crescida! Gente inteligente e gente crescida não pode ficar ofendida com este tipo de carta, tem paciência Lídio. Sejam sérios, eu apelo outra vez à seriedade. Perante isso, o que é que se passa perante isso, perante isso o Senhor muito humildemente, e eu realço aqui a humildade do Senhor, e não foi por pressões políticas, não foi por pressões políticas do PS ou seja de quem for! Não foi! O Senhor vem aqui dizer e disponibilizar-se, tudo, e dizer aqui aquilo que vocês queiram, aliás o Senhor até dá datas e diz mais, se amanhã quiserem uma reunião, liguem-lhe para o telemóvel que ele atende-vos, Lídio. Sejam sérios nisso, está bem? -----

----- E eu termino aqui.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Eu sei que a CDU vai intervir outra vez. Acha mesmo que quer utilizar a defesa da honra? Eu tenho que lha conceder, mas não consegui descortinar ofensas à honra. -----

----- Faça o favor. -----

----- **Lídio Correia** – Eu pedi a defesa da honra Senhor Presidente e Senhores membros da Assembleia, porque a CDU nunca admitirá que alguém diga que faz chicana política! Nós não fazemos chicana política! Tratamos os assuntos com seriedade e a seriedade com que tratamos este é exactamente a falta de seriedade que o Senhor Presidente do CHNE não teve quando recebeu, e repito, recebeu um pedido, não da CDU mas da Assembleia Municipal sob proposta da CDU. Por isso não ofendeu os membros da CDU, não foram estes que se sentiram ofendidos por isso, foi o órgão Assembleia Municipal, que solicitou efectivamente essa reunião. E não colhe o argumento de que o Senhor agora nos vai receber e que não fomos recebidos porque não estavam traçadas as estratégias, porque com estratégias ou sem elas até o Serviço de Urgência de Cirurgia do Hospital de Macedo de Cavaleiros fechou. Não necessitou sequer de estar concluído isso. -----

----- Portanto, nós não fazemos chicana política, assumimos as nossas responsabilidades para com os eleitores que nos colocaram aqui. Que cada um assuma as suas. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado, mas Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, se as acusações de chicana política fossem ofensa à honra dos políticos, estavam todos os políticos com a honra ofendida e nenhum a tinha ainda conseguido limpar. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires, tem a palavra, faça o favor. -----

----- **Luís Pires** – Muito bem, eu também vou ser muito rápido, apenas o seguinte, numa posição equidistante, eu também não consigo ver, não consigo verificar onde é que existe uma carta que diz claramente que naquele momento não pode receber e, mesmo que essa carta fosse considerada uma carta ofensiva, que na minha óptica não é, vê-se a outra face, vem outra carta. Se essa fosse, vem outra carta a dizer, ok, faça-se a reunião. -----

----- E eu estou neste momento na posição que estava na Assembleia anterior, vamos a uma reunião, vemos qual é que é o Plano Estratégico, qual é que é a estratégia, quais são as linhas de orientação, e vejamos o que é que daí vem e a seguir, feito o diagnóstico, faça-se um plano de acção. Eu continuo a acreditar nas pessoas muito sinceramente. No dia que deixar de acreditar não vale a pena andarmos por aqui. -----

----- É só. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado, Senhor membro da Assembleia Guedes de Almeida, faça o favor. -----

----- **António Almeida** - Relativamente ao teor da carta e é a base desta moção eu julgo que a resposta que é dada à Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, e isto ao nível, digamos assim, da hierarquia dos poderes, é ofensiva desta Assembleia. Não pode haver outra leitura. Para já estava a ser discutido e segundo diz na primeira carta, um plano estratégico, e no plano dos poderes, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Bragança é um órgão administrativo. -----

----- A Assembleia Municipal é eleita, tem a legitimidade do voto directamente para defender os interesses das populações que a elegeram, isto é, têm emanados constitucionalmente, logo, os poderes também de zelar também pelas populações, constitucionalmente de zelar pela saúde das populações. E nesse aspecto, se estaria a ser elaborado o plano estratégico para o Centro Hospitalar de Bragança, seria bom que antes de estar elaborado já definitivamente, e isso agora é que falta saber, se para esta segunda carta não estará já elaborado, tivesse recolhido os contributos do Senhor Presidente da Câmara que também não foi acolhido pelo Senhor Ministro, tivesse sido atendida uma Comissão desta Assembleia Municipal contributos

positivos, embora a responsabilidade depois da elaboração fosse do Conselho de Administração, isto é, neste plano de hierarquia dos poderes, há aqui uma falta de bom senso, pelo menos, por parte do Conselho de Administração do Hospital na primeira fase. -----

----- Depois também não é verdadeiro quando diz que não ficaria bem ter que ouvir todos os órgãos autárquicos do Distrito de Bragança, porque já tinha recebido, já havia precedentes, relativamente a Mirandela e a Macedo de Cavaleiros, e sobretudo relativamente no sentido, digamos assim, do respeito pelos princípios democráticos... -----

----- **António Almeida** – Há data da carta já tinham recebido os dois... -----

----- **António Almeida** – Ainda não? Então peço desculpa. -----

----- De maneira que pelo menos que tivesse dito assim - venham cá - nem que não atendesse, isto é um dar a mão, eu julgo que relativamente ao sentido de votação o Grupo Parlamentar na altura própria irá decidir. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira, faça o favor. -----

----- **Henrique Ferreira** – Este assunto oferece-me duas considerações, cada uma de sua ordem. -----

----- A primeira é sobre a substância da carta. É evidente que eu não acho a carta ofensiva, embora a ache politicamente incorrecta. Eu leio a carta e entendo que esta carta é politicamente incorrecta, mas não vejo nela uma ofensa directa à Assembleia, portanto, mas leio-a como um documento politicamente incorrecto, que é obviamente ressalvado pelo segundo documento. -----

----- E agora a segunda nota que entra aqui, então quer dizer, se alguém vê que erra e corrige o erro, nós vamos continuar a censurar-lhe o erro? Quais são as consequências do que se vai seguir? Quer dizer, vamos censurar a gestão hospitalar e o que é que se segue a seguir? Quer dizer, se estamos a tomar uma posição de birra, isto agora parece-me um menino que bate com os pés no chão e diz - mamã eu quero leite - quer dizer, se estamos a tomar uma

posição de birra então estamos a legitimar que alguém venha a tomar uma posição de birra. Não, a diplomacia política recomenda que inclusivamente se saiba controlar os erros políticos. Estamos aqui claramente perante um erro político na redacção de uma carta, e não de uma ofensa directa à Assembleia Municipal ou a qualquer dos seus membros.-----

----- E à Assembleia Municipal fica bem como órgão de soberania municipal, fica-lhe muito bem também saber contornar o assunto, e ir à reunião, pedir a reunião, fazer a reunião neste momento, e encerrar o assunto aqui, retirar a moção e encerrar aqui o assunto. -----

----- Porque se a diplomacia política não trabalhar nesta base, aí quantas guerras já tínhamos tido... Nem imaginam. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia António Vieira faça o favor.-----

----- **António Vieira** – Mais uma vez boa tarde a todos. -----

----- Vou responder ali ao Dr. Guedes de Almeida, quando ele diz que tem sete membros executivos o actual Centro Hospitalar. Anteriormente os três hospitais tinham 11 membros no Conselho de Administração, actualmente são sete, houve uma redução de quatro membros do Conselho de Administração. São os números e os números não mentem. Tínhamos cinco em Bragança, três em Macedo e três em Mirandela. Houve logo aí uma redução de custos. -----

----- Relativamente à moção, eu digo o seguinte, o Dr. Henrique já disse e falou muito bem que o mais correcto era retirar a moção, isto porque, o Conselho de Administração se na primeira resposta que deu à Assembleia Municipal, alguns membros nomeadamente o PSD e a CDU ficaram melindrados, eles na segunda deram a mão à palmatória. -----

----- E como tal, eu que trabalho naquela instituição, quinta feira de tarde todos os funcionários públicos tiveram folga e na sexta feira santa, houve membros do Conselho de Administração, houve técnicos economistas licenciados em Gestão de Empresas que estiveram a trabalhar, ainda a ultimar no Plano Estratégico! Ficaram lá! E portanto, quando a tutela, quando o Conselho de Administração diz que ainda não está o Plano Estratégico pronto, tem toda a razão, porque eles não vão dar à opinião pública aquilo que ainda não tinham feito, por isso mesmo, eu peço bom censo sobre estas questões, que são questões sérias e todos devemos ter. Com a saúde não se brinca. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, tem a palavra. -----

----- **Luís Afonso** – Bom, relativamente a esta proposta da CDU, enfim, estive a ouvir atentamente também as intervenções anteriores e é verdade que corroboramos o sentimento que a CDU manifesta nesse documento da falta de cuidado e o respeito que a Administração Hospitalar teve para com esta Assembleia Municipal de Bragança. E no entanto, também é verdade que aceitamos o pensamento que foi formulado pelo Dr. Henrique Ferreira no sentido de dizer assim, não houve aqui uma atitude clara e ofensiva à Assembleia, houve sim um pouco de cuidado e inabilidade política, deselegância, falta de cuidado.-----

----- E nesse sentido, o PSD, de resto o PSD tem preparada uma moção que entendemos deve ser mais abrangente. Independentemente da atitude da Administração Hospitalar de Bragança, do Centro Hospitalar de Bragança, ter tido uma atitude de pouca habilidade política, uma falta de coerência e de cuidado no trato que tem que ter com este órgão que é o expoente máximo deliberativo da população deste Concelho, é verdade que lhe faltou cuidado, tacto, essa situação não deve repetir-se no futuro, foi de facto uma inabilidade política da Direcção Hospitalar, e por isso, entendemos que a segunda carta vem de facto corrigir a mão.-----

----- Independentemente de ter sido despoletada essa situação pela reunião que aconteceu aqui na passada segunda feira, a verdade é que nos parece que o voto de protesto que é solicitado pela CDU, o voto de protesto, nos parece que é inadequado, mas reconhecemos a falta de cuidado que teve a Administração Hospitalar, e esperamos que no futuro essa situação não volte a acontecer. Mas reconhecemos que a segunda carta vem corrigir a mão, a primeira carta não era suficientemente ofensiva, era inábil politicamente e por isso entendemos que o voto de protesto não deve ter lugar, e por isso o Partido Social Democrata vai votar contra esse voto de protesto. -----

----- De seguida o Partido Social Democrata, e não sei se o posso fazer já de momento, propõe uma outra moção, mas estamos neste momento no período de intervenção.... -----

----- **Luís Afonso** – Posso propor? -----

----- Bom, nesse sentido e condicionando de facto isto que eu acabei de dizer... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Peço desculpa. Pode propor, a moção pode ser proposta sem prejuízo de antes daquela moção ser votada, será votada a proposta da CDU. É óbvio que é assim, é esse o procedimento.-----

----- **Luís Afonso** – Então se me é permitido, os considerandos já os disse, entendemos que há inabilidade, falta de tacto, pouco cuidado por parte da Administração Hospitalar, e não deve repetir-se no futuro, porque este é de facto o órgão político que é o máximo expoente de representação deliberativa dos cidadãos deste Concelho. -----

----- E então nós apresentamos uma outra moção, que achamos que deve haver uma outra abrangência, uma outra leitura... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Eu peço desculpa, estão a interromper a leitura de uma moção, está no uso da palavra.... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Desculpe, o ponto de ordem fá-lo no fim da intervenção. Faz favor de prosseguir. -----

----- **Luís Afonso** – Porque entendemos que não é relevante para os destinos do Centro Hospitalar do Nordeste esta atitude da Administração Hospitalar, mas sim, isso sim, fundamental é a atitude que o Governo terá que tomar para com aquele Centro Hospitalar, o Partido Social Democrata propõe a seguinte-----

“MOÇÃO

Considerando a recusa que a Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, manifestou face a solicitação formulada pela Mesa da Assembleia Municipal de Bragança, dando sequência à votação por unanimidade da proposta formulada pela CDU na sessão desta Assembleia de 17 de Fevereiro de 2006 no sentido da realização de uma reunião da Comissão Permanente e Mesa da Assembleia Municipal de Bragança com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste para conhecimento dos objectivos e estratégias do Centro Hospitalar, fica claro na atitude da Administração do Centro Hospitalar uma falta de cuidado no relacionamento com este órgão autárquico que é tão só o expoente máximo político

deliberativo no concelho de Bragança, essa atitude denota enorme deselegância que não é tolerável e que não deverá repetir-se no futuro no relacionamento com os órgãos representativos da população deste concelho que também é servido pela prestação de serviços de cuidados de saúde daquela unidade.-----

Consideramos no entanto fundamental continuar a manifestar a nossa enorme preocupação pela falta de resposta do Governo, nomeadamente do Sr. Ministro da Saúde relativamente às decisões que se impõem e aguardam relativamente à decisão do lançamento das obras de ampliação do Hospital de Bragança ou em alternativa a construção de um novo Hospital Distrital em Bragança, decisão que se impõe para dotar a Cidade, o Concelho e o Distrito de uma unidade capaz de responder à necessidade de prestação de cuidados de saúde com a qualidade e capacidade técnica que actualmente se exige, para com a população do Distrito de Bragança. -----

a) Luís Afonso” -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhor membro da Assembleia Lídio Correia, queria fazer uma interpelação à Mesa? Faça o favor. -----

----- **Lídio Correia** – Senhor Presidente, a interpelação que eu tenho que fazer, eu não considero correcta a atitude da Mesa quando permitiu que a meio de uma votação se lesse uma outra moção, e daqui o protesto formal da CDU pela atitude da Mesa.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhor membro da Assembleia, tenho que lhe recordar o seguinte, estavam a decorrer intervenções sobre a proposta. Qualquer intervenção podia ter nela a apresentação de uma moção. Nada no Regimento, na boa prática impede isso, o que eu não porei é à discussão esta moção antes de fazer votar a proposta que a CDU apresentou. Essa é que é boa regra. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Costa, tem a palavra. -----

----- **Luís Costa** – Eu começo a minha intervenção voltando às chicanas políticas. Foi dito e foi ouvido aqui por vós todos, por um membro da Assembleia quando interveio, dizendo que o Governo não tinha nada a ver com o que estava a fazer o Conselho de Administração. Portanto o Conselho de Administração é que ia decidir, portanto isto já pronunciando-me um bocado já sobre a moção que foi agora apresentada, portanto parece-me perfeitamente extemporânea essa ideia. -----

----- Segundo, não é verdade que tenha sido emendada assim tão bem a mão, pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, porque ele reitera a base de fundo da primeira carta. A primeira carta vem em tom, para mi, mas pronto, nem todos nós somos filhos da mesma mãe, portanto há uns que serão mais sensíveis, outros cuja educação democrática será mais susceptível a determinados tratos, outros menos, mas, a questão de fundo é que o Senhor não nos queria receber. Ignorou este órgão autárquico como parte integrante da decisão a tomar acerca dos destinos da saúde no Distrito. -----

----- E vejam que na segunda carta, contrariamente ao que aqui foi enunciado, basta ler, diz que “ *...não considerar este Conselho oportuna a realização de tal reunião, uma vez que conforme foi explicado na referida carta, o timing não ser o mais adequado, face ao facto de estar ainda a decorrer a elaboração do Business Plan do Centro Hospitalar, estando mesmo ainda em fase embrionária...*” E por outro lado, portanto como se isto não chegasse, para nos dizer - vocês não têm nada a ver com isto - também já é uma frase célebre, que não pensei que vocês também aderissem assim tão facilmente - deixem-nos trabalhara que a gente cá resolve, nós é que somos inteligentes, a gente é que vai fazer as coisas, portanto vocês não têm nada a ver com isto apesar da saúde ser vossa - quer dizer - é para tratar da vossa saúde - e então reitera, “*...e por outro lado não fazer sentido informar e ou divulgar linhas de orientação estratégica, consubstanciadas no Business Plan, antes de o mesmo ser apresentado à Tutela para conveniente discussão e aprovação...*” -----

----- Ora bolas, depois de ter sido apresentado à tutela, eu aqui também fico confuso, não sei então, primeiro, se o Grupo Parlamentar do PS faz parte do Conselho de Administração, que vocês falaram sempre “nós..” “nós...” no Conselho de Administração, se são pessoas contratadas, porque segundo diz o Presidente do Conselho de Administração, ele diz que não é político, que é técnico, portanto não pode ter cometido uma gaffe política, porque ele é uma pessoa essencialmente técnica, portanto isto são contradições a mais, ainda nos vieram acusar a nós de chicana política. -----

----- E depois, quer dizer, depois de ter sido apresentado o Business Plan, depois de ter sido apresentado o Plano Estratégico à tutela e ter sido aprovado pela tutela, digam-me então Senhores deputados do PS qual é o nosso papel aqui? Onde é que vocês tiveram o poder de intervir, eu não sei, mas eu fico a pensar como disse numa minha intervenção anterior, que possivelmente vocês não sabem, nem querem saber, mas eu quero! E quero ter o poder, e quero saber o que é que tencionam fazer com a minha saúde que já tem sido tão mal tratada de há bastante tempo para cá. -----

----- Portanto A CDU considera que a nossa moção, continua a ter toda a razão de ser, e que seria bom que esta Assembleia de facto se revisse nela e que a aprovasse. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----
----- Terminadas as intervenções, vamos por a proposta da CDU que tem estado em discussão, à votação.-----

----- **Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido reprovada, com cinquenta e três votos contra, seis votos a favor e seis abstenções, estando momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.** -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Declarações de voto? -----
----- Senhor membro da Assembleia Vítor Prada faça o favor. -----

----- **Vítor Pereira** – Bom, Lídio, tenho que tirar conclusões perante isto e realmente aquilo que eu disse na minha intervenção e agora estou a falar muito a sério, aquilo que eu disse na minha intervenção anterior, eu tenho razão Lídio, infelizmente tenho razão, infelizmente, acrescento o advérbio, infelizmente. -----

----- É que se está a usar aqui a saúde como um ping pong para marcar protagonismos, isto não é bom para nós, não é bom para o Nordeste. Quem vai ganhar louros com isto e lucros disto politicamente vai ser um Senhor que não está ali sentado. Infelizmente estamos a ser usados.-----

----- Muito obrigado. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Obrigado. -----
----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, membro da Assembleia Municipal, faça o favor.-----

----- **Jorge Novo** – Muito obrigado Senhor Presidente, Boa tarde.-----

----- Eu votei a favor pelas simples razão de que em questões de princípios, pelo menos foi assim que entendi, e entendo a minha participação neste órgão, em questões de princípios nós não podemos transigir. E a questão de princípio aqui, do meu ponto de vista, apesar de e muito bem ter havido alguma evolução e essa evolução ir no sentido de aceder à pretensão inicial, e também compreendo isso, mas a questão de princípio de que esta Assembleia, tendo votado por unanimidade, fazer-se representar pela Comissão Permanente numa reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, e não tendo sido acedida essa pretensão, penso que não foi tratada como merece, porque de facto sendo o órgão máximo, como aqui

também foi dito e é-o de facto, merece toda a consideração e não há escusas algumas que possam obviar a isto mesmo e nesse sentido é por isso que eu votei a favor. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado pela sua declaração. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Afonso faça favor. -----

----- **Luís Afonso** – Pois o Partido Social Democrata votou contra esta proposta, na argumentação já o tinha dito, entendemos que procedeu mal a Administração do Centro Hospitalar, é verdade, mas entendemos também que foi falta de habilidade política, pouco tacto, e demos o benefício da dúvida. De facto realmente pensamos que essa situação e desejamos que essa situação não volte a acontecer, e nesse sentido votamos contra o voto de protesto, estamos em liberdade de o fazer, votamos contra o voto de protesto que apresentou a CDU. -----

----- Entendemos também que a questão é mais abrangente para lá da questão da atitude da Direcção do Centro Hospitalar. Portanto damos um voto de protesto, esperamos e desejamos que não volte a repetir-se esta atitude para com esta Assembleia Municipal, ou com qualquer outra, seguramente no desenvolvimento da sua acção na gestão hospitalar que é uma grande entidade empregadora neste Concelho e neste Distrito, seguramente aprenderá com a lição que agora tomou mas sem necessidade de haver um voto de protesto. Por isso é que votamos contra esta iniciativa da CDU, sem, claro, relevarmos este nosso sentimento na moção que apresentamos. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimento sobre a moção apresentada pelo PSD. -----

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Ler? Então dada a letra eu vou pedir ao autor que leia porque não é fácil. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Luís Afonso** – Confesso Senhor Presidente que até tive o cuidado de a elaborar com uma letra redondinha... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Eu peço silêncio porque vai ser ouvida a segunda leitura da moção e há muita gente interessada em ouvir com detalhe qual é o seu texto. -----

----- Faça o favor. -----

----- **Luís Afonso** – Leu novamente a Moção.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia. -

----- Inscrições para pedidos de esclarecimento?-----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, tem a palavra.-----

----- Eu queria comunicar que o Partido Socialista tem três minutos de tempo total que lhe resta. -----

----- **Luís Silvestre** – Vou gastar meio minuto a fazer uma pergunta. O que eu gostava de saber, e eu já estou completamente baralhado, eu penso que o que está a passar aqui é o que se está a passar no Distrito. Não, que sou eu que estou a reivindicar a maternidade! Não! Eu é que estou! Não, a CDU é que está a dizer que os gajos é que procederam mal. Agora é o PSD. O que eu quero saber, e a minha pergunta é só uma, vamos ou não vamos ouvir o Conselho de Administração, é só isso que eu quero saber. Esta Assembleia, a Comissão Permanente vai reunir com o Conselho de Administração? Vai saber o que se passa? Vai ou não vai? Isso é o que eu quero saber! Agora se é a CDU que diz que eles procederam mal, agora com outras palavras diz que é o PSD que procede mal, eu não sei, eu não vejo onde procedeu mal, agora o que é preciso, se eles deram a abertura para nos ouvir, vamos lá a ouvir, vamos lá dizer o que é que temos a dizer e depois sim, podemos tomar todas as posições. -----

----- Vocês já sabem qual é a posição do Partido Socialista, a posição do Partido Socialista é a favor de que a maternidade seja em Bragança, o Partido Socialista de Bragança é a favor que a maternidade seja em Bragança. O Partido Socialista de Bragança é a favor de que as obras sejam feitas. É isso. -----

----- A pergunta que eu faço é, vamos lá ou não vamos? Independentemente de ser a CDU a dizer, ou o Presidente da Câmara, o problema acho que vai ser resolvido. -----

----- A minha questão só era essa. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso.-----

----- Prescindiu. -----

----- Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes faça o favor. -----

----- **Amândio Gomes** – Senhor Presidente da Mesa, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu penso que a proposta do Senhor Dr. Luís Afonso, enferma ali de uma pequena deficiência, é que ele não propõe nada na proposta. Penso que devia introduzir ali qualquer palavra que fizesse a proposta, que introduzisse a proposta, que penso que não está lá. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Estamos no período de esclarecimentos. -----

----- **Vítor Pereira** – Bom, eu só quero dizer isto, qual é a diferença entre esta proposta e aquela proposta? E passo a palavra ao meu camarada Henrique Ferreira. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Vamos ver se metemos ordem no sistema. -----

----- Estávamos no período de esclarecimentos, eu avisei o Partido Socialista que tinha três minutos de tempo total, a CD não tem já tempo nenhum, e neste momento há mais inscrições do Partido Socialista para pedidos de esclarecimento? Não há. -----

----- Então eu dou a palavra ao proponente, ao primeiro subscritor, Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, para responder aos pedidos de esclarecimento. -----

----- **Luís Afonso** – Qual é a diferença entre esta proposta e aquela proposta? É claro que nesta proposta diz-se... -----

..... -----

----- **Luís Afonso** - Eu não estou a responder ao Senhor Lídio Correia, estou a responder ao Vítor Prada, que é diferente, foi ele que fez a pergunta, e disse “mas afinal de contas qual é a diferença entre esta proposta e a outra?” E eu digo, a diferença é, a CDU propõe, diz que tem o mesmo sentimento que nós, não foi uma atitude correcta, mas diz, propomos um voto de protesto, é uma acção activa, propomos um voto de protesto. E nós dizemos, a atitude não foi boa, mas houve falta de tacto, aquele senhor ainda está um bocado verde nestas coisas e então tem que ter um bocado de cuidado com a Assembleia Municipal de Bragança e as outras. E não propomos voto nenhum de protesto, dizemos só, permitam-me, puxamos aqui um bocadinho as orelhas, mas não lhas puxamos de todo, dizemos-lhe só, não há nenhum voto de protesto aqui, não há nenhum voto de protesto. -----

----- Bom, e o que é fundamental aqui é, que eu vou corrigir aqui, respondendo ao pedido de esclarecimento que me pediu o Dr. Amândio, é que eu digo aqui na parte que é fundamental, “*consideramos no entanto fundamental continuar a manifestar a nossa enorme preocupação...*” e aqui é que vou colocar uma palavra, “*e exigir ao Governo uma resposta*”. E portanto trata-se de facto de uma exigência que é a de corroborar uma outra proposta que já aconteceu no passado, mas de facto parece que é correcto colocar aqui a palavra de “*exigir*”. Se lhe parece bem, eu até vou corrigir nesses termos a proposta. -----

----- **Luís Afonso** - É dirigida ao Senhor Ministro da Saúde, Primeiro Ministro, etc. -----

----- **Luís Afonso** -Se isso é um esclarecimento, eu respondo-lhe. Primeiro Ministro, Ministro, deputados, Senhor Governador Civil, Administração do Centro Hospitalar... mas é um pedido de esclarecimento não é? Então está esclarecido. -----

----- Consideramos no entanto, fundamental continuar a manifestar a nossa enorme preocupação pela falta de resposta do Governo, nomeadamente do Senhor Ministro da Saúde, ao qual exigimos as decisões que se impõem... -----

----- **Luís Afonso** -Então eu vou ler. -----

----- Consideramos no entanto, fundamental continuar a manifestar a nossa enorme preocupação pela falta de resposta do Governo, nomeadamente do Senhor Ministro da Saúde, ao qual exigimos as decisões que se impõem e aguardam relativamente à decisão do lançamento das obras de ampliação, etc., etc., etc.... -----

----- Não troco mais nada que foi o que colocou aqui, portanto exigir ao Ministro da Saúde. ---

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito bem. -----

----- Alguma inscrição para intervenção? -----

----- Quanto tempo tem o PS, ainda tem algum? -----

----- Um minuto por favor. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Henrique Ferreira** - Bom, penso que não gastarei mais do que um minuto-----
----- Já aqui foi referido que a Administração do Centro Hospitalar cometeu um erro político, já aqui foi referido também por mim que corrigiu o erro e portanto há aqui uma função pedagógica e agora vamos tratar do assunto com aquela diplomacia política, que é exigida para essas situações. Diplomacia política é esta, cá vai o cházinho também. -----

“Proposta

----- “Considerando que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste reviu a sua atitude no sentido de dignificação da Assembleia Municipal de Bragança como representante legítima das populações do Concelho.-----

----- A Assembleia Municipal, reunida em 21 de Abril de 2006, solicita àquele Concelho uma reunião urgente para debater os problemas da reorganização do Serviço de Saúde”.-----

----- Bragança, 21 de Abril de 2006-05-31 -----

a) Henrique da Costa Ferreira”. -----

----- No fundo é isso que está aqui em causa, não é? É a reunião! -----

----- Ora bem, solicito que o Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PSD retire a sua moção ou não a retirando seja votada em alternativa.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Não vamos agora discutir mais moções... Meus Senhores, porque não há inscrições para intervenções dos lados dos Grupos que têm tempo disponível.-----

----- Eu vou por a moção apresentada pelo Senhor membro da Assembleia Luís Afonso, pelo PSD, à votação.-----

..... -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhor... é um ponto de ordem... eu digo-lhe como é que ponho.-----

----- Se a Assembleia aprovar a moção apresentada pelo PSD, a sua moção fica prejudicada, se não for aprovada... Senhores membros da Assembleia, vamos ser um bocadinho, quer dizer, a concessão da reunião já está documentada nos documentos que existem nesta Assembleia. Depois de haver uma concessão de uma reunião em que a Assembleia só tem que dizer a data em que quer lá ir, não faz sentido nenhum estar a pedir reuniões. Vamos ser razoáveis. Portanto, vamos voltar ao ponto em que estávamos.-----

----- A proposta apresentada pelo membro Henrique Ferreira não foi aceite por o objecto da deliberação a fazer já estar anteriormente concretizado (reunião com a Administração do Centro Hospitalar).-----

----- Após análise e discussão da Moção apresentada pelo PSD, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com trinta e três votos a favor, oito abstenções e dezasseis votos contra, estando momentaneamente cinquenta e sete membros presentes. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Porque apesar de estarmos muito apertados com o tempo, o Regimento a isso obriga, eu pergunto quem quer fazer declarações de voto?---

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – A Mesa votou a favor. -----

----- Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor. -----

----- O Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira também deseja fazer uma declaração de voto, o Luís Pires também, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, e o Senhor Luís Silvestre também. -----

----- **Lídio Correia** – Através desta votação ficou a perceber-se muito claramente porque é que a Assembleia Municipal, esta Assembleia Municipal, foi desrespeitada e desconsiderada pelo Presidente do Centro Hospitalar do Nordeste. É que a própria Assembleia Municipal não se respeita a si própria. Não tem, desculpem meus Senhores membros da Assembleia, não se tem a mínima noção sequer de qual é o nosso papel aqui dentro, desculpem lá que vos diga isto.-- -----

----- Por outro lado, confirmamos aquilo que já sabíamos, o PSD aqui como nos Governos, ao longo destes anos, está interessado não no desenvolvimento do Nordeste, não no que quer que seja, para bem das populações que vos elegeram a todos, está pura e simplesmente, e única e exclusivamente interessado no protagonismo de alguns dos seus autores, mas deixem-me vos dizer, são actores de meia tigela, que são qualquer coisa que eu diria actores de pacotilha. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira. -----

----- Faça o favor. -----

----- **Henrique Ferreira** – Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa. -----

----- Votei contra e votamos contra em nome da dignificação das relações inter-institucionais, votamos contra em nome da dignificação do espaço público. E lamento Senhor Presidente, que persista nas irregularidades na condução desta Assembleia Municipal, já de uma forma repetida, o Senhor está a cometer irregularidades,. E cometeu nomeadamente em relação à moção que lhe apresentei, porque só tinha uma coisa a fazer, ou aceito ou rejeito. E o Senhor nem uma coisa, nem outra! -----

----- Vai-me desculpar, nem sequer me deu oportunidade de recorrer para a Assembleia, nem sequer me deu oportunidade de lhe fazer um requerimento e isto é pura manipulação. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Eu peço desculpa ao Senhor membro da Assembleia, mas eu disse-lhe e demonstrei-lhe que esta proposta enfermava de uma incongruência, porque estava a pedir uma coisa que já está concedida, e portanto não vamos estar a tratar de incongruências. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado, muito obrigado. -----

----- Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor. -----

----- **Luís Pires** – Bom, a metáfora da luta pela paternidade das obras do Hospital de Bragança manifestou-se nesta imagem de luta pela moção predominante. -----

----- Cavaco Silva disse um dia “Deixem-nos trabalhar”, eu digo, “trabalhemos com eles – Administração”, participando na reunião, sejamos responsáveis, não eliminemos a janela de oportunidade de proporcionar soluções aos Nordestinos. -----

----- Votámos contra porque o Grupo Parlamentar do PSD apenas votou contra a moção da CDU, para poder apresentar esta. -----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, faça o favor. -----

----- **Luís Silvestre** – Ora bem, nós votamos contra, o próprio Presidente da Mesa da Assembleia respondeu à minha questão, que eu coloquei ao Dr. Luís Afonso que não me respondeu, ou seja, para que é que andamos com esta discussão toda, a perder este tempo todo, quando já está de facto em sede de Assembleia Municipal a permissa de nós irmos lá reunir com eles? Portanto, nós não entendemos esta discussão , não entendemos o que é que se passou.-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – ...Não invoque as minhas palavras para misturar coisas.-----

----- Senhor membro da Assembleia, Paulo Hermenegildo, faça o favor.-----

----- **Paulo Hermenegildo** – Eu não sou político e de facto estou um bocado confundido com isto...-----

.....

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** - Vamos procurar abreviar...-----

----- **Paulo Hermenegildo** - Não sabia que me tínheis tanto em consideração, muito obrigado.-----

----- De facto estou confundido com isto, dá ideia que, isto faz-me lembrar a canção da florentina, “florentina, florentina, florentina, vira o disco e toca o mesmo”. É uma colecção de moções, de propostas, mas de facto ficamos em águas de bacalhau.-----

----- Eu abstei-me porque substancialmente a proposta do Grupo do PSD, a meu ver, pelo pouco que eu sei de português, mas passei com distinção, não fiz a quarta classe de adultos, reprovei a cópias e passei a ditados, de facto, substancialmente o que diz a sua proposta é de facto o que dizia, no fundo, a proposta da CDU. Portanto eu não me iria repetir na votação e por isso me abstei.-----

----- Mas de facto, faço um apelo, não andem aqui com protagonismos individuais, vamos unir, de facto, esforços para que isto se resolva, e já agora um puxãozinho de orelhas para o Presidente do Conselho de Administração, ele de facto fez mal não nos ter recebido, acho que devemos ser ouvidos antes das posições que vão ser tomadas à posteriori, portanto para a próxima, de facto, que sejamos ouvidos mais atempadamente.-----

----- É só-----

----- **Presidente da Mesa da Assembleia** – Muito obrigado. -----
----- Está encerrado este Ponto da Ordem de Trabalhos, por obrigação regimental pergunto se há alguma intervenção por parte do Público? -----
----- Não havendo, peço pelo menos agora, não havendo nenhuma intervenção dou por encerrados os trabalhos desta sessão. -----
----- Muito boa tarde. -----

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Guedes de Almeida
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
José Luís Gonçalves Miranda

Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Madureira Afonso
Maria Madalena Morais Morgado
Martina Isabel Veiga Dias
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes
Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Henrique da Costa Ferreira
Fernando Carlos da Silva Paula
João Baptista Ortega
Lídia Gomes Valinho
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Orlando Augusto Matos Pontes
Vítor Prada Pereira
Victor Fernando Simões Alves

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	João Luís Correia Fernandes(substituto Presidente)
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Henrique Manuel Pires(substituto Presidente)
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes

DEILÃO
DONAI
ESPINHOSELA
FAÍLDE
FRANÇA
GIMONDE
GONDESENDE
GOSTEI.
GRIJÓ DE PARADA
IZEDA
MACEDO DO MATO
MEIXEDO
MILHÃO
MÓS
NOGUEIRA
PARADA
PARADINHA NOVA
PARÂMIO
PINELA
POMBARES
QUINTANILHA
QUINTELA DE LAMPAÇAS
RABAL
REBORDAÍNHOS
RIO FRIO
RIO DE ONOR
SALSAS
SAMIL
SANTA COMBA DE ROSSAS
SANTA MARIA - BRAGANÇA
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS
SÉ - BRAGANÇA
SENDAS
SERAPICOS
SORTES
ZOIO

Manuel Benites Inácio
Luís Aníbal Rodrigues Martins
Helder Augusto Martins
Gualter Dinis Gonçalves Garcia
Amândio dos Santos Costa
João Victor Alves
Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
Carolina de Jesus Fernandes
Maria Helena Santos Branco
Amílcar dos Santos Maurício
João do Nascimento Fernandes
Luís Urbano Gonçalves
António Alcino Fernandes
Anselmo Aníbal Martins
José António Prada
António Manuel Afonso Pires
Domingos António Seca
Manuel João Afonso Fernandes
António Jorge Brás Pires
Afonso Augusto Pires Domingues
Sérgio Miguel Borges Romão
Victor Manuel Costa
Paulo Hermenegildo de Castro João
Albino Alves Rodrigo
Humberto Amândio Garcia
António José Preto
Filipe Osório Caldas
Eduardo Joaquim Portela
Francisco Manuel Ferreira
Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
Elias dos Santos Vara
António Carlos de Sá
Paulo Jorge Almendra Xavier
Marco Paulo de Jesus Frei (subst. Presidente)
Armando Augusto Venâncio Dias
Juvêncio Alves de Carvalho
Manuel Diogo Afonso

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Fernando da Cruz Oliveira
Domingos Moura dos Santos

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

OUTEIRO
REBORDÃOS

João Augusto Paiva
Adriano Augusto Correia Rodrigues

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores:

António José Cepeda
Armando Nuno Gomes Cristóvão
Isabel Maria Lopes
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Maria Idalina Alves de Brito
Rui Afonso Cepeda Caseiro

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das vinte horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na quarta sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em: ___/___/___ - vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente da Mesa , _____

O Primeiro Secretário, _____

O Segundo Secretário, _____

NOTAS:

1 - No discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritos a itálico.

2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, também escritas a itálico, as informações adicionais que foram feitas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.

3 - Não se incluem na presente acta (enviados convocatória nº. 30 de 11 de 11/04/2006), constam do respectivo original, os seguintes documentos:

- Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2005 (Páginas 81 a 267)
- 1ª. Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2006 (Páginas 308 a 312)